PERIÓDICO CIENTÍFICO

PMPA EM REVISTA

BELÉM-PA, NUTTQ/PMPA, v.3, n.6, jul.dez., 2024

6 NÚMERO



Fotografia: João Pedro Dourado.

GOVERNO DO PARÁ
POR TODO O PARÁ

PARÁ
POLÍCIA MILITAR
1816

PERIÓDICO CIENTÍFICO PMPA EM REVISTA

v.3, n.6
Publicação contínua
julho - dezembro 2024

Periódico Científico PMPA em Revista criado em 25 de setembro de 2021 por: Presidente de Honra **Helder Zahluth Barbalho** - Governador do Estado do Pará e Comandante em Chefe da PMPA **|** Vice-Presidente de Honra **Hana Ghassan Tuma** - Vice-Governadora do Estado do Pará **| Ualame Fialho Machado** - Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará | Presidente do Conselho de Política Editorial **Sérgio Ricardo Neves de Almeida** - Comandante-Geral da PMPA | Vice-Presidente do Conselho de Política Editorial **Ariel Dourado Sampaio Martins de Barros** - Chefe do Estado-Maior Geral da PMPA.

EDITOR EXECUTIVO
Júlio Ildefonso Damasceno Ferreira - Chefe da 8ª Seção (PM/8) – Seção de Pesquisa Científica.

EDITOR CIENTÍFICO
Elcimar Maria de Oliveira Lima – Subseção de Publicação Científica da 8ª Seção (PM/8).

CONSELHO DE POLÍTICA EDITORIAL:
Aiala Colares Couto - Universidade do Estado do Pará | **Clay Anderson Chagas** - Universidade do Estado do Pará | **Cristiane Loureiro Lima** - Fórum Brasileiro de Segurança Pública | **Danilo Reymão Moreira** - Polícia Militar do Pará | **Edgard Vinícius Cacho Zanette** - Universidade do Estado de Roraima | **Edson Marcos Leal Soares Ramos** - Universidade Federal do Pará | **Elcimar Maria de Oliveira Lima** - Polícia Militar do Pará | **Elson Luiz Brito da Silva** - Polícia Militar do Pará | **Fernandina Lopes Fernandes** - Universidade de Cabo Verde | **Francisco Inácio Alar** - Academia de Ciências Policiais de Moçambique | **Humberto Ribeiro Júnior** - Universidade de Vila Velha | **Ivone Freire Costa** - Universidade Federal da Bahia | **Jaime Cunha de Souza** - Universidade Federal do Pará | **Jesiane Calderaro Costa Vale** - Polícia Militar do Pará **João Batista da Silva** - Polícia Militar do Rio Grande do Norte | **João Garcia Reis** - Instituto de Ensino de Segurança do Pará | **Jorge Fabrício dos Santos** - Polícia Militar do Pará | **Josivane do Carmo Campos** - Polícia Militar do Pará | **Leonardo Naves dos Reis** - Universidade do Estado do Amazonas | **Marcus Alan Gomes** - Universidade Federal do Pará | **Maria João Guia** - Universidade de Coimbra, Portugal | **Mónica de Melo Freitas** - Universidade Nova Lisboa, Portugal | **Roberto Magno Reis Neto** - Instituto de Ensino de Segurança do Pará | **Ronaldo Braga Charlet** - Polícia Militar do Pará | **Sandoval Bittencourt** - Polícia Militar do Pará | **Silvia dos Santos de Almeida** - Universidade Federal do Pará | **Sônia da Costa Passos** - Instituto de Ensino de Segurança do Pará | **Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa** - Polícia Militar do Pará | **Wilquerson Sandes** - Polícia Militar do Mato Grosso | **Wando Dias Miranda** - Instituto de Ensino de Segurança do Pará.

ASSESSORIA TÉCNICA
Fernando Alberto Bilóia da Silva

CAPA/LAYOUT
Jade Maria da Silva Coêlho

DIAGRAMAÇÃO/ EDITORAÇÃO
Jade Maria da Silva Coêlho
Jennifer Nogueira Barata

REVISÃO GERAL
Elcimar Maria de Oliveira Lima
Tatiane da S. Rodrigues Tolosa

REVISÃO ORTOGRÁFICA
Wanderson Ferreira Pantoja
João Henrique Dias Cabral
Alison Santa Rosa Felipe
Orleans de Oliveira Farias
Leilson da Conceição Araújo
Fabricio Augusto Silva da Costa
Gabriel da Cruz Viana
Alice Magalhães Pessoa

Polícia Militar do Pará
8ª Seção (PM/8) - Núcleo de Pesquisa

PERIÓDICO CIENTÍFICO PMPA EM REVISTA

ISSN: 2966-1064
DOI: 10.5281/zenodo.17832909
E-ISSN: 2966-2095

Periódico Científico PMPA em Revista	Ciências Policiais	Belém	v.3	n.6	julho-dezembro 2024

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Polícia Militar do Pará
Núcleo de Pesquisa do Estado-Maior Geral
Av. Augusto Montenegro, Km 9 - n.º 8401.
Parque Guajará, Belém - PA, CEP: 66821-000
Telefone: (91) 98584-6288
E-mail: emg.pm8@pm.pa.gov.br
Site: www.pm.pa.gov.br

Para submissão de artigos, acessar:
periodicos.pm.pa.gov.br

Não é permitida a reprodução parcial ou total de quaisquer partes desta obra, sob nenhuma forma ou técnica, sem a prévia autorização do editor. Ficam isentas as cópias para uso pessoal e interno, desde que não destinadas a fins promocionais ou comerciais. As opiniões e considerações emitidas nos artigos são de inteira responsabilidade dos autores e não refletem, necessariamente, a posição dos editores ou da instituição responsável pela publicação.

Catalogação na Publicação Elaborada por:
Aline Farias Bandeira Couto - CBR-2ª 1700/O

PMPA em Revista - periódico das ciências policiais /8ª Seção (PM/8) - Núcleo de Pesquisa da Polícia Militar do Pará. v. 3, n. 6 (jul./ dez. 2024) – Belém: PMPA, 8ª Seção (PM/8) - Núcleo de Pesquisa Núcleo de Pesquisa Científica, 2024.

115 p.: il. (color.); 29,7 cm.

Semestral

Resumos em português, inglês e espanhol.

1. Ciências Policiais - Periódico. 2. Segurança Pública. I. Polícia Militar do Estado do Pará.

CDD-23ª ed. 355.005

© Direitos de Cópia/Copyright 2024 por/by NUPESQ/PMPA

GOVERNO DO PARÁ
POR TODO O PARÁ

PARÁ
1818
POLÍCIA MILITAR

SUMÁRIO

Editorial

Academia de Polícia Militar “Cel. Fontoura”: rumo à excelência jurídica e científica na segurança pública. | José de Jesus Palheta Junior - pág. 07

Artigos

“Novo Cangaço” no Pará: a atuação do Batalhão de Operações Policiais Especiais no combate às ações criminosas e sua efetividade. | Eduardo da Silva Cohen, Fernando Souza da Costa Neto, Josivane do Carmo Campos- Pág. 11

Entre o Barulho e a Lei: análise da atuação do Batalhão de Polícia Ambiental no enfrentamento à poluição sonora em Belém/PA. | Fábio Melo Laurinho, Felício Ferreira Gomes, Jefferson Lemos Santos, Fernando Alberto Bilóia da Silva - Pág. 27

Mapeando a Proteção: o georreferenciamento como estratégia-chave no policiamento rural de Santa Izabel do Pará. | Adelaildo Maximo de Oliveira, Antônio Rodrigues da Silva Junior, Ediones da Costa Conceição, Weslley Guimarães de Souza - Pág. 45

Atividade de inteligência na Polícia Militar do Pará: a adequação das Seções de Inteligência das unidades operacionais do CPRM à luz das diretrizes do SIPOM. | Glauco Pereira de Medeiros, Silmara Cristina Pantoja de Melo, Valnise de Assis Reis - Pág. 61

Uma análise da jurisprudência do STJ sobre a fundada suspeita no policiamento ostensivo preventivo no ano de 2022. | Felipe Córdova da Conceição, Tales Cunha de Sousa, Adriano Nazareno Goés Da Silva - Pág. 83

Entrevista

Educação de qualidade para a Segurança Pública: Entrevista com o Cel PM Ricardo André Bilóia da Silva. | Júlio Ildefonso Damasceno Ferreira e Elcimar Maria de Oliveira Lima - Pág. 101

Informativo

Academia de Polícia Militar "Cel. Fontoura: trajetória, transformações e perspectivas. | Glauco Pereira de Medeiros - pág.113



Fotografia: Agência Pará.

Editorial

Academia de Polícia Militar "Cel. Fontoura": rumo à excelência jurídica e científica na segurança pública

José de Jesus Palheta Junior[1]



[1] Comandante do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças "Cel. Moreira".

É com grande satisfação que apresentamos a sexta edição da Revista Científica da Polícia Militar do Pará, um espaço que se consolida como veículo essencial para a disseminação de conhecimento de ponta e a reflexão sobre temas cruciais para a segurança pública e a atuação da Corporação. Nesta edição, celebramos, em especial, os 35 anos de criação da Academia de Polícia Militar "Cel. Fontoura" (APM), notável *lócus* de referência que, ao longo de sua história, formou mais de dois mil Oficiais da Polícia Militar do Pará e de diversos Estados da Amazônia Legal.

O mérito desta edição reside no fato de que todos os textos publicados são frutos dos artigos de conclusão de curso elaborados pelos Cadetes do Curso de Formação de Oficiais - CFO 2022-2023, a primeira turma a incorporar com o Bacharelado em Direito como requisito obrigatório de ingresso. Este marco elevou o padrão de formação do oficialato, alinhando a PMPA a um novo patamar de excelência profissional e contribuindo decisivamente para uma atuação policial mais técnica, legalista e em estrita conformidade com os princípios constitucionais e os direitos humanos. Os cadetes demonstram, por meio de seus estudos, o vigor intelectual e a base jurídica que nortearão o futuro da liderança na Corporação.

A curadoria desta edição foi especialmente rigorosa, resultando na seleção cuidadosa de cinco artigos que oferecem uma notável amplitude de abordagem, refletindo os múltiplos e complexos desafios enfrentados pela PMPA. Os trabalhos transitam desde o emprego de unidades especializadas em crimes de alta complexidade até a otimização de tecnologias de policiamento, passando por questões ambientais e o debate fundamental sobre legalidade e jurisprudência, evidenciando o preparo multidisciplinar dos futuros comandantes.

Abrimos esta jornada científica com o artigo "Novo Cangaço" no Pará: a atuação do Batalhão de Operações Policiais Especiais no combate às ações criminosas e sua efetividade, de autoria dos Cadetes Eduardo da Silva Cohen e Fernando Souza da Costa Neto, em coautoria com a Sargento PM e Profa. Dra. Josivane do Carmo Campos. O trabalho, que analisou o *modus operandi* da modalidade criminosa, conclui que a atuação do BOPE tem sido extremamente efetiva, comprovada pela brusca redução de ocorrências entre 2017 e 2022, a partir da adoção de doutrinas especializadas.

Em seguida, o tema ambiental é abordado no artigo "Entre o Barulho e a Lei: análise da atuação do Batalhão de Polícia Ambiental no enfrentamento à poluição sonora em Belém/PA", de Fábio Melo Lauri-

nho, Felício Ferreira Gomes e Jefferson Lemos Santos, em coautoria com o Coronel Fernando Alberto Bilóia da Silva. Os autores investigaram a efetividade do BPA no combate à desordem sonora na capital e concluíram que sua atuação, embora essencial, encontra limites estruturais e jurídicos, sendo imperativa a otimização por meio de parcerias institucionais.

Prosseguindo com a inovação no policiamento, o artigo “Mapeando a Proteção: o georreferenciamento como estratégia-chave no policiamento rural de Santa Izabel do Pará”, dos Cadetes Adelaildo Maximo de Oliveira, Ediones da Costa Conceição e Weslley Guimarães de Souza, em coautoria com o Sargento e Prof. Me. Antônio Rodrigues da Silva Junior, demonstrou a efetividade do policiamento rural especializado. A principal conclusão é que, após a implantação, houve uma redução da criminalidade e um aumento expressivo da sensação de segurança da população, justificando a ampliação da doutrina.

No campo estratégico, o Coronel Glauco Pereira de Medeiros e as Cadetes Silmara Cristina Pantoja de Melo e Valnise de Assis Reis apresentam o estudo sobre a adequação das Seções de Inteligência das unidades operacionais do CPRM à luz das diretrizes do Sistema de Inteligência Policial Militar (SIPOM). A pesquisa revela que, embora fundamental, a atuação dessas Seções ainda não se alinha completamente às diretrizes do SIPOM, mas antevê que a recente aprovação da Política de Inteligência da PMPA fornecerá o impulso decisivo para essa adequação.

Por fim, a reflexão jurídica encontra seu espaço no artigo que faz uma análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a fundada suspeita no policiamento ostensivo preventivo no ano de 2022, de autoria dos Alunos Felipe Córdova da Conceição, Tales Cunha de Sousa, em coautoria com o Tenente Coronel Adriano Nazareno Goés da Silva. O trabalho aborda a necessidade de balizamento da busca pessoal e conclui que, apesar de ser um instrumento vital, a falta de uma definição mais concreta sobre a fundada suspeita por parte da lei e dos tribunais gera insegurança jurídica para os policiais militares em suas ações.

Na Seção de Entrevista, o Coronel Ricardo André Bilóia da Silva, Chefe do Departamento-Geral de Educação e Cultura (DGEC) da PMPA, ressaltou o estabelecimento de um marco institucional crucial: a entrada em vigor da nova Diretriz-Geral de Educação (DGE). Esta medida consolida o Sistema de Educação Policial Militar (SEPM), organizando e definindo, de forma integrada, a formação, o aperfeiçoamento e a especialização dos profissionais de Segurança Pública. A mudança estrutural é detalhada e especializada, estabelecendo o DGEC como Órgão Central, além de Órgãos de Apoio ao Ensino e Instrução (APM, CFAP, CTPM) e Órgãos Colegiados (CSE e ConEn). Essa iniciativa demonstra o compromisso irrevogável da PMPA com a excelência e a capacitação contínua, fatores essenciais para a modernização da atuação policial e para a garantia de um serviço de alta qualidade à sociedade paraense.

Fechando esta edição, o Informativo, assinado pelo Coronel Glauco Pereira de Medeiros, Comandante da APM “Cel. Fontoura”, traçou a notável evolução da Academia destacando a transformação da instituição, que migrou de uma formação inicial de caráter militarista para o modelo avançado com uma formação de características de Instituição de Ensino Superior (IES), culminando na exigência do Bacharelado em Direito. Esse percurso histórico é um testemunho eloquente do avanço institucional e do compromisso da PMPA com a modernização da formação do oficialato na segurança pública paraense.

Convidamos a todos os leitores a explorarem o conhecimento de excelência contido nesta edição. Que a leitura inspire novas pesquisas e contribua ativamente para o debate e o aprimoramento contínuo das políticas e práticas de segurança do nosso estado.

Boa leitura!

Fotografia: Tommy Souzza.





Fotografia: Agência Pará.

Artigos

"Novo Cangaço" no Pará: a atuação do Batalhão de Operações Policiais Especiais no combate às ações criminosas e sua efetividade[1]

Eduardo da Silva Cohen – AL OF. PM/PA[2]
Fernando Souza da Costa Neto – AL OF. PM/PA[3]
Josivane do Carmo Campos – Profa. Dra.[4]

[1] Artigo Científico apresentado à Academia de Polícia Militar "Cel. Fontoura" como requisito para conclusão do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará e obtenção do título de Especialista em Defesa Social e Cidadania, orientado pela Profa. Dra. Josivane do Carmo Campos.

[2] Aluno do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará; Bacharel em Direito pela Faculdade da Amazônia (FAMAZ).

coheneduardo57@hotmail.com

ORCID: 0009-0006-8474-9757

[3] Aluno do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará; Bacharel em Direito pelo Centro Universitário FIBRA.

fernandocostaneto.adv@gmail.com

ORCID: 0009-0004-8762-5931

[4] Policial Militar da PMPA. Doutora em Letras (UFPA); Mestre em Letras (UFPA); Especialista em Gestão de Pessoas (UNITOLEDO); Membro do Comitê Editorial da Revista Científica da Polícia Militar do Pará (PMPA); 2º Sargento da PMPA; Professora Colaboradora do Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP) e do Departamento-Geral de Educação e Cultura (DGEC/PMPA).

josivanecampos@yahoo.com.br

ORCID: 0000-0002-8796-9812

RESUMO

Até a década de 1980, eram frequentes os ataques a instituições financeiras nas grandes cidades brasileiras. No entanto, a partir da década de 1990, as cidades interioranas passaram a ser alvo das ações criminosas denominadas de "Novo Cangaço", que visam atacar e explodir agências bancárias para obter lucro. Dessa problemática, nasceu o seguinte problema de pesquisa: Como tem sido a atuação do BOPE no combate às ações criminosas do "Novo Cangaço" no Estado do Pará? O objetivo geral é analisar a atuação do BOPE e sua efetividade como unidade especializada no combate a organizações criminosas responsáveis pelos crimes na modalidade "Novo Cangaço" no Estado do Pará. Como questões norteadoras, tem-se as seguintes: a) Qual a origem do "Novo Cangaço" e qual o seu *modus operandi*? b) Como o "Novo Cangaço" se desenvolve e atua no Estado do Pará? c) Como tem sido a atuação do BOPE no enfrentamento às ocorrências da modalidade "Novo Cangaço" nos últimos anos? A metodologia adotada é de natureza básica e aplicada, a abordagem é quali-quantitativa com finalidade exploratória e os procedimentos técnicos selecionados foram a pesquisa bibliográfica e documental, bem como a realização de entrevistas. Os resultados mostraram a brusca redução no número de ocorrência do "Novo Cangaço" no período de 2017 a 2022, a partir da adoção da doutrina de patrulhamento em ambiente rural e a contínua especialização do efetivo. Assim, conclui-se que a atuação do BOPE tem sido efetiva e alcançado resultados positivos, tendendo a melhorar mais com os Planos de Ação das polícias locais.

Palavras-Chave: Ações Criminosas; "Novo Cangaço"; Atuação do BOPE; Efetividade.

ABSTRACT

Until the 1980, attacks on financial institutions in large Brazilian cities were frequent. However, from the 1990s onwards, inner cities became the target of criminal actions called the "Novo Cangaço", which aim to attack and blow up bank branches for profit. From this problem, the following research problem arises: How has BOPE's performance been in combating the criminal actions of "Novo Cangaço" in the State of Pará? The general objective is to analyze BOPE's performance and its effectiveness as a specialized unit in the fight against criminal organizations responsible for crimes in the "Novo Cangaço" modality in the State of Pará. As guiding questions, there are the following: a) What

is the origin of the “Novo Cangaço” and what is its modus operandi? b) How does the “Novo Cangaço” develop and operate in the State of Pará? c) How has BOPE's performance been in dealing with the occurrences of the “Novo Cangaço” modality in recent years? The methodology adopted is of a basic and applied nature, the approach is quali-quantitative, with an exploratory purpose, and the technical procedures selected were bibliographical and documentary research, as well as conducting interviews. The results show a sharp reduction in the number of occurrences of the “Novo Cangaço” from 2017 to 2022, after the adoption of the doctrine of patrolling in a rural environment and the continuous specialization of the personnel. Thus, it is concluded that BOPE's performance has been effective and achieved positive results, tending to improve more with the Action Plans of the local police.

Keywords: Criminal Actions; “Novo Cangaço”; BOPE Performance; Effectiveness.

RESUMEN

Hasta la década de 1980, los ataques a instituciones financieras en las grandes ciudades brasileñas eran frecuentes. Sin embargo, a partir de la década de 1990, las zonas urbanas se convirtieron en blanco de las acciones criminales conocidas como "Novo Cangaço", cuyo objetivo es atacar y volar sucursales bancarias con fines de lucro. A partir de este problema, surge el siguiente problema de investigación: ¿Cuál ha sido el desempeño del BOPE en el combate a las acciones criminales de "Novo Cangaço" en el Estado de Pará? El objetivo general es analizar el desempeño del BOPE y su eficacia como unidad especializada en la lucha contra las organizaciones criminales responsables de delitos en la modalidad "Novo Cangaço" en el Estado de Pará. Como preguntas orientadoras, se plantean las siguientes: a) ¿Cuál es el origen del "Novo Cangaço" y cuál es su modus operandi? b) ¿Cómo se desarrolla y opera el "Novo Cangaço" en el Estado de Pará? c) ¿Cómo ha sido el desempeño del BOPE en la gestión de los incidentes de la modalidad “Novo Cangaço” en los últimos años? La metodología adoptada es básica y aplicada, con un enfoque cuali-cuantitativo y de carácter exploratorio, y los procedimientos técnicos seleccionados fueron la investigación bibliográfica y documental, así como la realización de entrevistas. Los resultados muestran una marcada reducción en el número de incidentes de la modalidad “Novo Cangaço” entre 2017 y 2022, tras la adopción de la doctrina de patrullaje en un entorno rural y la continua especialización del personal. Por lo tanto, se concluye que el desempeño del BOPE ha sido eficaz y ha obtenido resultados positivos, con tendencia a mejorar aún más con los Planes de Acción de la policía local.

Palabras clave: Acciones Delictivas; “Novo Cangaço”; Desempeño del BOPE; Efectividad.

1 INTRODUÇÃO

Até meados da década de 1980, os roubos e furtos a instituições bancárias ocorriam com maior frequência nas grandes cidades do país. Contudo, essa dinâmica mudou a partir da década de 1990, quando os bandos criminosos passaram a atuar nas pequenas cidades, localizadas nos interiores dos estados, inspirados na forma de agir dos cangaceiros do sertão nordestino do final do século XIX, que com seus bandos sitiavam pequenas cidades, realizando ataques a fazendas, roubos etc. (Silva, 2019).

Neste sentido, pode-se inferir que o antigo movimento do cangaço tem sido revivido no Brasil, agora denominando-se “Novo Cangaço”, em que grupos criminosos atuam de forma semelhante, instalando pânico e medo na população local, por meio do domínio de pequenas cidades, com a utilização de armamentos de grosso calibre, explosivos e dominação das forças

policiais. Isto porque nas pequenas cidades o efetivo policial é reduzido e não possuem poder de fogo compatível, nem preparo especializado para este tipo de combate (Costa, 2016).

Diante destes fatos, que são uma ameaça à segurança pública do Estado, este trabalho propõe-se a realizar o estudo do “Novo Cangaço” no Estado do Pará, dando-se enfoque para a atuação do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) enquanto unidade especializada da Polícia Militar do Pará (PMPA) no combate a esta modalidade de crimes.

A escolha da temática justifica-se pela necessidade de analisar os mais variados fatores que desencadeiam a ocorrência destes crimes no Pará, além da maneira que o Estado tem respondido a estas ações criminosas. Neste sentido, devido a especialidade destas ações criminosas, bem como suas características serem consideradas como uma crise policial, no contexto da Polícia Militar do Pará, a unidade responsável por tratar esse tipo de ocorrência é o BOPE, em razão de sua operacionalidade técnica, armamento diferenciado, poder de fogo proporcional e fardamento apropriado (Pará, 2020).

A relevância deste estudo está em contribuir para o avanço científico em torno de um tema ainda pouco explorado nos estudos de segurança pública no Pará, pois dos poucos escritos relativos a essa temática no Estado, os últimos dados analisados estão limitados ao ano de 2016 (Ferreira Junior; Miranda; Reis, 2021). No entanto, após esse marco, tem-se conhecimento de várias ocorrências desta ação criminosa, não tendo sido localizados outros trabalhos que tenham explorado tal temática até o fechamento deste artigo.

Assim, tem-se o seguinte problema de pesquisa: Como tem sido a atuação do BOPE no combate às ações criminosas do “Novo Cangaço” no Estado do Pará e sua efetividade? Para direcionar os estudos, foram definidas as seguintes questões norteadoras: a) Qual a origem do “Novo Cangaço” e qual o seu *modus operandi*? b) Como o “Novo Cangaço” se desenvolve e atua no Estado do Pará? c) Como tem sido a atuação do BOPE no enfrentamento às ocorrências da modalidade “Novo Cangaço” nos últimos anos?

Neste contexto, o artigo tem como objetivo geral analisar a atuação do BOPE e sua efetividade como unidade especializada da PMPA no combate às organizações criminosas responsáveis pelos crimes na modalidade “Novo Cangaço” em municípios do interior do Estado do Pará. Como objetivos específicos, busca-se: a) apresentar a origem do “Novo Cangaço" e seu modo de operação; b) avaliar os dados numéricos das ocorrências relacionadas a esses crimes no período de janeiro de 2017 a dezembro de 2022; c) mostrar como tem se dado a atuação do BOPE no enfrentamento às ações criminosas na modalidade “Novo Cangaço”.

Com tudo isso, espera-se que o artigo venha contribuir com a produção técnico-científica relacionada à temática de segurança pública do Estado do Pará, evidenciando a atuação do BOPE face à modalidade criminosa “Novo Cangaço”, bem como os aspectos relacionados a sua efetividade, cooperando assim com a manutenção da ordem pública e a garantia da paz social à sociedade paraense.

Para a realização do trabalho, foram seguidos os passos metodológicos descritos na seção 2 a seguir.

2 METODOLOGIA

Para a realização deste artigo, adotou-se a metodologia de natureza básica e aplicada, a abordagem quali-quantitativa, a finalidade exploratória, e os procedimentos técnicos selecionados foram a pesquisa bibliográfica e documental, bem como a realização de entrevistas.

Considera-se uma pesquisa de natureza básica e aplicada porque se tem como objetivo a busca e atualização de conhecimento em torno do assunto em estudo, e a aplicação prática desses conhecimentos para a solução de problemas específicos. A abordagem é quantitativa e qualitativa porque envolve o tratamento de dados quantificáveis para o estudo do problema em estudo, bem como a análise, interpretação de resultados e as propostas de intervenção na realidade de determinada organização social e institucional (Gil, 2008).

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, cujo objetivo é proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses; e explicativa por ter como objetivo principal tornar algo inteligível, esclarecer quais fatores contribuem de alguma forma para a ocorrência de um determinado fenômeno (Gil, 2007).

Em relação aos procedimentos técnicos adotados, na pesquisa bibliográfica buscou-se informações em livros, artigos científicos, e outras produções que tratassem da temática em estudo. Na pesquisa documental, foi realizada a consulta de leis, regulamentos e boletins da PMPA. Quanto à entrevista, foram selecionados dois policiais atuantes no Grupamento de Policiamento em Ambiente Rural (GPAR) do BOPE/PMPA, responsável pelo atendimento de ocorrências de ataques a instituições financeiras, com o objetivo de obter informações sobre a atuação no combate ao “Novo Cangaço” no Estado do Pará. Ambos os entrevistados concordaram em contribuir para esta pesquisa científica e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) autorizando o uso de informações gravadas em arquivos de áudio.

Quanto à pesquisa quantitativa, foram solicitados, via Ofício, dados à Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) e ao BOPE referentes aos registros da modalidade criminosa denominada de “Novo Cangaço” no Estado do Pará, no período de janeiro de 2017 a dezembro de 2022. No entanto, somente foram obtidos os dados fornecidos pela SIAC, uma vez que o BOPE não dispõe do tipo de tratamento de dados como os solicitados. A delimitação do espaço temporal desta pesquisa, 2017 a 2022, justifica-se pela necessidade de estudar as ocorrências na modalidade “Novo Cangaço” após o ano 2016, que foi o último ano do período estudado (2011-2016) por Ferreira Junior, Miranda e Reis (2021).

Para a análise quantitativa, foram solicitadas as seguintes informações sobre as ocorrências: município/localidade, dia da semana, mês, faixa de hora, data, número de ocorrências, instituições financeiras vítimas, número de agentes, número de prisões, intervenção com resultado morte, armas apreendidas e calibre, valores subtraídos, valores recuperados, veículos utilizados pelos criminosos, quantidade de veículos utilizados pelos criminosos, veículos recuperados. Das informações solicitadas, não havia na base de dados da SIAC as seguintes: número de prisões, intervenção com resultado morte, valores recuperados, quantidade de veículos utilizados pelos criminosos.

Quanto ao tratamento dos dados, foi utilizado o programa *Excel*, a partir do qual foram gerados os gráficos e tabelas necessários para a análise dos resultados. Ressalte-se que a planilha-mãe utilizada foi a mesma fornecida pela SIAC, na qual foram aplicados os devidos filtros para a geração de novas planilhas conforme a necessidade de análise de dados. A apresentação dos resultados e análise dos dados estão na seção 4 deste artigo.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Tendo em vista o alcance dos objetivos traçados para responder o problema de pesquisa, o referencial teórico trata da origem do “Novo Cangaço” no Brasil, o *modus operandi* das organizações criminosas, como tal ação criminosa tem ocorrido no Estado do Pará, e como o BOPE tem atuado no combate a este crime.

3.1 SURGIMENTO DO “NOVO CANGAÇO” NO BRASIL

O movimento do Cangaço surgiu no Brasil no final do século XIX e início do século XX, consistindo em uma forma de insurgência contra o regime político local, a pobreza, a desigualdade social e o domínio dos coronéis, que permeavam a realidade do sertão nordestino daquela época. Neste sentido, asseveram Gonçalez *et al.* (2004):

> No Brasil, a associação criminosa derivou do movimento conhecido como cangaço, cuja atuação deu-se no sertão do Nordeste, durante o século XIX, como uma maneira de lutar contra as atitudes de jagunços e capangas dos grandes fazendeiros, além de contestar o coronelismo. Personificados na figura de Virgulino Ferreira da Silva, o “Lampião” (1897-1938), os cangaceiros tinham organização hierárquica e com o tempo passaram a atuar em várias frentes ao mesmo tempo, dedicando-se a saquear vilas, fazendas e pequenas cidades, extorquir dinheiro mediante ameaça de ataque e pilhagem ou sequestrar pessoas importantes e influentes para exigir resgates. Para tanto, relacionavam-se com fazendeiros e chefes políticos influentes e contavam com a colaboração de policiais corruptos, que lhes forneciam armas e munições (Gonçalez *et al.*, 2004, p. 3).

Neste diapasão, baseado na essência deste movimento histórico no Brasil, várias organizações criminosas têm agido de maneira semelhante, praticando a modalidade criminosa denominada de “Novo Cangaço”. Suas ações se assemelham ao cangaço tradicional, quando da invasão de pequenas cidades, superioridade bélica e domínio das polícias, roubo e a lealdade com o chefe do bando, aliado também à coragem e audácia de seus participantes. Contudo, seus integrantes são grupos de pessoas criminosas que visam praticar roubo contra instituições financeiras e, sobretudo, obter lucro (Pereira, 2015).

Segundo Borges e Brandão (2016 *apud* Silva Filho; Silva, 2017), a origem do “Novo Cangaço” na região nordeste é resultado da desigualdade social muito evidente naquela região no século XX, até os dias atuais. As classes menos favorecidas eram exploradas pelos grandes fazendeiros e coronéis da região. Assim, toda essa exploração resultou em um grande número de adesão de pessoas pobres e sem oportunidades aos grupos de cangaceiros que praticavam crimes na região do nordeste.

O cangaceiro Lampião e seu bando de criminosos é até hoje o mais conhecido na história do Brasil por ter cometido os mais variados tipos de crimes em vários estados do nordeste, ocupando e controlando pequenas cidades no meio do sertão, assim como as organizações criminosas do “Novo Cangaço” nos dias atuais. Além disso, é muito semelhante a situação que ocorre nos dias atuais com o que acontecia no início do século passado, quando cidades pequenas pouco guarnecidas por forças policiais tornam-se vítimas de criminosos fortemente armados (Pinheiro; Abreu, 2018).

Desse modo, décadas têm se passado, e os grupos criminosos continuam aterrorizando pequenas cidades do Brasil. Porém, agora utilizando caminhonetes, tecnologia avançada, armamento moderno e de grosso calibre. Por isso, nos últimos anos, essa modalidade criminosa vem sendo denominada na mídia, meios de comunicação, população e pelas próprias autoridades como “Cangaço Moderno” ou “Novo Cangaço”. Nesse viés, define Silva (2019):

> Diferente das ações utilizadas no velho cangaço, o Novo Cangaço assume uma nova geografia que ultrapassa as entranhas do sertão nordestino e se faz presente em todo o país. O grau de especialização dos criminosos chega a contar com explosivos e armas utilizadas em guerras (Silva, 2019, p. 15).

Nos dias atuais, os “cangaceiros modernos” não são comandados por apenas um líder como na época do Lampião. No entanto, o objetivo desses criminosos com o roubo a agências bancarias também é garantir recursos para outras práticas criminosas, por exemplo: tráfico de drogas, agiotagem, lavagem de dinheiro, armas etc.

3.2 CONHECENDO A OCORRÊNCIA “NOVO CANGAÇO”

As ações criminosas classificadas como “Novo Cangaço” caracterizam-se pela ação de homens fortemente armados, que chegam de forma abrupta, durante a noite, enquanto a população se encontra em repouso, as ruas estão com movimento reduzido, assim como as delegacias e quartéis funcionam com efetivo menor, garantindo sua vantagem em superioridade numérica e no poder de fogo, produzindo cenas de pânico e medo (Aquino, 2020). Neste sentido, esclarece Pereira (2015):

> Em termo, o “Novo Cangaço” é formado por grupo de criminosos que se juntam para cometer crime de roubo contra bancos públicos ou privados, no geral são formados por oito ou mais homens, chegando ao número de quinze assaltantes, e suas ações vão desde levantamento do local e cidade a ser atacada, rota de fuga, levantamento do efetivo e capacidade de ação, até a execução, e divisão do erário roubado.
> Geralmente chegam às pequenas cidades utilizando caminhonetes, pois este tipo de veículo supera melhor os obstáculos, como terreno a ser percorrido, rendem os policiais e o gerente do banco, e os obrigam a abrir o cofre, contudo, o mais comum é explodir os caixas eletrônicos e cofre, com isto, levam todo o dinheiro depositado (Pereira, 2015, p. 18-19).

Além disso, o *modus operandi* destas ações criminosas são marcadas pela utilização de explosivos, que passaram a ser componente essencial para o sucesso de seus roubos, em razão de as agências bancárias e caixas eletrônicos possuírem robustos sistemas de segurança, que não são possíveis de romper sem o uso de armamento específico, neste caso, o uso de explosivos (Cruz; Cardoso; Sousa, 2022).

Ademais, é imperioso destacar que estas ações não são improvisadas e são caracterizadas pelo planejamento de ações e divisões de tarefas, sendo o bando fracionado em partes que possuem responsabilidades de ação. Enquanto uma parte rende as forças policiais, outra fica responsável por realizar os ataques nas agências bancárias, conforme relata Costa (2016):

> Observa-se que os assaltantes de banco não são apenas criminosos corajosos, mas principalmente meticulosos e organizados quanto ao planejamento de suas ações e escolha de seus alvos, possuindo substancialmente a natureza racional, pois avaliam a relação custo e benefício de suas escolhas, e assim, optam pelo modo de ação a seguir e decidem qual a forma de realizar o crime. (Costa, 2016, p. 42).

Portanto, o *modus operandi* dos novos cangaceiros é de realmente causar pânico e terror nas cidades sitiadas com o uso dos seus recursos e equipamentos de guerra, que não são ao acaso. As rajadas de tiro de fuzis, bombas e explosivos buscam intimidar as forças policiais e causar um sentimento de vulnerabilidade e domínio das populações locais, com o objetivo de demonstrar a força do crime organizado perante a sociedade (Cruz; Cardoso; Sousa, 2022).

3.3 “NOVO CANGAÇO” NO ESTADO DO PARÁ

Neste cenário, o Estado do Pará não passou despercebido aos olhos dos criminosos que praticam tal inovação delituosa. Conforme asseveram Ferreira Júnior, Miranda e Reis (2021), nos anos de 2011 a 2016, foram registrados 48 assaltos a instituições financeiras em 29 municípios paraenses, destacando-se o Banco do Brasil com o registro de 25 ataques.

Neste contexto, a própria geografia do Estado do Pará contribui para o cometimento dos referidos crimes, dadas as suas dimensões continentais e a existência de vários municípios do interior do estado estarem localizados muito longe da capital, o que dificulta a presença de unidades especializadas. Aliado a isso, tem-se que estes municípios têm uma pequena densidade populacional, o que, consequentemente, corresponde a uma destinação diminuta do efetivo policial. Além disso, a própria vegetação propicia o homiziamento na densa selva amazônica favorecendo a fuga dos criminosos (Costa, 2016).

Costa (2016) pontua, ainda, para além dos fatores geográficos, ressaltando as questões estruturais e socioeconômicas:

> Estas cidades possuem grande fluxo migratório com região nordeste do país, especialmente quando passou a se implementar nas regiões destas cidades grandes projetos agropecuários (Santana do Araguaia), de produção de energia hidrelétrica (Baião próxima de Tucuruí), e produção mineral (Canaã e Eldorado), extração de madeira e construção da hidrelétrica de Belo Monte (Uruará) (Costa, 2016, p. 32).

Os fatores socioeconômicos e estruturais corroboram para o fortalecimento do banditismo do "Novo Cangaço", em razão dos grandes projetos de extração de recursos naturais instalados no estado, os quais atraíram pessoas de todo o país, especialmente da região nordeste, em busca de dinheiro e melhor qualidade de vida, não possuindo, dessa forma, apego algum com a região. Dessa forma, tais pessoas são recrutadas pelos criminosos, oferecendo auxílio e guarida no que consiste ao estudo do cenário do crime e a fuga.

Observa-se que tais ocorrências são de risco elevado e que necessitam de uma resposta especializada do Estado através dos órgãos de segurança pública, de forma a entregar uma resposta rápida e eficiente na solução dos crimes, reprimindo tais condutas delituosas, bem como prevenindo a sua reincidência, desencorajando, assim, novos atos criminosos desta modalidade (Ferreira Junior; Miranda; Reis, 2021).

Neste ponto, percebe-se que tais condutas criminosas podem ser entendidas, sob a ótica policial, como uma situação de crise, que pode ser compreendida segundo o conceito adotado pela Academia Nacional do *Federal Bureau of Investigation* (FBI) explanado por Gaia (2003, p. 18) como: "um evento ou situação crucial que exige uma resposta especial da Polícia, a fim de assegurar uma solução aceitável". Desta maneira, elucidam Ferreira Junior, Miranda e Reis (2021):

> Dentro do enquadramento técnico da polícia as ocorrências de roubo a banco na modalidade vapor ou Novo Cangaço, se encaixa perfeitamente dentro do conceito de crise policial (são intervenções denominadas de alta complexidade), ou seja, é uma ação que supera a capacidade de resposta do policiamento ordinário, exigindo assim uma intervenção mais estruturada com uma tropa mais especializada e equipada (Ferreira Junior; Miranda; Reis, 2021, p. 84).

Neste diapasão, a Polícia Militar do Pará elaborou o Procedimento Operacional Padrão – POP n.º 014.001[5] - Atuação Policial em crime contra Instituição Financeira (Pará, 2020). Assim, são estabelecidas as seguintes diretrizes quando da confirmação de uma ocorrência caracterizada como Novo Cangaço:

> 2.1 **Comunicar ao Batalhão de Operações Policiais Especiais – BOPE** e demais Unidades Operacionais de Polícia Ostensiva – UPOs vizinhas sobre o Evento Crítico, podendo ser utilizado qualquer meio de comunicação disponível, inclusive redes sociais;
> [...]
> 2.4.1 Acionar o PLANO DE DEFESA e consequentemente o PLANO DE CHAMADA DO EFETIVO e a REDE DE APOIO;
> 2.4.2 Coordenar bloqueios e barreiras nas rotas de acesso à cidade, conforme planejamento prévio.

[5] Numeração do POP atualizada por meio da Portaria n.º 70/2022 – GAB. CMD, publicada no Boletim Geral n.º 126, de 6 de julho de 2022.

> [...]
> 2.6 Evitar perseguição aos criminosos em áreas de mata, **ficando esta missão resguardada ao BOPE por questões técnicas e operacionais, capacitação do efetivo, armamento diferenciado, poder de fogo proporcional e fardamento apropriado** (Pará, 2020, p. 3, grifo nosso).

Portanto, evidencia-se a necessidade de atuação do BOPE como unidade especializada e com poder de resposta à altura do planejamento das ações criminosas tal como é o "Novo Cangaço". Desta feita, na seção 4, são apresentados os resultados da pesquisa realizada quanto à atuação dessa Unidade e sua efetividade no combate a essa modalidade criminosa no Estado do Pará, no período de 2017 a 2022.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para melhor exposição dos resultados, as descrições e discussões estão divididas em 4 seções: a primeira, trata-se sobre a localização geográfica das cidades-alvo do "Novo Cangaço" no Estado do Pará por mesorregiões e ocorrências; a segunda, sobre o número de ocorrências nos últimos 12 anos, considerando o período de 2011 a 2016 de Ferreira Junior, Miranda e Reis (2021) e 2017 a 2022 com os resultados da pesquisa realizada neste artigo; a terceira, sobre a atuação dos grupos criminosos na modalidade Novo Cangaço no Estado do Pará; e a quarta, sobre a atuação do BOPE e a efetividade de suas ações frente às ocorrências em estudo.

4.1 ANÁLISE GEOGRÁFICA: CIDADES-ALVO

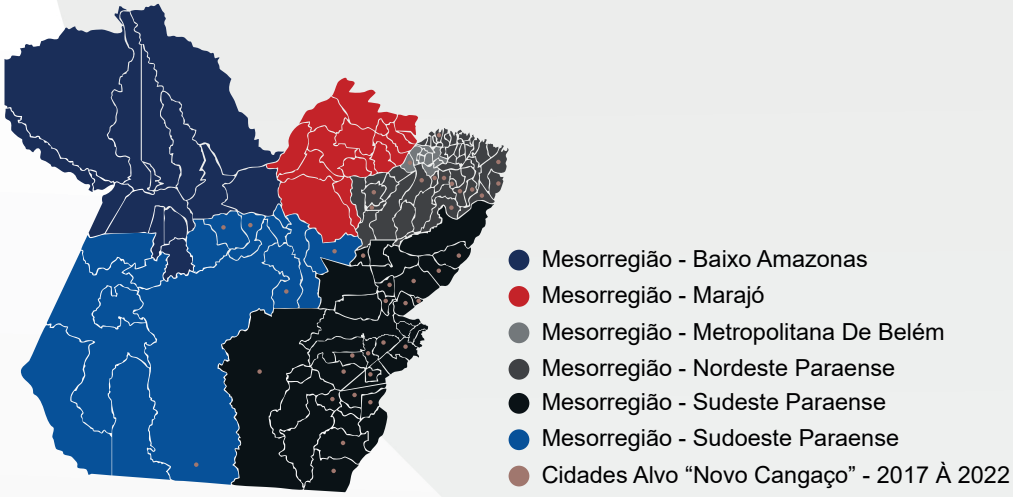
Conforme dados fornecidos pela SIAC, o número de ocorrências registradas no período de 2017 a 2022 foi de 54, sendo 39 as cidades-alvo, conforme mostrado na Tabela 1 e na Figura 1 abaixo, as quais foram identificadas no mapa do Estado do Pará por mesorregiões.

Tabela 1 – Frequência de ocorrências do Novo Cangaço por ano e mesorregião dos municípios do Estado do Pará no período de 2017 a 2022 – Total de 54.

MESORREGIÃO	MUNICÍPIO	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
RMB	Barcarena	1	0	0	0	0	0	1
NORDESTE	Acará, Bonito, Cachoeira do Piriá, Cametá, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Curuçá, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Mãe do Rio, Mocajuba, **Nova Esperança do Piriá**, São Domingos do Capim, Viseu	4	4	9	3	0	2	**22**
SUDESTE	Abel Figueiredo, Água Azul do Norte, Bannach, Bom Jesus do Tocantins, Canaã dos Carajás, Curionópolis, **Dom Eliseu**, Eldorado dos Carajás, Floresta do Araguaia, Jacundá, Rio Maria, Rondon do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, São Geraldo do Araguaia, Sapucaia, Tucuruí, Ulianópolis	7	12	5	0	0	0	**24**
SUDOESTE	Altamira/Castelo dos Sonhos, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Senador José Porfirio	2	4	1	0	0	0	7
TOTAL		14	20	15	3	0	2	**54**

Fonte: Elaborado pelos autores com os dados da SIAC/2023.

Figura 1 – Localização geográfica das cidades-alvo do “Novo Cangaço” no Estado do Pará no período de 2017 a 2022 – Total de 39 cidades.



Fonte: Elaborado pelos autores com os dados da SIAC/2023.

De acordo com os dados expostos na Tabela 1 e na Figura 1, as regiões com maior concentração das ocorrências do “Novo Cangaço” são as mesorregiões do Nordeste (22 ocorrências) e Sudeste (24 ocorrências). Entre as cidades com maior número de registros, destacam-se Nova Esperança do Piriá, na mesorregião do nordeste (1 em 2017 e 2 em 2018), e Dom Eliseu, na mesorregião do sudeste (1 a cada ano: 2017, 2018 e 2019), ambas próximas à fronteira do Estado do Maranhão.

Nesse sentido, retoma-se o que aponta Costa (2016) quando afirma que as características geográficas peculiares e a própria vegetação amazônica favorecem as ocorrências do crime do “Novo Cangaço”. O Estado do Pará, objeto deste estudo, possui muitos rios, florestas e pistas de pouso clandestinas, assim como são as regiões com maior quantidade de vias que dão acesso rápido aos estados fronteiriços. Isto é afirmado também pelo entrevistado A desta pesquisa que já atuou em várias operações contra esses grupos criminosos, e reforça esses motivos:

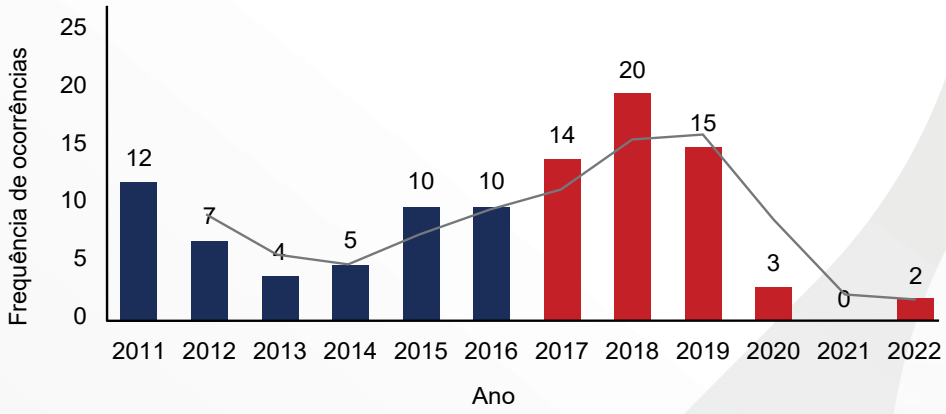
> Dentro do Estado do Pará, a geografia com certeza contribui bastante para ocorrências do Novo Cangaço, visto que os meios de fuga são bem variados, tanto durante o dia quanto durante a noite, pois temos áreas que misturam diferentes biomas, matas, serrado, locais alagados, várias pistas de pouso clandestinas, meios fluviais e uma infinidade de meios de fuga para estas organizações criminosas. O que facilita a atuação deles no Estado é a dimensão do Estado do Pará que também acaba sendo muito grande e desproporcional ao policiamento, isto é, temos uma área muito grande e um número pequeno de policiais em relação ao tamanho do Estado (Entrevistado A, membro do GPAR, 2023).

Costa (2016) afirma que a escolha dos municípios da mesorregião sudeste deve-se também a aspectos estruturais e socioeconômicos, pois nestas localidades há a presença de grandes projetos de agropecuária (Santana do Araguaia) e de extração mineral (Canaã dos Carajás e Eldorado dos Carajás), atraindo um grande fluxo migratório para a região, onde várias pessoas buscam melhores condições de vida, gerando também uma grande circulação de dinheiro nessas localidades, sendo tais fatores preponderantes para a escolha dos grupos criminosos.

4.2 ANÁLISE TEMPORAL

No que se refere à análise temporal das ocorrências do “Novo Cangaço”, observa-se na Figura 2 abaixo a frequência de ocorrências no período entre 2011 a 2016 (total de 48), estudado por Ferreira Junior, Miranda e Reis (2021), e o período de 2017 a 2022 (total de 54), que é o tempo delimitado para este trabalho.

Figura 2: Ocorrências do “Novo Cangaço” no Estado do Pará, de 2011 a 2022 – Total de 102.



Fonte: Elaborado pelos autores com os dados de Ferreira Junior, Miranda e Reis (2021) e da SIAC/2023.

Observa-se na Figura 2 o aumento no número de ocorrências do “Novo Cangaço” no Estado do Pará em relação ao período de 2011 a 2016. O ano de 2018 apresentou o maior número de ocorrências (20). De 2019 a 2022, ressalta-se a queda brusca sinalizada pela linha de tendência, inclusive zerando o índice no ano de 2021. Neste contexto, há, pelo menos, dois fatores que podem justificar tal decréscimo: primeiro, a adoção da doutrina de patrulhamento rural, que já vinha sendo executada pela então Companhia Independente de Operações Especiais (CIOE) e que foi aperfeiçoada com a participação de oito policiais militares da PMPA no Curso de Patrulhamento em Ambiente Rural (CPAR) na Polícia Militar do Estado do Mato Grosso (PMMT) no ano de 2015. Com este conhecimento especializado, a doutrina foi consolidada e, em 2017, a PMPA instituiu o Curso de Patrulhamento em Ambiente Rural (CPAR), a fim de especializar o efetivo de operações especiais na atuação em áreas rurais e de mata, sobretudo em ocorrências que possuam as características do “Novo Cangaço”.

Sobre este assunto, destacou o entrevistado A, que é um dos precursores em patrulhamento em ambiente rural na PMPA, cursado nessa especialidade pela PMMT:

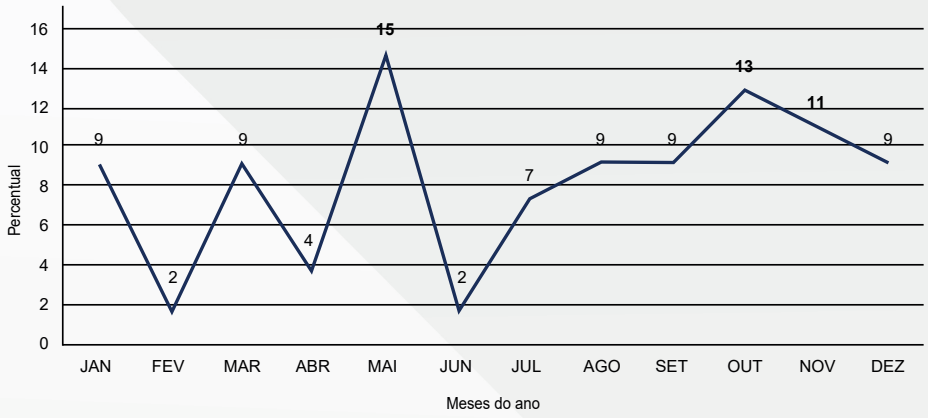
> É uma doutrina de operações rurais nacional que pega desde esse planejamento do plano de ação, plano de defesa, até a parte da ação, da execução, da prática, do confronto propriamente dito, as técnicas e táticas de rastrear e o confronto armado em área de mata. Não é só o confronto essa doutrina de operações rurais, porque as pessoas confundem achando que o GPAR é rural, é só pra atuar no mato, pra fazer patrulhamento no mato. Não, não é isso. Ela é uma doutrina pra combate aos crimes contra instituições financeiras, que vai desde o planejamento de plano de ação para fazer bloqueios e barreiras, mapear toda a cidade até o confrontamento propriamente dito em área de mata, desde fazer técnicas de rastreamento e contrarrastreamento e a ação propriamente dita (Entrevistado A, membro do GPAR, 2023).

O segundo fator a ser considerado é a pandemia causada pela COVID-19, que, em razão das medidas restritivas de circulação pessoas, acabou por diminuir o fluxo de dinheiro nas cidades e consequentemente o numerário depositado nas agências bancárias. Somado a isso, vários foram os bloqueios realizados nas estradas pelos órgãos de segurança pública, o que poderia inviabilizar as rotas de fuga e o acesso dos criminosos às cidades alvo.

Portanto, considerando que o BOPE é um dos principais agentes no enfrentamento destes grupos de criminosos, nota-se que a partir do momento em que a Unidade passou a adotar as técnicas e doutrina de patrulhamento em ambiente rural e difundir esse conhecimento para a tropa de operações especiais a dinâmica do crime mudou. Ou seja, os números de ataques de “Novo Cangaço” que estavam em crescimento tiveram uma drástica redução a partir do momento em que a Unidade passou a atuar de forma mais especializada.

No que se refere aos meses e horários das ocorrências, registra-se que estas se concentraram, principalmente, nos meses de maio, outubro e novembro, como mostra a Figura 3 abaixo. Considera-se que a referida dinâmica pode estar relacionada com eventos festivos, feriados e praxes comerciais, a exemplo do Dia das Mães em maio, Círio de Nazaré em outubro, e a *Black Friday* em novembro, bem como das festas de fim de ano, datas em que há uma grande circulação de dinheiro em razão do grande movimento comercial.

Figura 3 – Percentual de Ocorrências do Novo Cangaço por Meses do Ano – Total de 54.



Fonte: Elaborado pelos autores com os dados da SIAC/2023.

Merece destaque também o fato de que muitos ataques aconteceram nos meses em que ocorre o inverno amazônico, marcado pela presença de chuvas intensas que deixam as vias de acesso e ramais em péssimas condições de trafegabilidade e a vegetação fica alagada, dificultando o acompanhamento policial (Ferreira Junior, Miranda, Reis, 2021).

Analisando-se as ocorrências de "Novo Cangaço" por dia da semana, observou-se que os ataques ocorrem principalmente nos dias de quinta, sexta, segunda e terça-feira, como mostra o Figura 4 à esquerda. E quanto a faixa de horário, verificou-se que as atividades criminosas se concentram entre 00:00h e 06:00h, como mostra o Figura 5 à direita.

Figura 4 – Percentual de ocorrências do Novo Cangaço por dias da semana – Total de 54.

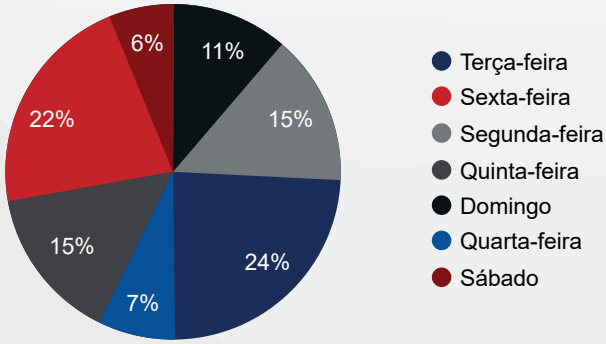
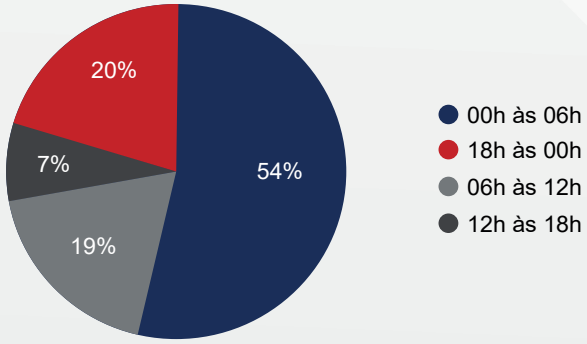


Figura 5 – Percentual de ocorrências do Novo Cangaço por horário – Total de 54.



Fonte: Elaborados pelos autores com os dados da SIAC/2023.

Tal fato ocorre porque as quintas e sextas-feiras são dias próximos do fim de semana, quando as agências bancárias estão fechadas e a população tende a precisar de mais dinheiro para realizar compras e atividades de lazer, necessitando de um maior numerário disponível nos bancos. Outrossim, os dias de segunda e terça-feira são os dias em que sucedem o final de semana, quando há a reabertura das agências e a consequente necessidade de reabastecimento de dinheiro em seus cofres, sendo um fator atrativo para as ações criminosas.

Quanto à faixa de horário (Figura 5), a concentração entre 00:00h e 06:00h evidencia o *modus operandi* desta modalidade de crime, conforme já exposto neste trabalho, em que o bando age durante a noite, enquanto a população se encontra em repouso noturno e as ruas estão com movimento reduzido, bem como as forças policiais operam com efetivo menor, garantindo sua vantagem em superioridade numérica e no poder de fogo (Aquino, 2020).

4.3 ATUAÇÃO DOS GRUPOS CRIMINOSOS

Quanto às Instituições Financeiras vítimas do "Novo Cangaço", tem-se que as agências do Banco do Brasil (BB) (19 ocorrências), Banpará (18 ocorrências) e Bradesco (17 ocorrências) foram as mais atacadas, conforme mostrado na Tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – Instituições Financeiras vítimas do Novo Cangaço no Estado do Pará e a frequência de ocorrências no período de 2017 a 2022 - Total de 39 municípios.

BANCOS	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
BB	5	6	6	2	0	0	19
BANPARÁ	7	5	5	5	0	1	18
BRADESCO	3	8	4	1	0	1	17
CEF	3	0	2	0	0	1	6
SICRED	0	2	2	0	0	0	4
BASA	1	1	0	0	0	0	2
PROSEGUR	0	1	0	0	0	0	1
CORREIOS	0	1	0	0	0	0	1
TOTAL	**19**	**24**	**19**	**3**	**0**	**3**	**68**

Fonte: Elaborado pelos autores com os dados da SIAC/2023.

Comparando-se com o levantado durante o período de 2011 a 2016 por Ferreira Júnior, Miranda e Reis (2021), nota-se que o BB continua sendo a instituição financeira que sofreu o maior número de ataques, justificando-se tal número pela padronização dessas agências a um modelo específico, bem como pela maioria das prefeituras dos Municípios Paraenses e órgãos da esfera Federal sediados nas cidades polos do interior do Estado do Pará utilizarem o BB para o pagamento do funcionalismo público.

De outro lado, nota-se também uma diferença com relação ao número de ataques ao Banpará e ao Bradesco, que antes possuíam um número de 3 e 6 ataques, enquanto atualmente possuem 18 e 17, respectivamente. Uma explicação a esse fato pode se dar em razão de que o Banpará iniciou em 2011 a elaboração de um plano de expansão pelo Estado, resultando atualmente em 161 unidades de atendimento a 90% (noventa por cento) da população paraense[6]. Nesse sentido, con-

[6] Histórico. BANPARÁ. Disponível em: https://ri.banpara.b.br/a-companhia/historico/ Acesso em: 25 abr. 2023.

siderando que a instituição é responsável pelo pagamento do funcionalismo público paraense, é necessária a concentração de pagamentos para um único período do mês, o que é atrativo para os criminosos.

Quanto à logística empregada, ressalta-se a quantidade de agentes (cf. Tabela 3 abaixo), os tipos de armamento e veículos utilizados.

Tabela 3 – Número de Agentes nas ocorrências de "Novo Cangaço" nos municípios do Estado do Pará no período de 2017 a 2022 - Total de 54 ocorrências.

MUNICÍPIO	N° AGENTES
Bom Jesus do Tocantins, Cametá, Nova Esperança do Piriá, Medicilândia, Tucuruí, Dom Eliseu, Eldorado dos Carajás, Santa Maria das Barreiras, Nova Esperança do Piriá*	6
Sapucaia, Curionópolis, Ipixuna do Pará	7
Viseu, Ulianópolis	8
Bonito, Abel Figueiredo	9
Mocajuba, Mãe do Rio, Jacundá, São Domingos do Capim, Acará	10
Jacundá	11
São Domingos do Capim	13
Rio Maria, Barcarena	20

*Nova Esperança do Piriá se repete por serem duas ocorrências com o mesmo número de agentes.

Fonte: Elaborado pelos autores com os dados do SIAC/2023.

Das 54 ocorrências registradas, a maior frequência no número de agentes está entre 6 e 20, número aproximado ao que assinala Pereira (2015) quando afirma que o número de participantes geralmente está entre 8 e 15.

As armas de fogo (curtas e longas) e os explosivos são os meios mais utilizados nos ataques, confirmando o que apontam Pereira (2015) e Cruz, Cardoso e Sousa (2022). Em 37 das 54 ocorrências, foi possível identificar os tipos de armas de fogo: espingardas cal. 12, fuzis cal. 5,56mm, fuzis cal. 7,62mm, rifle cal. 50, carabinas cal. 30, pistola cal. 9mm, pistola cal. 40, revólver cal. 38, metralhadora cal. 30, escopeta cal. 12. E o explosivo mais utilizado é a dinamite.

Quanto aos valores subtraídos, registra-se a faixa entre R$ 181.430,00 e R$ 8.900.000,00. Quanto aos veículos utilizados, são selecionados automóveis mais potentes para deslocamento com alta velocidade, dando-se preferências às caminhonetes, pois, como afirma Pereira (2015), são veículos que superam melhor os obstáculos, principalmente os diferentes tipos de terreno.

4.4 A EFETIVIDADE DA ATUAÇÃO DO BOPE CONTRA O "NOVO CANGAÇO"

Diante de toda a sistemática apresentada sobre a atuação dos grupos criminosos na modalidade "Novo Cangaço" no Estado do Pará, é possível afirmar que a atuação do BOPE vem demonstrando eficácia nos últimos anos contra essa modalidade criminosa, visto que após a adoção da doutrina de patrulhamento em ambiente rural e a criação do GPAR houve uma queda visivelmente brusca no número de ocorrências, sendo que em 2021 o Estado do Pará conseguiu zerar o índice, conforme mostraram os dados da SIAC/2023.

Este resultado demonstra a importância do preparo técnico especializado da tropa de operações especiais para o enfrentamento das ocorrências de alta complexidade, como são

os ataques a instituições financeiras. Nesse ínterim, a PMPA tem investido em capacitação do efetivo de Operações Especiais e do efetivo do Esquadrão Contrabombas, tanto realizando cursos por meio do BOPE, quanto enviando policiais para se especializarem em outros Estados. Já foram realizados pelo BOPE/PMPA dois Cursos de Patrulhamento em Ambiente Rural (CPAR) nos anos de 2017 e 2018.

Em 2021, dois policiais do BOPE formaram no Curso Técnico de Explosivista Policial promovido pelo Grupamento de Manejo de Artefatos Explosivos (Marte) da Polícia Militar do Amazonas[7]. Em 2022, a PMPA apresentou mais dois novos Explosivistas formados no Estado do Mato Grosso[8]; e mais quatro Especialistas em Patrulhamento em Ambiente Rural formados no Estado do Tocantins. Ressalta-se que o CPAR somente pode ser realizado por policiais já cursados em Operações Especiais. Para o Esquadrão Contrabombas não há a mesma exigência. Porém, para ambos, deve-se pertencer exclusivamente ao efetivo do BOPE.

Todo o preparo técnico dos operadores especialistas em explosivos e em ambiente rural tem sido positivamente avaliado e os resultados de sua atuação têm sido os melhores possíveis. No entanto, existem outros fatores importantes que devem ser observados para que se obtenha sucesso no combate à modalidade criminosa em estudo. Dentre eles, a implementação dos Planos de Ação, cujo objetivo é frustrar o planejamento dos criminosos, fazendo com que eles sejam forçados a mudar seus planos de fuga, gerando consequentemente um descontrole emocional no grupo.

Esse plano de ação deve ser efetuado pelo policiamento ordinário do município-alvo, facilitando o trabalho do BOPE quando chegar ao local, tendo em vista que geralmente a tropa especializada demora algumas horas para chegar em razão da distância entre a Capital Belém, onde o BOPE está sediado, e as localidades-alvo.

Os entrevistados são unânimes em afirmar que a correta execução do plano de ação é a principal ferramenta para ajudar na captura dos criminosos. Neste sentido, destacou o Entrevistado B:

> O primeiro fator, na minha opinião, que é o principal, é a execução do plano de ação do policiamento local. Por exemplo, aconteceu o assalto, se eles executarem o plano de ação, a viatura tal vai para o ramal A, a viatura tal vai para o ramal B, liga para alguém da prefeitura, pega o caminhão e fecha a rua tal. Tudo isso é fundamental para o êxito da ocorrência. Porque se não tiver esse plano de ação, não for feito bloqueios, nem barreiras, os criminosos vão seguir o plano deles como eles quiserem, vão seguir na rota de fuga que eles já estudaram, já determinaram.
> Caso seja feito o plano de ação, a possibilidade de quebrar o planejamento deles é maior, que é o que a gente quer, pois quebrando o planejamento da quadrilha, eles podem se desesperar, podem, digamos assim, como a gente fala "tocar o barata voa". Aí eles vão começar a fazer tudo o que não 'tava planejado'. Eles vão ter o desconforto, eles já vão entrar na área de mata, que é o que a gente quer, que eles fujam para a área de mata, porque lá eles vão ter o desconforto e a gente vai poder executar um cerco no local e vai ficar mais fácil de capturá-los (Entrevistado B, membro do GPAR, 2023).

[7] Policiais militares do Pará concluem curso de técnico explosivista na PMAM. Matéria publicada no Site da PMPA. Disponível em: https://www.pm.pa.gov.br/component/content/article/80-blog/news/1965-policiais-militares-do-para-concluem-curso-de-tecnico-explosivista-na-pmam.html?Itemid=904 Acesso em: 30 abr. 2023.

[8] PMPA apresenta novos técnicos explosivistas e especialistas em Patrulhamento em Ambiente Rural. Matéria publicada no Site da PMPA. Disponível em: https://www.pm.pa.gov.br/component/content/article/80-blog/news/3858- pmpa-apresenta-novos-explosivistas-e-especialistas-em-patrulhamento-em-ambiente-rural.html?Itemid=904 Acesso em: 30 abr. 2023.

Depreende-se destas declarações que o BOPE, mesmo contando com um grupamento de patrulha rural altamente especializado para operar nesse tipo de ocorrência, não atua e nem deve atuar sozinho. Essa unidade especializada é uma peça fundamental dentro de um sistema que precisa atuar em conjunto. Ou seja, outras tropas devem ajudar no cerco dos criminosos, executando o plano de ação em caso de uma ocorrência do "Novo Cangaço". Sobre este contexto, destaca o Entrevistado A:

> De nada adianta a atuação do BOPE dentro da área de mata se não houver o cerco primeiramente realizado pela polícia local, para que o BOPE tenha uma melhor referência. Dessa forma, a entrada do BOPE na área de mata vai forçar a saída dos criminosos e eles vão se deparar com as outras tropas que estão na operação fazendo bloqueios, cercos nas vias principais, nos ramais, fazendas etc. Fica demonstrado que são operações que envolvem vários personagens em que o BOPE é só mais um fazendo uma atividade específica. Mas não há como se falar no BOPE isoladamente. A participação de outras tropas é necessária para que essas operações de busca e captura funcionem (Entrevistado A, membro do GPAR, 2023).

Por fim, diante dos dados estatísticos demonstrados neste artigo e das declarações e contribuições dos entrevistados, observa-se que a atuação do BOPE contra a modalidade criminosa "Novo Cangaço" vem obtendo excelentes resultados, pois o número dessas ocorrências caiu consideravelmente nos últimos anos, ratificando que a tropa especializada para atuar em área rural é de suma importância para a manutenção da segurança pública no interior do Estado do Pará.

5 CONCLUSÃO

Ao fim do trabalho, conclui-se que a modalidade criminosa "Novo Cangaço" atua de forma organizada e planejada, sitiando pequenas cidades do interior, onde o poder bélico e o efetivo das forças de segurança é pequeno, o que facilita a dominação do espaço pelos criminosos, que atuam preferencialmente durante à noite, quando o efetivo e a movimentação são menores, o que facilita suas ações. Além disso, suas ações são marcadas pelo uso de armas de grosso calibre e uso de explosivos que causam cenas de pânico e medo nas cidades atacadas.

No Estado do Pará, alguns fatores contribuem para a prática criminosa: a) a geografia do Estado, marcada pela densa selva amazônica, que facilita o homiziamento dos criminosos, bem como a presença de várias estradas e ramais, que auxiliam na fuga; b) os fatores socioeconômicos, com a instalação de grandes projetos de produção mineral, de desenvolvimento da agropecuária, produção de energia hidrelétrica e extração de madeira, localizados nas mesorregiões do nordeste e sudeste paraense, que são atrativos para pessoas de outros estados em busca de melhores condições de vida, e que não possuem apego pela região e são recrutadas pelos criminosos para auxiliar na logística das ações delituosas; c) a facilidade de fuga pelos estados fronteiriços, como o Maranhão, Tocantins e Mato Grosso.

Neste contexto, o BOPE, enquanto unidade especializada da PMPA, passou a atuar de forma mais específica na repressão dos ataques de "Novo Cangaço" a partir da implementação do Curso de Patrulhamento em Ambiente Rural (CPAR) em 2017, permitindo que a tropa de operações especiais atuasse de forma mais especializada no combate a estes crimes contra instituições financeiras.

Portanto, destaca-se o fator especialização como primordial para a redução dos crimes de "Novo Cangaço" no Pará e como medidor de efetividade das ações do BOPE, considerando que a Unidade é um dos principais agentes no enfrentamento desses crimes, o que se traduz em números, tais como o do ano de 2021 em que zerou-se o registro deste tipo de ocorrências.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Jânia Perla Diógenes de. Violência e performance no chamado 'novo cangaço': Cidades sitiadas, uso de explosivos e ataques a polícias em assaltos contra bancos no Brasil. In: **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 615- 643. set., 2020.

COSTA, André Viana da. "**NOVO CANGAÇO" NO PARÁ**: A Regionalização dos Assaltos e seus Fatores de Incidência. 2016. 81f. Dissertação (Mestrado), UFPA, 2016.

CRUZ, Lucas Benjamin Soares da; CARDOSO, Jaqueline Ribeiro; SOUSA, Michele Faria de. (2022). Novo cangaço: o avanço do crime organizado e os impactos sociais da estruturação da criminalidade violenta. In: **Libertas Direito**, v. 3, n. 1, p. 1-28. jul., 2022.

FERREIRA JÚNIOR, Francisco Licinio de Souza; MIRANDA, Wando Dias; REIS, João Francisco Garcia. A atividade de inteligência no enfrentamento ao roubo a banco: O Novo Cangaço no Pará (2011-2016). In: NETTO, Roberto Magno Reis (org). **Segurança Pública e Atividade de Inteligência:** debates e perspectivas. Ananindeua: CROM, 2021.

GAIA, José Américo de Souza. **Gerenciamento de Crises Polícia Militar do Acre**. 2003. 110f. Monografia (Especialização em Administração Policial) - Departamento de Contabilidade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, UFPR, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALEZ, Alline Gonçalves; ALMEIDA, Leandro Lopes de; BONAGURA, Anna Paola; GARCIA, Beatriz Antonietti; LOPES, Paulo Marcelo de Aquino; KUGUIMIYA, Luciana Lie. Crime Organizado. In: **Revista Jus Navigandi**, v. 3, n. 392. ago. 2004.

PARÁ. Polícia Militar do Pará. **Procedimento Operacional Padrão 026.001**. Belém, 2020, com numeração atualizada no Boletim Geral n. 126 – 6, jul., 2022.

PEREIRA, Reinaldo da Silva. **Organizações Criminosas e Novo Cangaço**: Uma Análise dos Crimes Ocorridos na Região Norte de Mato Grosso no Período dos Anos de 2010 à 2012. 2015. 99f. Monografia (Especialização) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFMT, 2015.

PINHEIRO, Adriano Avila; ABREU, Viviane Christine. **Novo Cangaço – Explosões De Caixas Eletrônicos**. 2018. 18f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito), UNIUBE, 2018.

SILVA FILHO, Flávio Valdez Martins da; SILVA, Auxiliadora Maria Martins da. **A Necessidade de Institucionalização de Planos de Contingência na Polícia Militar do Rio Grande do Norte Contra Ataques às Instituições Financeiras**. 2017. Biblioteca Digital do Ministério da Justiça. Disponível em: <http://dspace.mj.gov.br/handle/1/4457>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SILVA, José Edilânio Martins da. **A Adequação do Crime Caracterizado Como "Novo Cangaço" Dentro do Código Penal Brasileiro**. 2019. 44 f. Monografia (Bacharelado em Direito), UFCG, 2019.

Entre o Barulho e a Lei: análise da atuação do Batalhão de Polícia Ambiental no enfrentamento à poluição sonora em Belém/PA[1]

Fábio Melo Laurinho – AL OF. PMPA[2]
Felício Ferreira Gomes – AL OF. PMPA[3]
Jefferson Lemos Santos – AL OF. PMPA[4]
Fernando Alberto Bilóia da Silva – CEL QOPM[5]

[1] Artigo apresentado à Academia de Polícia Militar "Cel. Fontoura" como requisito básico para a conclusão do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Pará/ Instituto de Ensino de Segurança do Pará, Marituba, 2023, orientado pelo Prof. Me. Fernando Alberto Bilóia da Silva.

[2] Aluno do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará; Pós-graduando em Defesa Social e Cidadania.

maylow321@gmail.com

ORCID: 0009-0009-6107-5763

[3] Aluno do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará; Pós-graduando em Defesa Social e Cidadania.

feliciogomes12@gmail.com

ORCID: 0009-0006-9784-0314

[4] Aluno do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará; Pós-graduando em Defesa Social e Cidadania.

jefferson2024@hotmail.com.br

ORCID: 0009-0003-9143-4989

[5] Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento local na Amazônia pela Universidade Federal do Pará – UFPA; Coronel da Polícia Militar do Pará.

fernandobiloia@yahoo.com.br

ORCID: 0009-0002-7186-591X

RESUMO

A cidade de Belém-PA é a 11ª cidade mais populosa do país. Observa-se nela todos os problemas ambientais de uma capital, dentre estes, a desordem sonora, que revela uma tendência de desrespeito às leis, comprovado pelos elevados índices de denúncia aos canais do Estado. Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo geral analisar a atuação do Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), unidade especializada da Polícia Militar do Pará, no enfrentamento à desordem sonora no município de Belém, Estado do Pará, nos anos de 2021 e 2022. Como problema de pesquisa, tem-se o seguinte: Qual a efetividade da atuação do BPA no enfrentamento à desordem sonora em Belém-PA? Como hipótese, considera-se que a falta de aparelhamento dos órgãos públicos ambientais, de preparo técnico de seus agentes, o número reduzido de servidores e a falta de segurança jurídica para os agentes públicos atuarem podem estar contribuindo para o aumento dos índices de registro de ocorrências de desordem sonora na capital paraense. Para direcionar os estudos, apresentam-se as seguintes questões norteadoras: Quais os procedimentos adotados pelo BPA nas ocorrências de desordem sonora? Quais os resultados que o BPA tem alcançado? Quanto à metodologia, trata-se de natureza básica e aplicada, abordagem quantitativa e qualitativa, com pesquisa de campo, aplicação de questionário e realização de entrevista. Os resultados mostraram que a efetividade do BPA encontra limites na instrumentalização jurídica, técnica e estrutural, impedindo uma resposta satisfatória. Conclui-se que a otimização do BPA no enfrentamento à desordem causada pela poluição sonora e perturbação do sossego alheios perpassa pela necessidade de firmar parcerias com o intuito de viabilizar sua atuação como polícia administrativa ambiental.

Palavras-Chave: Poluição sonora; Crime ambiental; Insegurança jurídica.

ABSTRACT

The city of Belém/PA is the 11th most populous city in the country. All the environmental problems of a capital are observed in it; among them, noise disorder, which reveals a tendency of disrespect for the laws, proven by the high rates of complaints to the State channels. In this context, this article has the general objective of analyzing the performance of the Environmental Police Battalion in addressing noise disorder in Belém/PA in the years 2021 and 2022. As a research problem, the question is: What is the effectiveness of the BPA's performan-

ce in addressing noise disorder in Belém/PA? As a hypothesis, it is considered that the lack of equipment of public environmental agencies, the lack of technical training of their agents, the reduced number of servers, and the lack of legal certainty for public agents to act may be contributing to the increase in the rates of recorded occurrences of noise disorder in the capital of Pará. To guide the studies, the following guiding questions are posed: What procedures are adopted by the BPA in occurrences of noise disorder? What results has the BPA achieved? Regarding the methodology, it is of a basic and applied nature, with a quantitative and qualitative approach, with field research, application of a questionnaire, and conducting an interview. The results showed that the effectiveness of the BPA finds limits in the legal, technical, and structural instrumentation, preventing a satisfactory response. It is concluded that the optimization of the BPA in addressing the disorder caused by noise pollution and disturbance of others' peace goes through the need to establish partnerships to make its performance viable as environmental administrative police.

Keywords: Noise pollution; Environmental crime; Legal uncertainty.

RESUMEN

La ciudad de Belém/PA es la 11ª ciudad más poblada del país. En ella se observan todos los problemas ambientales de una capital; entre ellos, el desorden sonoro, que revela una tendencia de irrespeto a las leyes, comprobado por los altos índices de denuncias a los canales del Estado. En este contexto, el presente artículo tiene como objetivo general analizar la actuación del Batallón de Policía Ambiental en el enfrentamiento al desorden sonoro en Belém/PA en los años 2021 y 2022. Como problema de investigación, se tiene: ¿Cuál es la efectividad de la actuación del BPA en el enfrentamiento al desorden sonoro en Belém/PA? Como hipótesis, se considera que la falta de equipamiento de los órganos públicos ambientales, la falta de preparación técnica de sus agentes, el número reducido de servidores y la falta de seguridad jurídica para que los agentes públicos actúen puede estar contribuyendo al aumento de los índices de registro de ocurrencias de desorden sonoro en la capital paraense. Para direccionar los estudios, se tienen las siguientes preguntas orientadoras: ¿Cuáles son los procedimientos adoptados por el BPA en las ocurrencias de desorden sonoro? ¿Qué resultados ha alcanzado el BPA? En cuanto a la metodología, se trata de naturaleza básica y aplicada, con enfoque cuantitativo y cualitativo, con investigación de campo, aplicación de cuestionario y realización de entrevista. Los resultados mostraron que la efectividad del BPA encuentra límites en la instrumentalización jurídica, técnica y estructural, impidiendo una respuesta satisfactoria. Se concluye que la optimización del BPA en el enfrentamiento al desorden causado por la contaminación sonora y la perturbación de la tranquilidad ajena pasa por la necesidad de establecer alianzas con el fin de viabilizar su actuación como policía administrativa ambiental.

Palabras clave: Contaminación sonora; Delito ambiental; Inseguridad jurídica.

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade de Belém do Pará está entre as onze cidades mais populosas do país (Brasil, 2021). Com isso, observa-se nela todos os problemas ambientais que os grandes centros urbanos brasileiros possuem, dentre eles, os problemas de ordem sonora.

O Estado do Pará, de acordo a Lei n.º 9.713, de 22 de setembro de 2022, é conhecido culturalmente por ser a "terra das aparelhagens" de som (Pará, 2022), aspecto cultural que,

de forma empírica, no que tange à degradação do ambiente sonoro, revela uma tendência de desrespeito às leis ambientais, o que pode ser comprovado pelos elevados índices de denúncias de perturbação da tranquilidade ao Centro Integrado de Operações (CIOp) nos anos de 2021 (94.579 registros) e 2022 (91.701 registros) (SEGUP, 2022).

Nesse contexto, observa-se também os dados citados por Baía (2023) de que, no ano de 2019, foram registradas 63.361 denúncias de perturbação do sossego alheio. Além disso, nos dois primeiros meses de 2020, já haviam sido registradas 13.598 ocorrências, frente a 8.901 no mesmo período do ano 2019, o que significa um aumento de mais de 65% nas denúncias, se comparado ao mesmo período entre 2019 e 2020.

Essas informações demonstram o papel desafiador do Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), unidade especializada da Polícia Militar do Pará (PMPA) pois, de acordo com a previsão constante no art. 144 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), é dever das polícias militares atuarem na preservação da ordem pública (Brasil, 1988). Consequentemente, o enfrentamento às condutas criminosas relativas à poluição sonora e perturbação do sossego alheios estão inseridos na missão constitucional da PMPA, da qual se espera obter resultados efetivos.

Nota-se que a competência criminal e fiscalizatória atribuída pela CF/88 à PMPA é ampliada pelo art. 198, IV, da Constituição do Estado do Pará de 1989. Este preceito constitucional define a corporação como instituição permanente de Estado e possuidora da atribuição de “colaboração na fiscalização das florestas, rios, estuários e em tudo que for relacionado com a preservação do meio ambiente” (Pará, 1989). No mesmo trajeto, o art. 4º, VII, da Lei Complementar n.º 053, de 7 de fevereiro de 2006, estabelece que:

> Art. 4º Compete à PMPA, dentre outras atribuições previstas em lei:
> [...]
> VII - exercer a polícia administrativa do meio ambiente, nos termos de sua competência, na constatação de infrações ambientais, na apuração, autuação, perícia, e outras ações legais pertinentes, quando assim se dispuser, conjuntamente com os demais órgãos ambientais, colaborando na fiscalização das florestas, rios, estuários e em tudo que for relacionado com a fiscalização do meio ambiente (Pará, 2006).

Desta forma, tendo por fundamentos a CF/88 e as normas infraconstitucionais que ratificam a competência do BPA, ressalta-se que, conforme Laurinho (2018), o ordenamento jurídico brasileiro possui inúmeras legislações, desde âmbito municipal até o internacional, que conceituam o que seja meio ambiente e que fundamentam a atuação do BPA no enfrentamento dos delitos ambientais. Como exemplo, tem-se a Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, que versa sobre a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e descreve o meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (Brasil, 1981).

No mesmo norte, o art. 54 da Lei Federal n.º 9.605, de 12 fevereiro de 1998, tipifica a conduta de poluição de forma geral, descrevendo que constitui crime ambiental “causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou passam resultar em danos à saúde humana”, recaindo sobre aqueles que infrinjam a norma, além da multa, a pena de reclusão de um a quatro anos (Brasil, 1998).

Por outro aspecto legal, o Decreto-Lei n.º 3.688, de 03 de outubro de 1941, que apesar de não tratar diretamente da conduta do crime de poluição sonora, instrumentaliza o enfrentamento da conduta de emitir ruídos que cause perturbação do trabalho e sossego alheios como contravenção penal. Assim sendo, o fato de perturbar alguém, o trabalho ou o sossego alheios, com qualquer espécie de som ou ruídos, incorre em uma pena de prisão simples ou pagamento de multa (Brasil, 1941).

Porém, constata-se isso na teoria. Na prática, os dados apresentados pelo CIOp em 2022, revelam uma grande dificuldade a ser guerreada pelo BPA na missão de enfrentar condutas predatórias ao meio ambiente sonoro de Belém-PA, pois foram registradas 91.701 denúncias de perturbação da tranquilidade na região metropolitana da capital paraense (SEGUP, 2022).

Nesse sentido, nota-se o número de denúncias de origem sonora feitas ao Disque Denúncia (181)[6] em 2021 (20,23%) e 2022 (25,06%), classificando a poluição sonora, nesses dois anos, como sendo a segunda maior incidência de denúncias, perdendo somente para as denúncias de tráfico de entorpecentes. Isto demonstra o grau crescente de insatisfação da população com essa modalidade delitiva, pois, por vezes, finda em ter que lidar com os transtornos que essa conduta pode causar à saúde humana (SEGUP, 2022).

[6] Dique-Denúncia: Serviço de recebimento de denúncias anônimas feitas ao telefone 181 pela população e que são encaminhadas aos setores competentes da área de segurança pública.

Neste contexto, o presente estudo se justifica pela necessidade de avaliar a atuação do Estado por meio do BPA no enfrentamento a condutas criminosas de desordem sonora, uma vez que os dados registrados até então podem ressoar de forma negativa para a imagem do Estado, demostrando fragilidade no controle de uma conduta que, de acordo com Zajarkiewicch (2010, *apud* OMS, 1999), causa prejuízo à saúde humana; além de, por conta da ausência de uma resposta adequada do Poder Público, passar a percepção ao cidadão de que o Estado é inoperante. Ademais, os ruídos aos quais a população está sujeita nos diversos ambientes da vida social têm feito com que a degradação do ambiente sonoro seja comparada ao fumo passivo, como leciona Zajarkiewicch (2010):

> Analogicamente, o ruído passivo é um poluente indesejado, produzido por terceiros, que é imposto sem consentimento, contra nossa vontade, em lugares, tempo e quantidade acima de controle. E esse conceito não é novo. O Dr. Robert Koch, prêmio Nobel de psicologia ou Medicina em 1906, já dizia: “o ruído, como fumaça, é um lento agente da morte” (Zajarkiewicch, 2010, p. 34).

Assim, a relevância da pesquisa realizada está em analisar a efetividade da atuação do BPA no enfrentamento aos ilícitos penais que atentam contra a tranquilidade, o sossego público e a saúde humana dos belenenses. Além de propor caminhos que possibilitem melhorar a sua atuação, tendo em vista que ele deve munir-se de mecanismos legais, estruturais e procedimentais para atuar com a ênfase de estabelecer a paz social e o respeito à tranquilidade pública ambiental através do confronto adequado das condutas nocivas à saúde humana e a pacificação social.

O estudo partiu da seguinte problemática: Qual a efetividade da atuação do BPA no enfrentamento da desordem sonora em Belém-PA? Como hipótese, considera-se que a falta de aparelhamento dos órgãos públicos ambientais, de preparo técnico de seus agentes, o número reduzido de efetivo e a falta de segurança jurídica para os agentes públicos atuarem pode estar contribuindo para o aumento dos índices de registro de ocorrências de desordem sonora na capital paraense.

Para direcionar os estudos, foram formuladas as seguintes questões norteadoras: Quais os procedimentos adotados pelo BPA nas ocorrências de desordem sonora? Quais os resultados que o BPA tem alcançado?

Diante dessas observações, da relevância do papel do BPA no enfrentamento à desordem sonora presente na cidade de Belém-PA, este artigo tem como objetivo geral realizar uma análise crítica da atuação do BPA no enfrentamento à desordem sonora em Belém-PA, nos anos de 2021 e 2022. E como objetivos específicos: a) analisar as condições logísticas e de pessoal do BPA; b) analisar o número de denúncias de perturbação da tranquilidade ao CIOp, e os atendimentos realizados pelo BPA nos anos de 2021 e 2022; e c) avaliar a efetividade da atuação do BPA para identificar possíveis falhas procedimentais e estruturais no enfrentamento da infração penal relativa à desordem sonora.

2 METODOLOGIA

Adotou-se a metodologia de natureza básica e aplicada, com objetivo de buscar e atualizar o conhecimento em torno do papel do BPA no enfrentamento da desordem sonora presente na cidade de Belém-PA, a fim de detectar e discriminar onde se concentram as falhas procedimentais e estruturais no enfrentamento da infração penal relativa à desordem sonora.

A abordagem é quantitativa e qualitativa, porque envolve o tratamento de dados quantificáveis para o estudo do problema, bem como a análise, interpretação de resultados e as propostas de intervenção na realidade de determinada organização social e institucional (Gil, 2008).

Quanto à pesquisa quantitativa, foi utilizada a aplicação de questionário com doze perguntas fechadas de múltiplas escolhas, que propiciaram a produção de resultados mensuráveis e expressos estatisticamente (Marcone; Lakatos, 2003). O questionário foi aplicado a 20 policiais militares do BPA, por meio do aplicativo *Jotform*[7], cujo link para o preenchimento foi enviado aos respondentes via *WhatsApp*.

Após a aplicação do questionário, foram elaboradas tabelas no programa *Excel* para a produção de dados e aplicou-se a técnica da estatística descritiva sobre as incidências de denúncias de desordem sonora em Belém-PA, bem como buscou-se compreender a percepção dos policiais militares do BPA sobre o tema da pesquisa. Por fim, realizou-se o levantamento de dados estatísticos sobre os atendimentos pelo BPA das ocorrências envolvendo os delitos de questões sonoras.

Ainda como parte da pesquisa quantitativa, foram solicitados à Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC). dados referentes às denúncias de desordem sonora realizadas ao Centro Integrado de Operações (CIOp), por meio do telefone 190, nos anos de 2021 e 2022.

[7] *Jotform* é um criador de formulários online completo que facilita a criação de formulários robustos e a coleta de dados importantes. Confiada por mais de 30M de usuários ao redor do mundo, como organizações sem fins lucrativos, instituições educacionais, pequenos negócios e empresas, Jotform funciona como um portal de acesso para a coleta de informações. Fonte: https://www.jotform.com/pt/about/

Quanto à pesquisa qualitativa, foi realizada uma entrevista com o Comandante do BPA, que concordou em contribuir para esta pesquisa científica e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) autorizando o uso de informações gravadas em arquivo de áudio. A entrevista permitiu a realização de uma análise crítica da compreensão do Comandante do BPA – que já conta com dezessete anos de atividade policial militar e atuando diretamente na área das questões ambientais há mais de dois anos – acerca da atuação dos policiais militares no enfrentamento aos ilícitos que atentam contra a tranquilidade e sossego público da capital do Pará. Ao mesmo tempo, oportunizou compreender as limitações jurídicas dos policiais militares que atuam no enfrentamento da conduta delitiva dos infratores da lei ambiental, para que assim seja possível compreender sua realidade (Marcone; Lakatos, 2003).

Como estratégia de compreensão da atuação do BPA no enfrentamento à desordem sonora em Belém-PA nos anos de 2021 e 2022, foi realizada uma visita àquela Unidade de Polícia Especializada. Essa pesquisa de campo permitiu aos pesquisadores observar, coletar dados e entender o funcionamento daquela unidade especializada, a estrutura física do prédio, o aparelhamento administrativo e operacional disponível para a realização da prevenção e da repressão dos ilícitos penais que causam transtornos a tranquilidade sonora do cidadão belenense.

3 REVISÃO DA LITERATURA

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 255, preconiza a garantia a todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Mas não só isso: impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar esse meio ambiente (Brasil, 1988), *in verbis*:

> Art. 255. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Brasil, 1988).

No entanto, apesar de haver expressa previsão constitucional e definição infralegal do que vem a ser o meio ambiente, o conceito adotado pela legislação brasileira no art. 3º da Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, deixa uma abrangência conceitual um tanto generalista (Brasil, 1981).

Partindo desse raciocínio, apresenta-se o entendimento discorrido por Capez (2013, *apud* Miralè, 2000):

> Meio ambiente natural: aquele que existe por si só, independente da influência do homem. Exemplo: a atmosfera, a água (rios, mares, lagos etc.), a flora, a fauna, o solo. Meio ambiente artificial: aquele que decorre da ação humana. Exemplo: conjunto de edificações, prédios, fábricas, casas, praças, ruas, jardins, o meio ambiente do trabalho, enfim, tudo o que é construído pelo homem. Meio ambiente cultural: construído pelo patrimônio arqueológico, artístico, turístico, histórico, paisagístico, monumental etc. Também decorre da ação humana, que atribui valores especiais a determinados bens do patrimônio cultural do País (Capez, 2013, p. 70 e 71).

Com base na sua abrangência, Capez (2013) classifica o meio ambiente de duas formas: A forma restritiva leva em consideração apenas os aspectos naturais, definindo o meio ambiente unicamente pela natureza, sendo esta isenta de interferência ou modificação humana. A forma ampla, por sua vez, além do meio ambiente natural, também envolve o artificial e o cultural. Ou seja, compreende todo o meio ambiente que foi construído ou que sofreu interferência física, artística ou valorativa pelo homem.

Diante desse conceito de meio ambiente, o ilícito penal ambiental, segundo Dos Santos, Freitas e Rodrigues (2020), é definido como um fato tipificado em lei e caracterizado por

sua antijuricidade em virtude de ferir bens jurídicos tutelados pela norma penal. Nesse sentido, um dos fatos antijurídicos que atingem o meio ambiente e causam degradação à saúde humana são os delitos que atentam contra o meio ambiente sonoro.

Nesse diapasão, considerando Zajarkiewicch (2010), pode-se destacar que os principais instrumentos normativos que estabelecem os parâmetros técnicos que possibilitam o enquadramento legal da conduta de poluição sonora são a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) n.º 1/1990 (Brasil, 1990) e a NBR 10.151 (Acústica – Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade – Procedimento) (ABNT, 2020). A Resolução CONAMA n.º 1/1990 estabelece que quaisquer atividades devem se submeter aos parâmetros definidos pela NBR 10.151. Por sua vez, essa Norma Técnica define tecnicamente quais os níveis de pressão sonora aceitáveis para as áreas habitacionais, especifica quais tipos de equipamentos devem ser utilizados para realizar as aferições e orienta a forma como as medições devem ser realizadas, conforme demonstrado na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1. Quantidade dos Limites de níveis de pressão sonora em função dos tipos.

Tipos de áreas habitadas	RL Aeq Limites de níveis de pressão sonora (dB)	
	Período Diurno	Período Noturno
Área de residências rurais	40	35
Área estritamente residencial urbana ou de hospitais ou de escolas	50	45
Área mista predominantemente residencial	55	50
Área mista com predominância de atividades comerciais e/ou administrativa	60	55
Área mista com predominância de atividades culturais, lazer e turismo	65	55
Área predominantemente industrial	70	60

Fonte: NBR 10.151, 2020, versão corrigida.

A persistência e a gravidade dessa situação demandam uma análise das consequências jurídicas e sociais diretas da inobservância dos limites sonoros e dos princípios de sustentabilidade. O elevado volume de ocorrências registradas pelo CIOp, somado às constatações históricas de Leão, Alencar e Veríssimo (2008), traduz-se em uma clara violação do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e do direito à saúde e ao bem-estar da população. Portanto, a poluição sonora deixa de ser meramente uma questão de incômodo e se estabelece como um problema de saúde pública e de insegurança jurídica, exigindo uma atuação mais rigorosa e coordenada dos órgãos fiscalizadores.

Neste contexto, é fundamental ressaltar que a ausência de um controle efetivo sobre os níveis de ruído contribui diretamente para a degradação da qualidade de vida urbana. A exposição crônica a níveis de pressão sonora acima dos 55 decibéis recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em áreas residenciais pode acarretar sérios danos à saúde humana, como estresse, distúrbios do sono, problemas cardiovasculares e perda auditiva, conforme amplamente demonstrado pela literatura especializada. Em Belém, o cenário evidencia uma falha na aplicação prática das normas técnicas (como a NBR 10.151) e das resoluções ambientais (como a CONAMA n.º 1/1990), tornando a repressão ao ilícito penal ambiental sonoro um desafio contínuo para a segurança pública e para a justiça ambiental.

Constata-se que essa realidade de ruído elevado na cidade de Belém-PA resulta em diversos problemas na qualidade de vida dos moradores, impactando diretamente a saúde. A exposição crônica a altos níveis de pressão sonora pode gerar consequências graves como: aumento da fadiga e irritação, desenvolvimento de doenças cardiovasculares e, em casos extremos, provocar surdez permanente pela exposição contínua a ruídos acima de 80 decibéis, conforme afirma o Relatório Mundial sobre Audição (WRH), da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021). Tais dados reforçam o caráter de saúde pública do ilícito ambiental sonoro.

Em resposta a esse quadro, o município de Belém implementou medidas de controle. Segundo Leão, Alencar e Veríssimo (2008), em 2008, a gestão municipal, ao constatar os limites sonoros elevados, implantou iniciativas visando a redução dos índices de desordem sonora. Tais esforços incluíram a criação de legislação que estabelecia critérios para a realização de festas e eventos em locais públicos e casas de show na Grande Belém, além de ações educacionais para incentivar o respeito ao silêncio. Na época, foi notável a criação da Comissão do Combate à Poluição Sonora e da Associação Amigos do Silêncio, todas com o objetivo de tornar o ambiente sonoro da capital paraense saudável.

Entretanto, apesar dos esforços históricos da gestão municipal para reduzir os índices de desordem sonora, verifica-se, por meio dos dados estatísticos apresentados pelo Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M, 2023), que os níveis de ruídos em Belém continuam altos e acima do permitido. Ademais, uma parte significativa dessa intranquilidade sonora é originada dos barulhos produzidos pela própria população em suas residências, afetando direta e consideravelmente a qualidade de vida, conforme ilustrado na Tabela 2 abaixo:

Tabela 2 - Dados Estatísticos sobre registro de perturbação da tranquilidade - Anos: 2016 a 2022.

Mês/Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Janeiro	4.904	4.585	**7.434**	5.368	6.162	6.987	9.239
Fevereiro	4.082	5.247	6.404	3.533	7.436	11.156	8.795
Março	3.028	4.974	5.693	4.089	7.739	10.617	8.226
Abril	4.293	5.136	5.070	4.470	10.163	**11.257**	7.929
Maio	4.292	4.908	5.082	4.739	11.832	10.938	7.964
Junho	5.082	6.621	6.627	**6.943**	12.193	10.088	8.028
Julho	4.422	5.700	5.183	4.213	11.447	8.068	7.558
Agosto	4.293	6.632	3.832	5.815	11.271	9.666	7.348
Setembro	3.853	7.163	2.909	5.568	10.328	7.937	6.884
Outubro	**5.877**	**8.836**	5.757	5.845	12.082	9.850	**9.909**
Novembro	4.293	7.278	4.755	5.840	**12.359**	8.292	-
Dezembro	4.959	8.239	6.104	6.911	10.274	8.814	-
Total	53.378	75.319	64.850	63.334	**123.286**	**113.670**	81.880
Variação %	-	41,10%	-13,90%	-2,34%	**94,66%**	-7,80%	-

Fonte: Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGI-M (2022) *apud* SENASP CAD (2022).

Diante dessa constatação, pode-se afirmar que, apesar da existência de penalidades para ilícitos como o crime de poluição sonora ou perturbação do sossego alheio, o Estado ainda não conseguiu reduzir significativamente a desordem ambiental sonora em Belém-PA. Segundo Laurinho (2018), essa ineficácia reside na grande dificuldade técnica para identificar e autuar os autores, uma vez que há uma carência de condições e de capacitação adequada para os agentes de segurança pública realizarem as medições e os procedimentos necessários. Perante essa lacuna, percebe-se que o Estado não está cumprindo integralmente seu pa-

pel no acordo pactuado com o cidadão, pois o que se espera do Poder Público é uma atuação com resultados exitosos na garantia dos bens jurídicos tutelados.

Quando um cidadão, que cumpre com suas obrigações e deposita sua confiança no Estado, é prejudicado pela conduta de um infrator que degrada o ambiente sonoro, o mínimo que se espera do Poder Público é a responsabilização do autor do delito. Fazer recair as sanções cabíveis sobre o infrator é essencial para que se faça valer o pacto social estabelecido entre o indivíduo e o Estado, e para que não haja instabilidade nessa convenção. A falha na atuação policial e fiscalizatória compromete, portanto, não apenas a saúde e o bem-estar do indivíduo, mas também a legitimidade e a autoridade do Estado.

> Sem a espada, os pactos não passam de palavras sem força, que não dão a mínima segurança a ninguém. Assim, apesar das leis naturais (que cada um respeita quando tem vontade e quando pode fazê-lo com segurança), se não for instituído um poder considerável para garantir a sua segurança, o homem, para proteger-se dos outros, confiará, e poderá legitimamente confiar, apenas em sua própria força e capacidade (Hobbes, 2009, p. 123).

Dentro dessa perspectiva, pode-se observar a matéria veiculada nacionalmente pelo Portal G1, quando ocorreu um homicídio no Bairro da Pedreira, no mês de setembro de 2022, envolvendo um casal. Um homem de 38 anos e a sua mulher de 34 anos, foram assassinados pelo um agente de segurança municipal por conta de conflitos entre vizinhos motivados por poluição sonora. Segundo a matéria, o Delegado de Polícia Civil da Divisão de Homicídios ressaltou que o autor já possuía um litígio judicial contra as vítimas em decorrência de som alto, mas que a atitude extremada frente ao conflito existente era inadmissível, principalmente por compreender que é aspecto cultural da população paraense fazer festas, e em razão disso, muitas vezes se exceder no volume sonoro:

> Já havia desavença entre ele e o casal em decorrência de poluição sonora, houve até uma audiência, não houve acordo. Mas não justifica, é motivo fútil. Até porque Belém é conhecida por ter muitas festas em fim de semana e é uma cultura do povo paraense fazer festas, ter músicas e, infelizmente, muitas vezes, extrapola no volume, disse o delegado (Portal G1, 2022).

A fragilidade na fiscalização e a consequente impunidade representam um risco significativo para um Estado Democrático de Direito. Quando a máquina estatal demonstra ser ineficaz em cumprir seu papel no acordo pactuado, a percepção de injustiça pode levar o cidadão a desenvolver o sentimento de realizar "justiça com as próprias mãos" (Hobbes, 2009). Essa instabilidade na convenção social descredibiliza a atuação do Poder Público e mina o princípio do monopólio da força estatal.

Nesse mesmo sentido, Rubin (2003), utilizando-se da Teoria das Janelas Quebradas, afirma que, nos Estados Unidos da América (EUA), houve um momento em que as forças de segurança pública negligenciaram certos tipos de crimes por considerá-los fúteis ou sem relevância. A polícia americana abandonou, em parte, sua tarefa de preservação da Ordem Pública para se dedicar primordialmente ao combate de crimes considerados mais violentos. Isso culminou, paradoxalmente, no aumento da violência, pois todos os esforços policiais eram destinados apenas ao combate dos crimes mais graves, deixando de lado os pequenos ilícitos, ou seja, as "janelas quebradas" não eram reparadas. O Estado, assim, apenas combatia os reflexos da desordem, sem atuar em sua prevenção.

Assim, comparando a Teoria das Janelas Quebradas à realidade observada na cidade de Belém-PA, pode-se constatar que a imagem da polícia frente à comunidade fica prejudicada quando o Estado não enfrenta com a devida severidade os ilícitos que causam desordem na cidade, como a poluição sonora. Desse modo, a frequência de ocorrências tende a aumentar, gerando uma sobrecarga para o Sistema de Segurança Pública (como comprovam os dados constantes na Tabela 2), o que resulta na sociedade uma sensação de impunidade dos

criminosos e de desamparo do Poder Público. Desse modo, compreende-se que quando as Instituições Públicas não atuam diretamente no combate aos pequenos delitos, a população passa a ter um olhar de abandono dos Órgãos Públicos, reforçando negativamente a sensação de desordem e impunidade, o que pode, em última instância, contribuir para o aumento do número de infrações penais ainda mais reprováveis aos olhos da sociedade.

Conforme Hobbes (2009), somente o Estado detém o poder coercitivo; portanto, quando ele falha na atuação de prevenção ou repressão de "pequenas infrações penais", como as condutas que causam degradação do meio ambiente sonoro, acaba por motivar práticas criminais piores. Diante desse cenário de desordem e impunidade, chega-se à percepção da importância da atuação especializada do BPA. Compreender a maneira de atuação desse Batalhão e observar o desempenho de sua missão constitucional e institucional no combate à desordem sonora em Belém irá contribuir significativamente para a melhoria e a efetividade do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ESTRUTURA E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A sede do BPA está localizada na Avenida Papa João Paulo II, s/n.º, bairro Curió Utinga, Belém-PA. Segundo Silva Junior e Moraes (2021), a unidade foi originalmente criada em 04 de abril de 1994, por meio da Portaria n.º 023 – Gabinete do Comando Geral, como a 2ª Companhia Independente de Polícia de Meio Ambiente (2ª CIPOMA). Na sua concepção inicial, tinha como objetivo primordial salvaguardar os recursos naturais do hoje denominado Parque Ambiental Utinga. Posteriormente, a 2ª CIPOMA foi elevada à condição de Batalhão por meio do Decreto n.º 4.749, de 02 de agosto de 2001 (Pará, 2001), passando, a partir de então, a ter competência de atuação em todo o território do Estado do Pará.

O edifício é estruturado com oito salas, onde funcionam as salas do comandante da unidade, subcomandante, as seções administrativas, alojamentos, banheiros, refeitório e o auditório. Neste último, são realizadas as instruções e palestras sobre educação ambiental com crianças de escolas públicas e privadas, assim desenvolvendo um papel de extrema relevância na formação de consciência de preservação ambiental na presente e futuras gerações.

Quanto ao efetivo, foi informado um total de 98 policiais militares, estando 78 prontos para o serviço. Quanto à logística, o Batalhão conta com nove viaturas e quatro motos. Porém, para realizar o papel de polícia ambiental ostensiva no atendimento das denúncias de poluição sonora e outras condutas nocivas ao meio ambiente, são disponibilizadas, diariamente, somente três viaturas para cobrir toda a região metropolitana de Belém. Os demais veículos são empregados em serviços de outras naturezas, como o patrulhamento no Parque Ambiental Utinga, as missões administrativas e o policiamento extraordinário.

Observou-se, também, o quantitativo de seis sonômetros, aparelhos que poderiam ser utilizados pelos “policiais peritos” para realizar as aferições do nível de pressão sonora. No entanto, tais aparelhos não estavam sendo utilizados, pois apesar da competência constitucional e penal para reprimir crimes de natureza ambiental, constatou-se a ausência de instrumentação normativa que estabelecesse competência administrativa ou formalização de convênio com órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e Sistemas Estaduais de Meio Ambiente (SISEMA), impossibilitando, tecnicamente e juridicamente, a realização de algum ato ou procedimento administrativo por parte do BPA. Por fim, notou-se a necessidade de capacitação dos policiais do BPA para a utilização do sonômetro como instrumento técnico comprobatório do crime de poluição sonora.

4.2 A ATUAÇÃO DO BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL (BPA) NO ENFRENTAMENTO AOS ILÍCITOS SONOROS

A análise comparativa dos dados referentes à frequência de denúncias de ilícitos sonoros na Região Metropolitana de Belém/PA e o número de atendimentos dessas ocorrências pelo BPA é crucial. Esta comparação revela aspectos importantes sobre a dinâmica operacional e a eficiência das ações policiais em resposta às demandas sociais relacionadas aos ilícitos ambientais que afetam o meio ambiente sonoro. Entre os anos de 2021 e 2022, observou-se uma significativa quantidade de denúncias registradas pelo Centro Integrado de Operações (CIOp), conforme detalhado na Tabela 3 a seguir:

Tabela 3 - Quantidade de denúncias de ilícitos sonoros na Região Metropolitana da cidade de Belém/PA nos anos de 2021 e 2022.

Mês	2021	2022
Janeiro	1.619	8.502
Fevereiro	6.526	8.192
Março	9.736	7.725
Abril	**10.609**	7.463
Maio	9.910	7.439
Junho	9.162	7.542
Julho	7.153	7.197
Agosto	8.551	7.169
Setembro	6.939	6.884
Outubro	8.930	**9.909**
Novembro	7.328	6.625
Dezembro	8.116	7.054
Total	**94.579**	**91.701**

Fonte: Centro Integrado de Operações (CIOp, 2022).

Em relação aos dados do CIOp, a análise demonstra que, no ano de 2021, foram registradas 94.579 denúncias, número que apresentou uma leve redução em 2022, atingindo o total de 91.701 denúncias (uma diferença de 2.878 ocorrências). No âmbito mensal, a variação se mostra expressiva. Os picos de denúncias ocorreram em abril de 2021, com 10.609 registros, e em outubro de 2022, com 9.909 registros. Chama a atenção o mês de janeiro de 2022, que registrou um aumento significativo, totalizando 8.502 denúncias, em forte contraste com o mesmo mês no ano anterior (1.619 denúncias).

Essa variação mensal e anual, que é expressiva, pode refletir diversos fatores, como períodos festivos, condições climáticas e outras variáveis sociais, exigindo uma análise mais aprofundada para contextualizar a dinâmica da desordem sonora na região (SEGUP, 2022).

Por outro lado, ao avaliar a resposta operacional do BPA, por meio do levantamento do controle estatístico disponibilizado pelo P3[8] da Unidade, observa-se uma disparidade significativa.

[8] P3: É a Seção de Planejamento e Estatística dos Batalhões da Polícia Militar do Pará (PMPA), responsável pelo registro, análise e controle estatístico das ocorrências, subsidiando o comando com informações estratégicas para a gestão operacional e administrativa da Unidade.

Nos últimos três anos, foram registrados apenas 1.048 Boletins de Atendimento Policial Militar (BAPMs) especificamente relacionados às ocorrências de condutas sonoras desordeiras. Este dado aponta para uma grande discrepância entre o número de denúncias recebidas pelo Centro Integrado de Operações (CIOp) e o efetivo atendimento das ocorrências pelo BPA, sugerindo limitações operacionais ou administrativas que restringem a capacidade de resposta imediata do Batalhão às denúncias recebidas.

Essa discrepância levanta questões importantes sobre as estratégias operacionais atualmente adotadas. Tal ineficácia sugere a necessidade de uma análise aprofundada sobre a ampliação do efetivo policial, a melhoria nos processos de triagem e priorização das ocorrências, ou até mesmo a implementação de campanhas educativas para a redução preventiva desses ilícitos.

O contraste entre o número de denúncias e o número efetivamente atendido reforça a importância de se aprimorar a estrutura e a dinâmica operacional da segurança pública, especialmente no que se refere ao controle ambiental urbano, objetivando atender melhor às expectativas da comunidade e reduzir a incidência de problemas relacionados à poluição sonora ou perturbação do sossego alheios em Belém-PA, conforme relatado na matéria abaixo:

> O professor L.F. mora na rua Municipalidade, entre as travessas Rui Barbosa e Benjamin Constant, afirmou que “esse problema da poluição sonora do bairro acontece há mais de uma década. Os galpões dos prédios históricos viraram casas noturnas”, disse. “O bairro tem umas dez casas noturnas, dos quais nove praticam poluição sonora e perturbação da ordem pública. Mas isso só acontece porque os órgãos públicos permitem ou não fazem uma fiscalização mais efetiva e célere”, concluiu (O liberal, 2023).

Diante da significativa discrepância entre denúncias e atendimentos, faz-se necessária uma análise crítica não apenas sobre as possíveis limitações operacionais e estruturais do BPA, mas também a respeito das questões essencialmente jurídicas e administrativas. O Batalhão de Polícia Ambiental, notadamente, não possui o poder de polícia administrativa necessário para efetuar autuações diretas às pessoas flagradas cometendo ilícitos sonoros de natureza puramente administrativa. Desta forma, para compreender o alcance e os limites da sua atuação, vale observar o que afirmam Silva Junior e Moraes (2021) a seguir:

> O fato é que as PMA’s do Brasil que exercem o poder de polícia administrativa ambiental, além de assumir o protagonismo na proteção do meio ambiente em seus estados, apresentam melhores condições estruturais de policiamento. A PMA do Estado de São Paulo, por exemplo, possui um efetivo fixado em 2.144 homens e mulheres distribuídos em um Comando Ambiental e quatro Batalhões, possui mais de 400 viaturas, embarcações, motocicletas e um helicóptero biturbina. Conta ainda com recursos de monitoramento por satélite que monitoram as regiões de interesse e locais de difícil acesso (Silva Junior e Moraes, 2021, p. 7).

Nota-se que tal restrição, conforme Silva Junior e Moraes (2021), além de ser fruto de interesses de uma política elitista, compromete substancialmente a efetividade das ações policiais. Uma vez que não podem exercer o poder de polícia administrativa ambiental, os policiais militares do BPA ficam impedidos de aplicar procedimentos imediatos e essenciais, tais como: Autos de Infrações Ambiental (AIA); Autos de Constatação Ambiental (ACA); Termos Circunstanciados de Ocorrências Ambientais (TCO); Apreensão preventiva de equipamentos sonoros.

Dessa forma, a atuação do BPA se restringe aos procedimentos predominantemente repressivos e de difícil enquadramento da conduta ao tipo penal, demonstrando uma natureza limitada e com baixo efeito dissuasório sobre os infratores. Essa limitação é corroborada pela própria liderança da unidade, conforme afirma o Comandante do BPA, entrevistado desta pesquisa, no trecho a seguir:

> **Entrevistador**: Hoje o senhor considera que a atuação do BPA no enfrentamento da desordem sonora em Belém é preventiva ou repressiva?
>
> **Entrevistado**: Hoje ela é mais uma ocorrência repressiva. Preventiva, muito pouco. As ocorrências em que o Batalhão é acionado são mais para repressão à poluição sonora. As ações, principalmente de educação ambiental com relação à poluição sonora dentro do Batalhão, são pontuais. Como falei, nós tivemos uma operação recentemente em parceria com a Guarda Municipal de Belém. Foi uma ação preventiva, mas em conjunto com outros órgãos. O BPA mesmo, na questão da poluição sonora, já fica prejudicado, ficando mais presente a repressão.

A restrição na capacidade de atuação do BPA impacta negativamente na eficiência do serviço prestado e, consequentemente, desestimula o próprio cidadão. Segundo Laurinho (2018), ao perder a confiança na capacidade do Estado de solucionar seus problemas ambientais imediatos, o cidadão pode buscar agir por conta própria, reforçando o risco de "justiça com as próprias mãos". Essa situação de desamparo e desconfiança pública é grave, pois contribui para o aumento da desordem social e a descrença na autoridade policial, como pode ser observado em mais uma matéria a seguir:

> Um nacional de 51 anos, agente de segurança pública, foi acusado de homicídio contra um homem de 40 anos, em dezembro de 2020, após discussão por causa de **som alto.** Foi absolvido na tarde desta quinta-feira (17), pelos jurados da 2ª Vara do Tribunal do Júri, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). O crime ocorreu no mês de dezembro daquele ano (2018), no bairro da Sacramenta, Belém (O liberal, 2022).

No intuito de ampliar o atendimento das ocorrências de ordem sonora, o entrevistado (Comandante do BPA) esclarece que, em detrimento do volume massivo de ocorrências de poluição sonora e perturbação do sossego alheio na Região Metropolitana de Belém, houve uma modificação nos procedimentos de atuação do Batalhão de Polícia Ambiental (BPA).

O BPA deixou de ser o principal recebedor dessas ocorrências e descentralizou o atendimento, passando as demandas a serem atendidas também pelos batalhões de área da PMPA. O objetivo dessa mudança foi agilizar a resposta e oferecer um serviço mais dinâmico e satisfatório à população. Assim, as denúncias são direcionadas tanto para o BPA quanto para os batalhões de área, conforme aponta o Comandante daquela unidade:

> **Entrevistador**: Na sua percepção, o senhor analisa que o nível de incidência de solicitação da PM, com respeito ao enfrentamento desse crime, é alto?
>
> **Entrevistado**: [...] Muito alto.[...] [...] Hoje, o Batalhão anda em média, por turno, com duas ou três viaturas. Só que as ocorrências de poluição sonora na região metropolitana de Belém são muito altas. Já chegou a ser, se não for, a maior incidência de ocorrência que tem no 190. E o CIOp acaba dividindo as ocorrências entre o BPA e as viaturas de área. Ou seja, tanto o BPA quanto os batalhões de área acabam tendo o mesmo papel, em razão do volume de denúncias, senão não conseguiríamos atender. Há uma divisão; recebemos bastante dentro do padrão de viaturas que conseguimos rodar [...].

Essa descentralização se torna necessária, uma vez que a expansão geográfica de atuação do BPA compreende todo o território paraense e se torna impossível a Unidade atuar isoladamente. É necessário atentar para a importância de se aumentar o efetivo, prever uma legislação que proporcione segurança jurídica de polícia administrativa ambiental para todos os agentes de segurança pública, oferecer estrutura física compatível e adequada, adquirir mais equipamentos específicos para a fiscalização efetiva das ocorrências de perturbação da tranquilidade e combater diretamente as condutas que prejudicam o meio ambiente em Belém.

Neste contexto, é válido elaborar estratégias tanto de prevenção quanto de repressão por meio de convênios com outros órgãos competentes para o enfrentamento às condutas prejudiciais ao meio ambiente, como afirma o entrevistado no trecho a seguir:

> **Entrevistador**: Com a celebração de um convênio que outorgue ao BPA o poder de polícia administrativa, qual seria o impacto esperado na autonomia operacional da PMPA e na efetividade da repressão aos ilícitos sonoros na Região Metropolitana de Belém?
>
> **Entrevistado**: Com certeza. Esse seria o ponto principal para o BPA ter como carro-chefe o enfrentamento da poluição sonora. Se nós tivéssemos convênio firmado com outros órgãos, tivéssemos poder de autuação a partir da lavratura da autuação, a questão do TCO, isso aí iria dar um respaldo para o policial militar. O Batalhão ganharia em visibilidade e, principalmente, o grande beneficiado seria a população. Acredito que os índices iriam cair bastante com o BPA fazendo esse tipo de autuação. Principalmente porque a gente sabe que muitas vezes essas ocorrências acabam evoluindo para crimes mais graves. [...] Com a aplicação da multa e o recolhimento do som, muitos outros crimes podem ser evitados [...].

Fica clara a necessidade de integração entre os órgãos competentes, a fim de fornecer o respaldo legal para uma ação mais direta e efetiva. Essa medida é essencial para permitir que o agente de segurança exerça sua missão constitucional em sua totalidade, uma vez que o BPA, mesmo sendo uma unidade especializada, não possui o poder de polícia administrativa consolidado. Consequentemente, o Batalhão encontra-se impedido de lavrar o Auto de Infração Ambiental (AIA), o Termo Circunstanciado de Ocorrência Ambiental (TCO) ambiental e aplicar o uso de equipamentos de medição (como o sonômetro) com segurança jurídica plena.

Sobre a segurança jurídica do BPA, bem como os reflexos dessa limitação na sensação de impunidade e na prática de outros crimes, assim afirma o entrevistado (Comandante do BPA):

> **Entrevistador**: Considerando o atual desafio de enquadramento legal, o senhor acredita que a possibilidade de a PMPA lavrar o Termo Circunstanciado de Ocorrência Ambiental (TCO), enquadrando a poluição sonora na contravenção de perturbação do sossego, conferiria maior segurança jurídica e autonomia ao BPA? Além disso, o senhor considera que a tolerância à desordem causada pela poluição sonora em Belém fortalece a sensação de impunidade e estimula a prática de infrações penais mais graves, conforme a Teoria das Janelas Quebradas?
>
> **Entrevistado**: Com certeza. A Polícia Ambiental teria uma segurança jurídica bem maior, autonomia, visibilidade e, acima de tudo, segurança para o policial militar atuar. E, sim, é um fator de risco: muitos dos crimes mais graves que acontecem na Região Metropolitana de Belém começam nessas pequenas festas com som alto. Em muitas delas já ocorre o tráfico de drogas, que evolui para assaltos e até homicídios. Se a PMPA tivesse poder de autuação imediata e conseguisse fazer cessar logo aquela perturbação ou poluição sonora no local, acredito que muitos outros crimes seriam evitados no futuro.

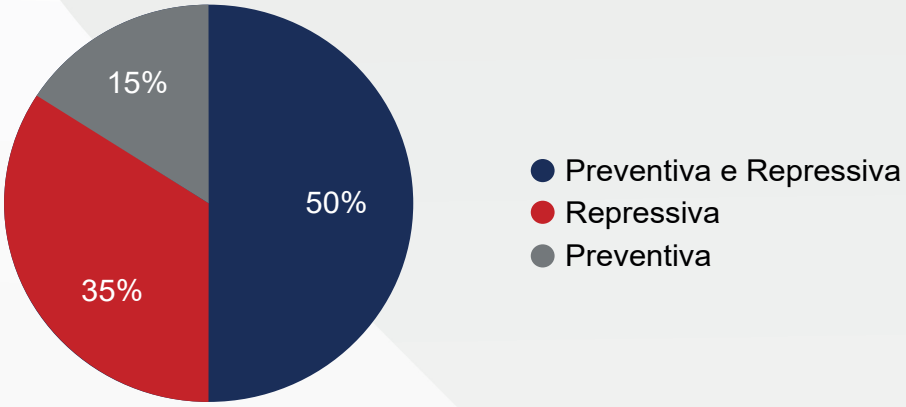
A declaração do Comandante reforça a tese de que a poluição sonora não é um ilícito isolado, mas sim um fator que contribui para a prática de outros crimes, validando o conceito de que a desordem ambiental é um indicativo e um catalisador de violências mais graves. Daí a urgência e a necessidade de outorgar o poder de polícia administrativa à Polícia Militar. Essa medida é crucial para que o BPA e as demais unidades da PMPA possam combater as desordens sonoras de forma imediata e eficaz, cumprindo sua missão de prevenção e, assim, oferecendo uma resposta mais completa e satisfatória à sociedade paraense.

No que se refere à atuação do BPA e aos resultados dessa intervenção, a pesquisa focou também em relatar a percepção dos próprios policiais militares que atendem as ocorrências envolvendo os ilícitos penais atentatórios ao meio ambiente sonoro.

A meta foi averiguar a postura e as dificuldades do profissional de segurança pública ao se deparar com essas ocorrências, bem como a sua visão sobre o nexo de causalidade da desordem sonora com outros crimes. Para tanto, um questionário foi aplicado a uma amostra de 20 policiais militares, cujas respostas serão detalhadas a seguir, a fim de contrastar o discurso institucional com a realidade operacional da tropa.

Primeiramente, na tentativa de compreender a natureza da atuação operacional percebida pela tropa, perguntou-se aos policiais como eles consideram a missão do BPA no que se refere à prevenção e repressão dos ilícitos. A distribuição das respostas é crucial para entender a filosofia de trabalho da unidade, conforme ilustrado na Figura 1 abaixo:

Figura 1 - Percentual da Percepção quanto à natureza de atuação do BPA no enfrentamento aos ilícitos sonoros.

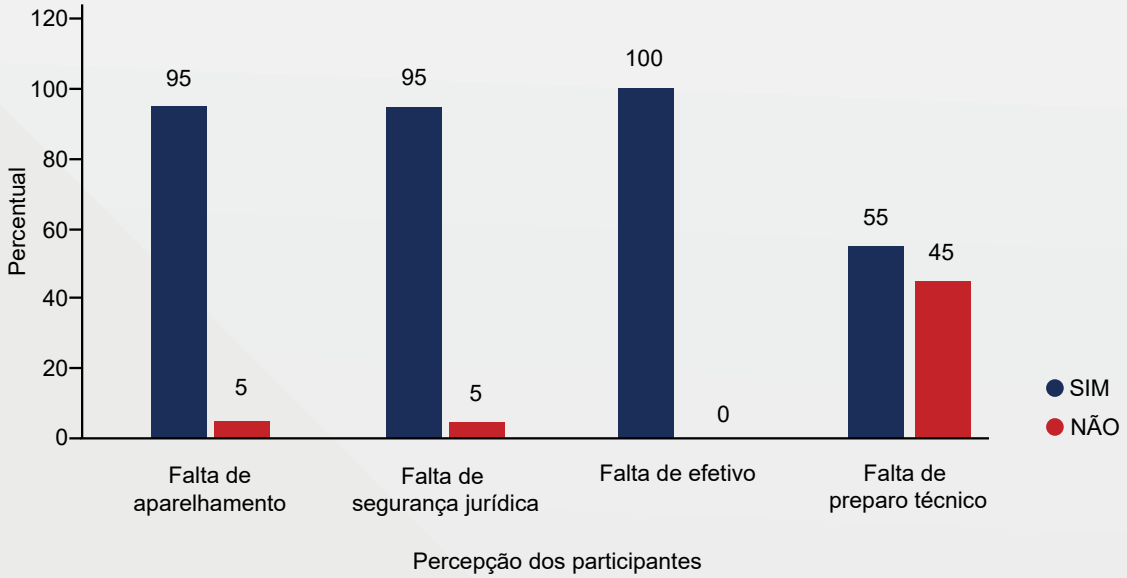


Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

Ao analisar a percepção dos 20 participantes do questionário sobre a natureza da atuação do BPA, observou-se uma divergência de entendimentos: 50% dos policiais consideram a atuação do Batalhão como sendo, simultaneamente, preventiva e repressiva, enquanto 35% a classificam como somente repressiva e 15% como apenas preventiva.

Quanto à postura operacional, os dados mostram um padrão uniforme na resposta inicial ao ilícito: 100% dos respondentes afirmaram que, na primeira abordagem, realizam somente a advertência verbal e orientam o cidadão a respeito das consequências da conduta. Além disso, 90% deles salientaram que, ao conduzirem um cidadão à Delegacia de Polícia Civil por ilícito de desordem sonora, a Polícia Civil realiza o enquadramento da conduta como contravenção penal de perturbação de sossego alheio. Sobre estas questões, mostra-se os resultados na Figura 2 abaixo:

Figura 2 - Quantidade da Percepção dos participantes quanto aos fatores que dificultam a atuação do BPA no enfrentamento aos ilícitos de ordem sonora.



Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

A análise dos resultados do questionário aplicado aos policiais militares do BPA comprova as principais hipóteses levantadas na pesquisa, que tratam das dificuldades operacionais da Unidade: 95% dos participantes sentem a necessidade de melhores condições de aparelhamento; 95% dos policiais sentem a falta de segurança jurídica para atuarem de forma plena; e 100% dos respondentes acreditam que há um *déficit* de efetivo no Batalhão para dar conta da demanda.

Por outro lado, a hipótese quanto ao preparo técnico demonstrou-se inconclusiva, com opiniões divididas: 55% dos policiais consideraram que há falta de preparo técnico, enquanto 45% discordaram. No entanto, o consenso em relação à insegurança jurídica, à falta de efetivo e ao aparelhamento valida a percepção de que as limitações estruturais e legais são os principais entraves à eficácia do BPA.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foi possível analisar a frequência alarmante das denúncias de ilícitos envolvendo poluição sonora na Região Metropolitana de Belém. Constatou-se que este é um problema social crescente que causa grande desconforto à sociedade e que, conforme evidenciado, culmina, muitas vezes, em outros crimes mais graves (validando a perspectiva das Janelas Quebradas).

Neste contexto, o Batalhão de Polícia Ambiental é a referência para o atendimento dessas ocorrências. No entanto, os resultados da pesquisa comprovam as hipóteses levantadas e demonstram as dificuldades estruturais enfrentadas pela Unidade, notadamente em razão da falta de aparelhamento, do baixo efetivo e da insegurança jurídica para lavrar autuações.

Assim sendo, é necessária uma revisão urgente da política institucional, visando atribuir claramente ao BPA o poder de polícia administrativa ambiental para que possa atuar diretamente na fiscalização e autuação de ilícitos sonoros. Paralelamente, são recomendadas ações integradas com órgãos ambientais municipais e estaduais, com o intuito de potencializar campanhas educativas, aperfeiçoar o fluxo operacional e reforçar a conscientização social. Sem tais medidas, o distanciamento entre denúncias recebidas e respostas efetivas continuará a enfraquecer a legitimidade e a eficácia da atuação policial ambiental na região.

Conclui-se, portanto, que a chave para o enfrentamento da degradação do meio ambiente sonoro na capital do Pará reside no empoderamento jurídico do BPA. É esse empoderamento jurídico que proporcionará a segurança jurídica necessária para o uso de equipamentos como o sonômetro, bem como o poder legal para a lavratura do Auto de Infração Ambiental (AIA) e/ou o Termo Circunstanciado de Ocorrência Ambiental (TCO). Essa capacidade de resposta efetiva e satisfatória é fundamental para garantir a tranquilidade sonora, a qualidade de vida e a saúde da sociedade belenense.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. NBR 10151: **Acústica – Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade – Procedimento**. Versão corrigida: 2020. Rio de Janeiro, 2020.

BAÍA, Dayane. **Reclamações de poluição sonora lideram chamados ao CIOP.** Agência Pará, 08 abr. 2023. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/18230/reclamacoes-de-poluicaosonora-lideram-chamados-ao-CIOp#:~:text=Em%202019%2C%20das%20de,chamadas%20atendida%2C%20gerando%20176.463%20ocorr%AAncias>. Acesso em: 08 abr. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 3.688, de 3 de outubro de 1941.** Lei das Contravenções Penais. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Rio de Janeiro, 03 out. 1941.

BRASIL. **Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 02 set. 1981.

BRASIL. **Lei Federal n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 12 fev. 1998 e retificado em 17 fev. 1998.

BRASIL. **Portaria n.º PR-268, de 26 de agosto de 2021.** Estimativas da população residente no brasil e unidades da federação. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 27 ago. 2021.

BRASIL. **Resolução CONAMA n.° 1, de 8 de março de 1990.** Dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 63, Seção 1, p. 6408, 02 abr. 1990.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal:** Legislação Especial 4. 8ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DOS SANTOS, João Victor Modesto; FIGUEIREDO, Renato Travassos; RODRIGUES, William Raphael da Silva. Balbino. **A atuação da Polícia Militar do Pará e o Crime de poluição Sonora**. 2020. 16 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências de Defesa Social e Cidadania), Instituto de Ensino de Segurança do Pará, Marituba, 2020.

GGI-M. Câmara Técnica de Prevenção. **Relatório Técnico da Reunião extraordinária sobre poluição sonora e perturbação do sossego em Belém.** Belém, 27 jan. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOBBES, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil.** São Paulo: Martin Claret, 2009.

LAURINHO, Fábio Melo. **Os procedimentos de controle do estado no enfrentamento da poluição sonora causada por bares e residências em Belém/PA.** 2017. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito), Escola Superior Madre Celeste, Belém, 2018.

LEÃO, Netuno; ALENCAR, Carla; VERÍSSIMO, Adalberto. **Belém Sustentável 2007.** Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2008.

MARCONE, M. de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

O LIBERAL.COM – Belém. **Policial acusado de matar vizinho após briga por som alto é absolvido, em Belém.** O liberal.com, Belém, 17 nov. 2022. Disponível em: <https://www.oliberal.com/policia/policial-acusado-de-matar-vizinho-apos-briga-por-som-alto-e-absolvido-em-belem-1.613893>. Acesso em: 12 jan. 2023.

O LIBERAL.COM – Belém. **Poluição sonora:** Ciop recebe mais de seis denúncias por hora na Região Metropolitana de Belém. O liberal.com, Belém, 3 jun. 2023. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/poluicao-sonora-ciop-recebe-mais-de-seis-denuncias-por-hora-na-regiao-metropolitana-de-belem-1.688861>. Acesso em: 5 jun. 2023.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial sobre Audição (WRH).** 3 mar. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240020481>. Acesso em: 09 abr. 2023.

PARÁ. Constituição Estadual (1989). **Constituição do Estado do Pará.** Diário Oficial [Estado do Pará], Belém, 06 out. 1989.

PARÁ. Governo do Estado do Pará. Lei Estadual do Pará nº 4.749, de 02 de agosto de 2001. Cria, no âmbito da Polícia Militar do Pará, o Batalhão de Policiamento Ambiental-BPA e dá outras providências. Pará, 2001.

PARÁ. **Lei Complementar n.º 053, de 7 de fevereiro de 2006.** Dispõe sobre a Organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará – PMPA. Diário Oficial [Estado do Pará], Belém, 07 fev. 2006.

PARÁ. **Lei n.º 9.713, de 22 de setembro de 2022.** Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, as aparelhagens de som. Diário Oficial [Estado do Pará], Belém, 22 set. 2022.

PORTAL G1 – Belém. **Guarda municipal suspeito de matar casal a tiros por causa de som alto é preso.** g1 Globo.com, Belém, 22 set. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/09/22/guarda-suspeito-de-matar-casal-a-tiros-por-causa-de-som-alto-e-preso-em-belem.ghtml>. Acesso em: 11 abr. 2023.

SEGUP. Centro Integrado de Operações (CIOP). **Quantitativo de perturbação da tranquilidade na Região Metropolitana de Belém de janeiro de 2021 a dezembro de 2022.** Belém, 04 jun. 2022.

SEGUP. Dique-Denúncia (181). **Registros de recebimento de denúncias anônimas feitas pela população e que são encaminhadas aos setores competentes da área de segurança pública**. Belém, 14 abr. 2023.

SILVA JU NIOR, Antônio R. da; MORAES, Ana C. Pessoa. Desafios da Polícia Militar Ambiental do Estado do Pará em exercer o poder de polícia administrativa do Meio Ambiente. **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, v. 9, n. 1, p. 82-98, 2021.

RUBIN, Daniel Sperb. Janelas quebradas, tolerância zero e criminalidade. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 62, 1 fev. 2003. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/3730/janelas-quebradas-tolerancia-zero-e-criminalidade>. Acesso em: 05 dez. 2022.

ZAJARKIEWICCH, Daniel. **Poluição sonora urbana**: principais fontes. Aspectos jurídicos e técnicos. 2010. 232 f. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

Mapeando a Proteção: o georreferenciamento como estratégia-chave no policiamento rural de Santa Izabel do Pará[1]

Adelaildo Maximo de Oliveira – AL OF. PM/PA[2]
Antônio Rodrigues da Silva Junior – Prof. Me.[3]
Ediones da Costa Conceição – AL OF. PM/PA[4]
Weslley Guimarães de Souza – AL OF. PM/PA[5]

[1] Artigo apresentado à Academia de Polícia Militar "Cel. Fontoura" como requisito para conclusão do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará e obtenção do título de Especialista em Defesa Social e Cidadania, orientado pelo Prof. Me. Antônio Rodrigues da Silva Junior.

[2] Aluno do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará; Graduado em Direito – Faculdade Gamaliel.

adelaildo14@gmail.com;
ORCID: 0009-0003-5786-511X

[3] Mestre em Gestão de Riscos e Desastres Naturais - IG/UFPA; Doutorando em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia - NUMA/UFPA.

silvajuniorgeo@yahoo.com.br;
ORCID: 0000-0002-5174-3969

[4] Aluno do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará; Graduado em Direito – Faculdade Gamaliel.

ediones.costa@hotmail.com;
ORCID: 0009-0009-2535-8061

[5] Aluno do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará; Graduado em Direito –Unama.

weslleyguimaraeswgs@gmail.com;
ORCID: 0009-0000-7702-9408

RESUMO

O presente artigo enfoca a violência no meio rural do município de Santa Izabel do Pará, região metropolitana de Belém no Estado do Pará, por intermédio da criação do policiamento especializado em área rural com o uso do georreferenciamento. Tem como objetivo geral a análise da efetividade dessa modalidade de policiamento. A pesquisa se desenvolveu a partir do seguinte questionamento: Qual a efetividade do policiamento rural com o uso do georreferenciamento implementado no município de Santa Izabel do Pará? Partiu-se da hipótese que a modalidade de policiamento possui uma real efetividade, tanto no campo estatístico inerente à redução dos crimes, como em seu aspecto qualitativo relacionado à sensação de segurança da população atendida. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa de caráter exploratória com uma abordagem qualitativa e quantitativa, através do método dedutivo. A principal conclusão é que após a criação do 2º Batalhão Rural ocorreu uma redução da criminalidade, bem como o aumento considerável da sensação de segurança da comunidade após a implantação do policiamento em estudo, mostrando ser um mecanismo de governança efetivo no combate à criminalidade no meio rural, justificando sua ampliação e criação de uma doutrina própria.

Palavras-Chave: Policiamento Rural Georreferenciado; Efetividade; Comunidade.

ABSTRACT

This article focuses on violence in the rural environment of the municipality of Santa Izabel do Pará, metropolitan region of Belém in the State of Pará, through the creation of specialized policing in rural areas with the use of georeferencing. Its general objective is to analyze the effectiveness of this type of policing. The research was developed from the following question: What is the effectiveness of rural policing with the use of georeferencing implemented in the municipality of Santa Izabel do Pará? Starting from the initial hypothesis that the policing modality has a real effectiveness, both in the statistical field inherent to the reduction of crimes, as in its qualitative aspect related to the sense of security of the population served. As for the methodology, it is an exploratory research with a qualitative and quantitative approach, through the deductive method. The main conclusion is that after the creation of the 2nd Rural Battalion there was a general reduction in crime, as well as the sense of security of the community increased considerably after the

implementation of the policing under study, showing to be an effective governance mechanism in the fight against crime in rural areas, justifying its expansion and creation of its own doctrine.

Keywords: Georeferenced Rural Policing; Effectiveness; Community.

RESUMEN

Este artículo se centra en la violencia en el entorno rural del municipio de Santa Izabel do Pará, región metropolitana de Belém, estado de Pará, mediante la creación de un servicio policial especializado en zonas rurales mediante georreferenciación. Su objetivo general es analizar la efectividad de este tipo de servicio. La investigación se desarrolló a partir de la siguiente pregunta: ¿Cuál es la efectividad del servicio policial rural con georreferenciación implementado en el municipio de Santa Izabel do Pará? Partiendo de la hipótesis inicial de que esta modalidad policial tiene una efectividad real, tanto en el ámbito estadístico, inherente a la reducción de la delincuencia, como en su aspecto cualitativo, relacionado con la sensación de seguridad de la población atendida. En cuanto a la metodología, se trata de una investigación exploratoria con un enfoque cualitativo y cuantitativo, mediante el método deductivo. La principal conclusión es que tras la creación del 2.º Batallón Rural se observó una reducción general de la delincuencia, así como un aumento considerable de la sensación de seguridad en la comunidad tras la implementación del servicio policial estudiado, demostrando ser un mecanismo de gobernanza eficaz en la lucha contra la delincuencia en zonas rurales, lo que justifica su expansión y la creación de una doctrina propia.

Palabras clave: Servicio Policial Rural Georreferenciado; Efectividad; Comunidad.

1 INTRODUÇÃO

A contemporaneidade da segurança pública na Amazônia paraense, em especial no município de Santa Izabel do Pará, o qual integra a região metropolitana de Belém, tem exigido do poder público novas modalidades de policiamento ostensivo preventivo e repressivo, capazes de atender com mais efetividade uma parcela da população que reside na zona rural e que é vítima de crimes de diversas naturezas.

A zona rural do município de Santa Izabel do Pará, *lócus* dessa pesquisa, tem sido atendida, desde o ano de 2022, por uma nova modalidade de policiamento realizado pela Polícia Militar do Pará (PMPA), denominada “Policiamento Rural Georreferenciado”, um esforço da segurança pública para reduzir os índices de criminalidade que ocorrem nesses espaços e garantir maior segurança à população.

Policiamento Rural Georreferenciado pode ser definido como uma modalidade de patrulha para o combate ao crescente número de crimes na zona rural, que utiliza a junção de métodos de policiamento convencional, policiamento comunitário e o georreferenciamento. Enfatizando que, de acordo com Roldão (2018), para esse policiamento ter sucesso nos seus resultados depende da cooperação mútua entre a Polícia Militar, a comunidade atendida e a comunidade de negócios locais.

> Os indivíduos, como legítimos responsáveis pela segurança pública, ao se envolverem em uma política de policiamento comunitário, assumem suas responsabilidades como cidadãos. Se cada um exercer suas devidas atribuições na sociedade, e houver uma interação entre o polícia e a comunidade, haverá maior sensação de segurança e confiança mútua entre os cidadãos e os órgãos de segurança pública. O resultado disso é a potencialização da troca de informação entre ambos e efetividade nas ações de redução da criminalidade (Roldão, 2018, p. 36).

Esta modalidade de policiamento rural especializado não constitui uma inovação na seara da segurança pública brasileira. Tal prática já é uma realidade consolidada em outras instituições de Polícia Militar no país, notadamente em estados com grande extensão territorial agrícola, como Goiás e Mato Grosso. Nesses contextos, os resultados alcançados são notavelmente positivos, evidenciando melhorias significativas tanto na sensação de segurança da população quanto nos índices de prevenção e repressão a crimes patrimoniais, sobretudo roubos e furtos na zona rural. Todavia, a aplicabilidade deste modelo representa uma novidade institucional para a Polícia Militar do Pará (PMPA), demandando adaptação devido às características singulares e à complexa produção do espaço na vasta zona rural da Amazônia paraense.

Dessas singularidades, cabe destacar a vasta extensão do território rural paraense e seus múltiplos usos, bem como a complexidade na localização das propriedades e comunidades devido à precariedade de informações de endereço. Tal dificuldade impede um atendimento de emergência mais ágil e exige da Polícia Militar conhecimentos geotecnológicos capazes de mapear toda a área de policiamento.

Nesse sentido, o policiamento rural com o uso do georreferenciamento é caracterizado por mapear as comunidades e propriedades rurais. Com isso, as complexidades do terreno e as dificuldades de localização exata, que outrora eram um dos grandes percalços para a agilidade no atendimento de emergência, são superadas. O uso de geotecnologias subsidia, assim, diretrizes para que o policiamento obtenha maiores resultados.

Ademais, tão importante quanto implementar “novas” formas de policiamento é a mensuração dos seus resultados, visando a coleta de dados que possam subsidiar seu aperfeiçoamento, substituição ou sua expansão para outras áreas. Como a modalidade de policiamento em estudo é relativamente nova no estado do Pará, há uma carência em estudos científicos que possam atestar sua forma de ação e eficiência, seja por meio de dados e comparações estatísticas, seja pela aferição da sensação de segurança da comunidade atendida. À vista dessa lacuna acadêmica e institucional, capaz de subsidiar tomadas de decisões, justifica-se a importância deste estudo no contexto da segurança pública no estado do Pará.

Cabe destacar ainda que, a partir do estudo em discussão, será possível evidenciar o grau de eficiência desse policiamento, saindo do campo da subjetividade para o campo científico. Dessa forma, tal estudo torna-se relevante para a Polícia Militar e para a segurança pública como um todo, pois poderá servir como base para estudos e tomadas de decisão dos gestores públicos acerca da sua melhoria, expansão ou até substituição, visando melhor atender a população não urbana paraense e otimizar resultados.

Apresenta-se como problema da pesquisa o seguinte questionamento: Qual a efetividade do policiamento rural com o uso do georreferenciamento implementado no município de Santa Izabel do Pará? Parte-se do pressuposto hipotético que essa modalidade de policiamento possui uma real efetividade, tanto no campo estatístico inerente à redução dos crimes, quanto no seu aspecto qualitativo relacionado à sensação de segurança da população atendida.

O objetivo geral desse artigo é analisar a efetividade do policiamento na área rural com o uso do georreferenciamento no município de Santa Izabel do Pará. Os objetivos específicos são: a) apresentar o processo de criação e implementação do policiamento rural em Santa Izabel do Pará; b) analisar a efetividade desse policiamento, considerando as variáveis: crimes ocorridos no período de cinco anos antes e após a sua implementação, bem como a sensação de segurança da população; c) analisar a base doutrinária e legal para implantação e execução desse tipo de policiamento.

2 METODOLOGIA

O presente artigo tem como *lócus* de pesquisa a zona rural do município de Santa Izabel do Pará, localizado na Região Metropolitana de Belém, no estado do Pará, conhecida como região do Guamá. O acesso é feito pelas rodovias BR-316 (Belém-Maceió) e PA-140, além das via fluviais pelos rios Guamá e Guajará Mirim.

Em termos territoriais e demográficos, o município possui uma extensão territorial de 717,662 km², com 15,52 km² de área urbanizada e aproximadamente 702,142 km² de área rural. No último censo (IBGE, 2010), a população total do município era de 59.476 habitantes, sendo 42.996 (72,29%) moradores da zona urbana e 16.489 (27,71%) da zona rural, e com uma estimativa populacional de 72.856 habitantes para o ano de 2021.

A classificação da zona urbana e rural do município de Santa Izabel do Pará foi definida conforme classificação de uso e cobertura do solo, com base em dados obtidos na plataforma do MAPBIOMAS v.7.0 (Brasil) e ilustrada no mapa abaixo (Figura 1).

Figura 1 - Mapa de localização da área de estudo.



Fonte: Elaborado pelos Autores, 2023.

Em termos de metodologia, este artigo recorre ao método dedutivo para levantar e testar as hipóteses durante o processo de pesquisa. De acordo com Gil (2008), o método permite partir de premissas generalistas para chegar a uma conclusão lógica, o que se aplica ao presente estudo, cuja origem é a premissa de que o policiamento rural com o uso do georreferenciamento em Santa Izabel do Pará possui efetividade tanto no campo estatístico quanto na percepção de segurança da comunidade.

A pesquisa apresenta um caráter exploratório, uma vez que realiza uma análise de estudo de caso do policiamento rural georreferenciado, o que envolve levantamento bibliográfico e entrevistas com os atores e agentes envolvidos. A entrevista é do tipo semiestruturada que, segundo Rosa e Arnoldi (2006), possibilita a inclusão de roteiros não previstos. Por ser uma técnica flexível, ela proporciona a obtenção de riqueza informativa intensiva, holística e contextualizada. A entrevista foi realizada com o Comandante do 2º Batalhão Rural da PMPA.

No que tange à forma de abordagem do problema, utiliza-se o recurso quanti-qualitativo. Esta abordagem considera que tudo pode ser quantificável, traduzindo opiniões e informações em números para análise. Simultaneamente, ela reconhece a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade que não pode ser traduzido em números (Silva, 2005).

Esse recurso metodológico permitiu o processamento dos dados coletados em fontes oficiais e das informações repassadas durante visita ao quartel do 2º Batalhão Rural da PMPA (2º BPR), unidade responsável pelo policiamento rural em Santa Izabel do Pará. Também foram coletadas informações por meio de questionário aplicado junto à comunidade, utilizando o *Google Forms*, com link inserido no grupo de *WhatsApp* “Patrulha Rural”, onde ocorre a interação entre a comunidade e a polícia local.

Os dados foram coletados junto à Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal do Estado do Pará (SIAC), e são referentes às ocorrências de roubos, furtos e homicídios ocorridos na área rural de Santa Izabel do Pará nos anos de 2017 a 2022. Cabe destacar que esse banco de dados é formado a partir de ocorrências policiais registradas de forma *on-line* e presencial junto à Polícia Civil do Estado do Pará. Assim, foi possível analisar a quantidade anual de cada um desses crimes e comparar o período pré-implantação (2017-2021) e pós-implantação (2022) do policiamento rural, fornecendo uma conclusão objetiva acerca da redução da criminalidade na região estudada.

O questionário contém dez perguntas objetivas e foi respondido por cinquenta pessoas cadastradas e atendidas pelo policiamento rural com o uso do georreferenciamento em Santa Izabel do Pará, com a finalidade de mensurar a percepção de segurança da população. Neste contexto, cabe destacar a importância de estudos que avaliam as percepções da comunidade acerca da efetividade do trabalho policial.

De acordo com Rolim e Hermann (2018), a Polícia Metropolitana de Londres utiliza essa metodologia, aplicando questionários que abarcam inúmeros aspectos da atividade policial e seus resultados. Esta instituição possui um banco de perguntas objetivas que são aplicadas à comunidade para aferir a sua satisfação com o trabalho da polícia. Esses mesmos autores destacam, ainda, os estudos que discutem a percepção da comunidade sobre a atuação policial nas cidades de Porto Alegre e Belo Horizonte.

Nesse sentido, tornou-se plausível a utilização desse método para conhecer o grau de satisfação da comunidade com o policiamento em estudo, visto que o alvo principal das políticas de segurança pública é o cidadão e este deve ser “ouvido” para explanar suas opiniões e percepções.

3 REVISÃO DA LITERATURA

A violência é algo presente em todas as camadas da sociedade brasileira, devendo ser enfrentada de forma conjunta pelo Estado e população em geral, conforme prevê o artigo 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Atualmente, esse fato social tem se espalhado com mais frequência para o meio rural, devido à pouca presença estatal nessas locali-

dades, chegando a colocar em risco o bom desenvolvimento de alguns setores agrícolas, visto que as pessoas não se sentem seguras e protegidas para desenvolver suas atividades rurais.

A desatenção e consequente falta de informações acerca da criminalidade no meio rural são controversas com sua importância, principalmente para a economia. Aliado a esses fatores, há outras dificuldades, como afirmam Araújo, De Oliveira e Consalter (2020, p. 2): "O isolamento devido as grandes distâncias, aliado a dificuldade de comunicação e ao pequeno número de pessoas nas propriedades tem atraído cada vez mais o olhar de bandidos que, movidos pela facilidade de cometer crimes, migraram suas atividades criminosas para esta região".

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, entre 2011 e 2015, foram registrados 6.737 conflitos no campo, envolvendo mais de 3,5 milhões de pessoas. No período seguinte, de 2016 a 2021, esses números subiram para 10.384 conflitos e atingiram 5,5 milhões de pessoas. Portanto, é possível observar que os conflitos cresceram cerca de 54,13% e o número de envolvidos cresceu 55,08% (Ávila, 2022). Esses dados acendem um sinal de alerta no poder estatal, que deve atuar com a finalidade de diminuir a insegurança e proporcionar maior segurança ao produtor rural, agente fundamental para a economia.

Para atender a essa demanda, alguns Estados da Federação, como Mato Grosso, Goiás, Tocantins e recentemente o Pará, começaram a desenvolver uma nova modalidade de policiamento com a finalidade de atender às áreas rurais que são constantemente alvos da criminalidade. Esse policiamento tem como características uma maior proximidade com o produtor, que faz parte diretamente no processo de segurança pública, bem como o uso de georreferenciamento para mapear a área atendida.

O conceito de georreferenciamento está ligado à localização exata de um “ponto” no planeta Terra, determinando a posição dos pontos, linhas e polígonos sob o uso de tecnologias que usam coordenadas geográficas de longitude e latitude (Menzori, 2017). Assim, ao falar de policiamento georreferenciado, deve-se ter em mente uma modalidade que consegue mapear sua área de atuação, onde as propriedades atendidas são georreferenciadas, ou seja, são definidas suas forma, dimensão e localização no globo terrestre.

Em outras palavras, georreferenciar significa associar um arquivo de imagem digital à localização no espaço físico. Por isso, todas as propriedades rurais são interligadas de forma digital, por meio de mapas que possibilitam uma maior aplicação de políticas estatais de segurança pública mesmo nas comunidades mais afastadas dos centros urbanos.

Nesse sentido, como exemplo de política de maior presença estatal no campo, pode-se citar o Estado de Goiás, que desenvolveu e implementou o Policiamento Rural Georreferenciado. Essa modalidade de policiamento versa sobre uma maior proximidade com a população atendida, sendo sua colaboração indispensável para o bom desenvolvimento e efetividade do programa.

Esse processo é realizado por meio de uma relação de confiança e parceria entre o produtor rural e a Polícia Militar. De início, é realizada uma visita na propriedade, onde o programa é apresentado ao produtor rural e explicados os benefícios dessa integração com a segurança pública. Nessa visita, as equipes realizam a captação das coordenadas geográficas através de um aparelho de GPS. Com essa medida, cria-se um endereço para aquela propriedade rural, o que facilita o deslocamento futuro da viatura, por meio de uma rota traçada pelo aparelho de GPS acoplado nela (Roldão, 2018).

Após isso, é construído um banco de dados com todas as informações da propriedade, tais como: o nome dos moradores, tipos de implementos agrícolas e identificação dos animais (marca), dentre várias informações da propriedade. A próxima etapa do projeto é a formação

de um grupo no aplicativo de mensagem (*WhatsApp)*, facilitando a comunicação e troca de informações e solicitações das equipes (Roldão, 2018). Essa ferramenta tecnológica é importantíssima no processo, pois, em muitas localidades rurais, por serem afastadas dos grandes centros urbanos, não existe sinal telefônico, sendo a internet rural o único meio efetivo de comunicação com as forças de Segurança Pública. Seguindo as fases do processo, é gerado um número do cadastro que é exposto em uma placa de identificação da propriedade e fixado em um lugar visível e estratégico. Essa placa possui algumas informações da propriedade e o contato da Unidade Policial da área.

Por último, o passo é estabelecer parceria com os sindicatos rurais locais (Roldão, 2018). Isso é importante para se criar uma rede de apoio em prol de um objetivo comum: prover e garantir segurança pública de qualidade no meio rural. Com essa integração, os produtores rurais ajudam o programa com aquisição de materiais importantes para a manutenção do projeto.

4 A CRIAÇÃO DO POLICIAMENTO RURAL GEORREFERENCIADO NA PMPA

No Estado do Pará, segundo o Comandante do 2º BPR, o município de Santa Izabel é pioneiro no que tange ao policiamento rural, que teve início no ano de 2007, ainda de forma prematura e empírica, quando a ideia de criação surgiu devido ao grande volume populacional concentrado na área rural e ao alto índice de criminalidade que ocorria nessa região.

Nessa linha, destacou o Comandante que o policiamento rural foi pensado e direcionado para atender, inicialmente, à zona rural dos municípios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, visando otimizar o atendimento das ocorrências. No início, o policiamento era realizado com rondas ostensivas nessas propriedades, e ainda não se pensava em um policiamento georreferenciado, com estratégias de mapeamento das propriedades por meio de dispositivos eletrônicos de localização.

No ano de 2021, vislumbrando a necessidade de aprimorar o atendimento às comunidades não urbanas, a Polícia Militar do Pará passou a buscar ferramentas que otimizassem essa estratégia. No mês de novembro deste mesmo ano, o referido Comandante foi designado para participar em Sinop, Mato Grosso, da Primeira Jornada Nacional sobre Práticas e Tendências de Patrulha Rural, passando a ser um dos maiores conhecedores do assunto no Estado do Pará, conforme o próprio explica:

> O policiamento rural com o uso do georreferenciamento surgiu após a gente ter participado na cidade de Sinop, Estado do Mato Grosso, de uma Jornada Nacional sobre práticas e tendências de patrulha rural, no mês de novembro de 2021, ocasião em que conseguimos adquirir conhecimento e adaptar a nossa realidade, sendo implantado no município de Santa Izabel, que já se tinha uma equipe de Patrulha Rural (Comandante do 2º BPR. Entrevista concedida no dia 30 de março de 2023).

Nesse sentido, em janeiro de 2022, iniciou-se no 12º Batalhão de Polícia Militar, em Santa Izabel do Pará, a implantação do policiamento rural com o uso do georreferenciamento. Com vistas a institucionalizar esse tipo de atuação policial, em junho de 2022, o referido Batalhão promoveu o "I Curso de Patrulha Rural com Ênfase em Georreferenciamento".

O curso teve como propósito capacitar o profissional de segurança pública para uma atuação tecnológica e estratégica. Para tanto, o currículo foi elaborado visando integrar o arcabouço tático inerente ao ambiente rural com o domínio de ferramentas geoespaciais modernas. Entre os eixos de capacitação estavam o mapeamento preciso de propriedades rurais, o levantamento qualificado de informações de campo e a utilização de equipamentos de GPS. Ao prover esse conhecimento, o curso buscou subsidiar a tomada de decisão dos agentes, garantindo a otimização da eficácia e da agilidade do policiamento nas vastas áreas rurais sob sua responsabilidade.

O plano do Curso de Patrulha Rural, publicado no Aditamento ao Boletim Geral nº 094, de 18 de maio de 2022, apresentou como finalidade: "Regular as atividades pedagógicas, atribuições, execução e responsabilidades, referentes à presente ação formativa em segurança pública, a ser desenvolvida pelo 12º Batalhão de Polícia Militar". Os objetivos do curso foram: "dotar de conhecimento os policiais militares que irão desempenhar o policiamento em área rural, conhecer técnicas e táticas policiais intrínsecas ao ambiente rural e aplicar as ferramentas tecnológicas (Georreferenciamento), visando otimizar o policiamento em área rural, diminuindo o tempo-resposta".

A matriz curricular do curso contou com nove disciplinas: Noções de Georreferenciamento, Recobrimento Rural, APH Tático, Direção Tática 4x4, Polícia de Proximidade (GPA), Tiro Aplicado, Noções de Sobrevivência em Área Rural, Orientação Geográfica e Emprego de RPA aplicado à segurança pública, totalizando 100 horas/aulas.

A Lei Complementar n.º 153/2022 (publicada no Aditamento ao Boletim Geral n.º 123 III, de 30 de junho de 2022), que alterou a Lei de Organização Básica da PMPA (LOB), criou e efetivou o 1º Batalhão de Polícia Rural (1º BPR), com sede em Marabá e o 2º BPR, com sede em Castanhal. Assim, ampliou-se o que antes era feito apenas pelo 12º Batalhão de Polícia Militar em Santa Izabel do Pará para duas macrorregiões do estado.

5 OPERACIONALIZAÇÃO DO POLICIAMENTO RURAL COM O USO DO GEORREFERENCIAMENTO

Por ser uma modalidade relativamente nova no Estado do Pará, esse policiamento em análise ainda não possui uma doutrina própria, mas tem como norte a doutrina de outras polícias brasileiras, como o Mato Grosso e Goiás. No entanto, existe uma comissão na instituição que busca implementar uma doutrina própria para o estado, que atenda as peculiaridades regionais. Nesse sentido, explica o Comandante do 2º BPR:

> Atualmente, não há na instituição nenhum documento que defina regras e forma do policiamento, contudo, foi realizado o primeiro curso de patrulha rural com ênfase em Georreferenciamento, em junho do ano passado, já com algumas disciplinas básicas fundamentais para a realização do policiamento rural. Existe uma comissão que foi nomeada pelo Estado-Maior Geral da PMPA para fins de estudar, escrever e apresentar a doutrina de policiamento rural, da qual somos presidente (Comandante do 2º BPR. Entrevista concedida no dia 30 de março de 2023).

Em visita realizada ao 2º BPR, sediado no município de Castanhal, observou-se que o Policiamento Rural com uso do Georreferenciamento é desenvolvido e realizado pelas equipes policiais em parceria com a comunidade. Em um primeiro momento, a equipe policial realiza uma visita técnica de segurança na propriedade e explica ao produtor rural todo o processo do programa, com o esclarecimento das etapas e o procedimento de adesão. Após essa ação, o produtor que demonstrar interesse deve fornecer todos os seus dados pessoais, tais como nome, endereço da propriedade, nome dos seus familiares que residem com ele, contato telefônico, dados dos funcionários e outras informações pessoais.

De posse desses dados, é realizado um cadastro no aplicativo "policiamento rural georreferenciado", desenvolvido para criar um banco de dados com todas as informações das propriedades cadastradas. Essa ferramenta virtual consegue traçar as rotas usando as coordenadas geográficas plotadas no momento do cadastro e cria um mapa com todas as propriedades, mesmo estando offline. Dessa forma, se houver uma solicitação de atendimento policial, o aplicativo traça a melhor rota até a propriedade, possibilitando que um policial, mesmo não conhecendo a área, possa chegar o mais rápido possível ao local.

Após o cadastramento, é gerada uma numeração. O produtor rural deve custear uma placa de identificação que conterá este número, com o objetivo de dar maior visibilidade e ostensividade para as equipes que estiverem realizando rondas. Isso gera uma maior proximidade com o produtor rural e o consequente estreitamento entre polícia e comunidade no combate e prevenção de roubos, furtos e outros delitos nas propriedades rurais.

Para finalizar o ciclo da inserção no programa, o produtor rural é adicionado a um grupo de *WhatsApp* que inclui todos os envolvidos no projeto. Este é o meio mais factível e viável de contato com a Polícia Militar, pois em muitas propriedades o sinal telefônico é inexistente e falho, o que inviabiliza o acionamento direto pelo 190. Portanto, quando o produtor realiza uma solicitação via *WhatsApp*, a informação chega na central do 2º BPR, onde há um policial 24 horas para atender. Após confirmar a solicitação, o policial localiza a propriedade cadastrada e passa as coordenadas geográficas para a equipe policial responsável pela área, que localiza o endereço mesmo sem o auxílio de internet, devido ao sistema funcionar *offline*.

Além dos atendimentos às solicitações dos produtores, as equipes policiais realizam diariamente as rondas previstas do "cartão-programa" da unidade, em que devem fazer o patrulhamento em áreas previamente definidas, bem como visitas em novas propriedades com a finalidade de captar mais adesões ao programa. Portanto, ao serem lançadas no terreno operacional, as guarnições policiais desenvolvem essas duas funções, quais sejam: realizar rondas nas propriedades já atendidas pelo programa e realizar novas visitas preventivas de segurança com a finalidade de expansão dos cadastros.

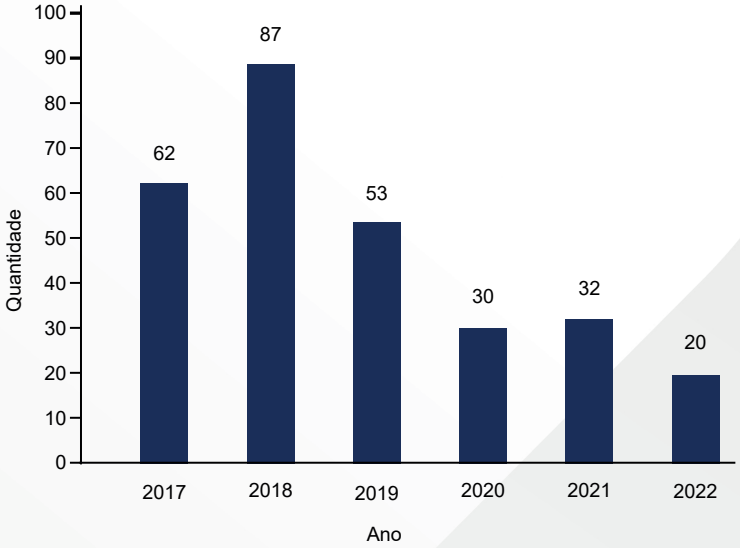
6 EFETIVIDADE DO POLICIAMENTO RURAL GEORREFERENCIADO EM SANTA IZABEL DO PARÁ

A Secretaria de Inteligência e Análise Criminal do Pará (SIAC) mantém um banco de dados com todas as ocorrências registradas, seja de forma presencial ou online. Para aferir a efetividade desse policiamento de forma objetiva, utilizou-se desse banco de dados com uma delimitação temporal de 2017 a 2022 e com foco em ocorrências específicas (roubos, furtos e homicídios) ocorridas anualmente na área rural de Santa Izabel do Pará. Com isso, foi feita uma comparação estatística descritiva entre os períodos de pré-implantação (2017 a 2021) e de pós-implantação (2022) do policiamento rural com o uso do georreferenciamento, chegando aos seguintes resultados.

Em relação aos registros de furtos na zona rural, observou-se uma trajetória de variação entre queda e crescimento ao longo do período analisado. O pico máximo de ocorrências foi registrado no ano de 2017 e o mínimo em 2020. Em seguida, houve um crescimento uniforme de três casos anuais até 2022. A análise comparativa entre os períodos é conclusiva: a média anual de furtos registrada no período de pré-implantação (2017 a 2021) foi de aproximadamente 40 casos. Contrastantemente, o ano de 2022 (pós-implantação) registrou apenas 30 casos dessa modalidade criminosa, indicando uma redução significativa na média.

Os dados sobre os roubos revelam uma tendência de redução mais acentuada. No período de pré-implantação, a zona rural de Santa Izabel do Pará totalizou 264 casos, impulsionado pelos anos de 2017 (62 casos), 2018 (87 casos) e 2019 (53 casos), que juntos representaram cerca de 76,5% dos roubos registrados nesse quinquênio. O ano de 2022, período subsequente à implantação do novo policiamento, apresentou a menor quantidade de roubos da série histórica (2017-2022). Em comparação com o ano de 2021, o número de roubos sofreu uma redução que se aproximou de 38% (Figura 2). Esse resultado sugere um impacto imediato e positivo da nova metodologia de policiamento na repressão a essa modalidade criminal.

Figura 2 - Registros de roubos na área rural do município de Santa Izabel do Pará (2017 – 2022).

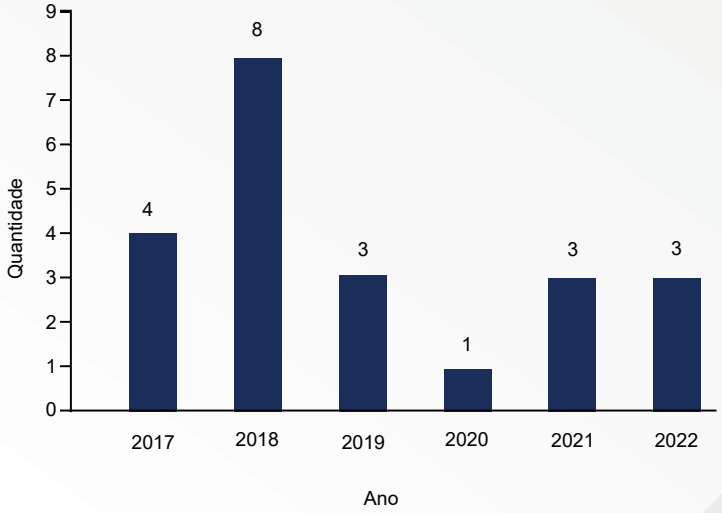


Fonte: SIAC (2023).

No que concerne aos registros de homicídios na zona rural de Santa Izabel do Pará, o período de pré-implantação do novo policiamento (2017 a 2021) totalizou 19 casos. Desse total, o ano de 2018 se destacou de forma crítica, respondendo por cerca de 42% do total de homicídios registrados nesse quinquênio, sendo o ano com maior incidência da série histórica estudada.

A partir de 2019, e estendendo-se até o ano de pós-implantação (2022), observa-se uma estabilidade nos registros de letalidade violenta na zona rural do município. Nesse intervalo (2019-2022), a média se manteve em aproximadamente três homicídios por ano. É relevante notar que o ano de 2020 apresentou o menor registro de toda a série histórica em estudo, com apenas um caso de letalidade violenta, conforme detalhado no Figura 3.

Figura 3 - Registros de homicídios na área rural de Santa Izabel do Pará (2017 a 2022).

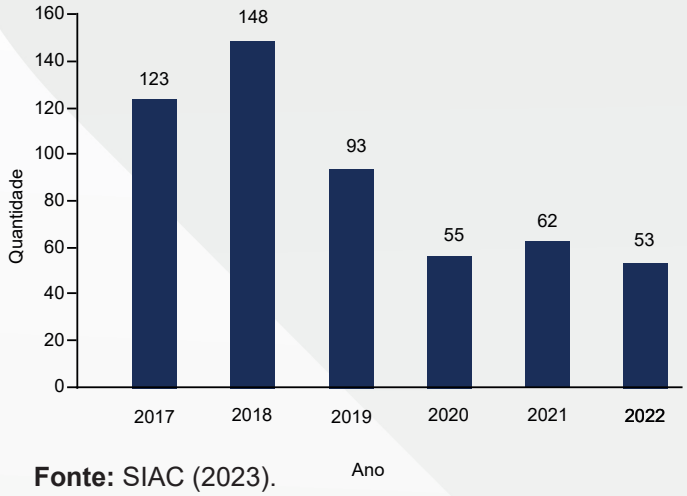


Fonte: SIAC (2023).

É sabido que a redução das taxas de criminalidade na zona rural de Santa Izabel do Pará, especialmente no período subsequente a 2019, está atrelada a um conjunto complexo de fatores que transcendem o escopo de análise do presente artigo. Contudo, é imperativo ressaltar a operacionalização do policiamento rural georreferenciado, efetivada em 2021, como um mecanismo de governança que corrobora a tendência de queda nesses índices.

De modo geral, os dados coletados pela SIAC para o ano de 2022 demonstram uma redução expressiva e simultânea nos registros de criminalidade (roubos, furtos e homicídios) na área rural de Santa Izabel do Pará, conforme ilustrado na Figura 4.

Figura 4 - Total de crimes (roubo, furto e homicídios) na área Rural de Santa Izabel do Pará (2017-2022).



Fonte: SIAC (2023).

Tal declínio sugere que a implementação e operacionalização das ações do policiamento rural georreferenciado atuaram como um catalisador positivo, contribuindo significativamente para o controle e a repressão dos crimes na localidade.

Embora o período de análise dos resultados quantitativos seja curto, de apenas um ano, observa-se que essa modalidade de policiamento preenche uma lacuna de prevenção e de comando e controle do Estado, historicamente precária, na zona rural do município, proporcionando maior segurança à sociedade.

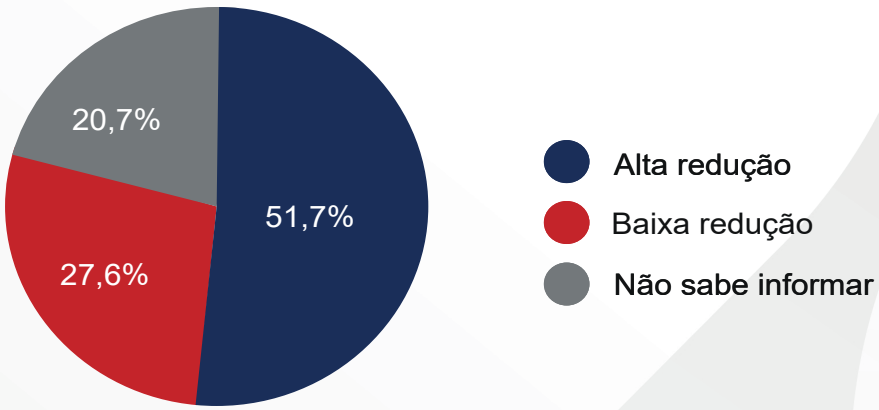
Consubstancia a análise e discussão dos dados acima, as informações obtidas por meio da aplicabilidade do questionário junto à comunidade rural, o qual possibilita observar que antes da implantação dessa modalidade de policiamento no município de Santa Izabel do Pará, a comunidade rural era pouco assistida quanto ao acionamento e à transmissão de informações para a Polícia Militar. Nesse sentido, 50% dos entrevistados afirmaram que era muito difícil esse contato, enquanto 39,3% responderam que era difícil e apenas 3,6% avaliaram que era fácil.

Ao serem questionados sobre a evolução desse contato após a implantação do projeto, a totalidade (100%) dos entrevistados afirmaram que a comunicação se tornou mais fácil. Deste percentual, 75% consideraram que ficou muito mais fácil, impactando positivamente a comunicação e interação da população local.

No que tange ao acionamento da Polícia Militar, houve uma mudança na principal forma de chamados: 10% afirmaram que, antes do projeto, não possuíam meios de contato com a polícia local. Após o cadastramento, todos os envolvidos passaram a ter esse contato, sendo 89,3% por meio do *WhatsApp* e 10,7% por meio de ligação telefônica, possibilitando, assim um mobilização rápida da PMPA em caso de chamado de ocorrência.

A percepção da comunidade assistida pelo policiamento rural quanto à redução dos crimes em estudo (roubos, furtos e homicídios) aponta que 51,7% relataram muita diminuição desses crimes, enquanto 27,6% afirmaram ter havido pouca diminuição. O percentual restante de 20,7% não souberam opinar, conforme evidenciado na Figura 5.

Figura 5 - Percepção da população acerca da diminuição dos roubos, furtos e homicídios.

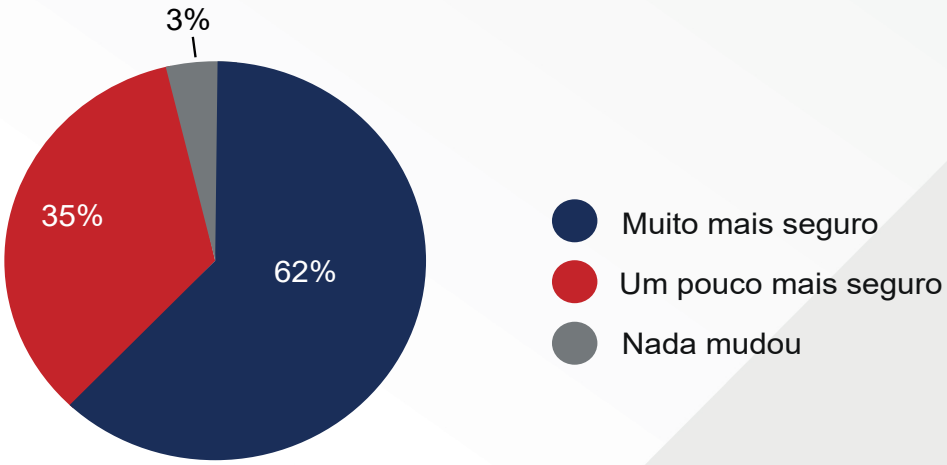


Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

O nível de confiança da população na competência técnica da Polícia Militar na área rural é notavelmente alto, tendo em vista que a totalidade (100%) dos entrevistados reconhece a capacitação dos policiais para o atendimento da população da área rural é um indicador forte de sucesso na capacitação da tropa para as especificidades do campo. Contudo, a ressalva de 24,1% que, apesar de reconhecer a capacidade, exige melhoria, aponta para uma necessidade de um aprimoramento contínuo. Esta porcentagem indica um espaço para refinar a qualidade da interação, mesmo que a capacidade fundamental seja aceita. Quanto à proximidade entre população e Polícia Militar, 55,2% dos pesquisados consideram-se muito mais próximos, e 44,8%, mais próximos que antes. Esse resultado demonstra um sucesso inequívoco da estratégia do policiamento rural georreferenciado.

Por fim, questionou-se se, após a efetivação do policiamento rural nos moldes em análise, a comunidade atendida passou a sentir-se mais segura. Observou-se que 97% dos entrevistados passaram a sentir-se mais seguros, sendo que 62% do total demonstraram sentir-se muito mais seguros, 35% um pouco mais segura e 3% disseram que nada mudou quanto a segurança. Em síntese, o novo policiamento rural não é apenas uma mudança operacional. Ele gerou um impacto psicossocial positivo e massivo, alcançando o objetivo central de reforçar o sentimento de segurança e legitimar a presença do Estado nessas áreas, conforme observado na Figura 6.

Figura 6 - Percepção geral de segurança após a implantação do policiamento em estudo.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A pesquisa de satisfação permitiu observar que a população, em sua maioria, avalia de forma positiva o policiamento rural georreferenciado empregado na região. Essa avaliação positiva é reforçada pela melhoria na sensação de segurança da comunidade, que passou a sentir-se mais segura, seja pela maior presença policial, seja pela redução da criminalidade local.

Outro ponto de destaque é a melhoria na comunicação mútua entre polícia e comunidade, o que influencia diretamente na prevenção e repressão da criminalidade, visto que a comunidade possui um papel crucial na notificação e na antecipação de informações sobre crimes. Em relação à efetividade, o Comandante do 2º BPR afirmou o seguinte:

> Existe efetividade, pois é possível ter o controle da área e distribuir o policiamento com uso de cartões programa, direcionando o policiamento tanto no âmbito preventivo, com visitas preventivas nas propriedades, ações e operações em ramais, além das visitas técnicas de cadastramento, no âmbito repressivo, direcionando o policiamento com uso de Georreferenciamento e informações exatas do local da demanda para fins de reposta imediata (Comandante do 2º BPR. Entrevista concedida no dia 30 de março de 2023).

Cabe destacar que os resultados apresentados facilitam o combate a crimes no campo de diversas formas e, além disso, constroem um banco de dados capaz de subsidiar outras necessidades da segurança pública, como o combate ao roubo a instituições financeiras, pois facilita a localização de pontos e a comunicação com a rede de apoio.

No que diz respeito à percepção de segurança, o comandante declarou que a comunidade rural, em sua totalidade, demonstrou aceitabilidade do programa, visto que a presença física e efetiva do Estado (por meio da Polícia Militar e da filosofia de polícia de proximidade) atende às demandas de produtores e moradores. Ele ressaltou ainda que são receptivos e chegam a solicitar visitas mais frequentes em suas áreas por se sentirem mais seguros.

Em relação a projeções futuras, o referido comandante entende que a expansão desse trabalho especializado é uma tendência natural em todo o estado, citando o 1º Batalhão de Polícia Rural (BPR) sediado em Marabá como exemplo de atuação regional. Declarou ainda que o Alto Comando da corporação planeja a criação de outros batalhões rurais em pontos estratégicos.

Conforme demonstrado, tanto a pesquisa de satisfação quanto a entrevista semietruturada indicaram uma alta efetividade e expectativa em relação a essa modalidade de policiamento, uma vez que representa o atendimento a uma comunidade historicamente pouco assistida, a qual demonstra satisfação com o trabalho policial.

7 CONCLUSÃO

A Segurança Pública é um dever constitucionalmente atribuído ao Estado e à população de modo geral. Esse dever estatal recai sobre os diversos órgãos responsáveis pela segurança, como as polícias militar, civil, federal e penal, e vários outros que juntos compõem o Sistema de Segurança Pública. Esse sistema deve atuar de forma a atender todos os espaços e meios sociais, prestando assistência a todos, independentemente de classes sociais ou locais de residência.

Entre os órgãos que desempenham essa função, a Polícia Militar é a responsável pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública, por meio de rondas ostensivas em meios urbano e rural, com o objetivo de atender a todos os indivíduos. Nesse contexto, a Polícia Militar do Pará implementou o policiamento em área rural com o uso do georreferenciamento, visando mitigar as dificuldades da população campestre em usufruir do direito fundamental à segurança pública.

Este artigo teve como objetivo geral analisar a efetividade do policiamento na área rural com o uso do georreferenciamento no município de Santa Izabel do Pará. Para alcançá-lo, partiu-se de três vertentes: a objetiva, que analisou dados estatísticos colhidos junto à Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal do Estado do Pará (SIAC); a subjetiva, que estudou a percepção de segurança da comunidade; e uma entrevista semiestruturada, como forma de registrar as perspectivas e percepções do comandante do 2º Batalhão de Polícia Rural (2º BPR).

Conforme observado ao longo do estudo, essa forma de policiamento apresentou efetividade em todos os âmbitos. De forma objetiva, a comparação entre os anos antes (2017-2021) e após a implantação (2022) permitiu concluir que houve uma redução no índice geral de criminalidade, conforme resultados positivos apresentados nas figuras.

No campo subjetivo, aferido por meio da avaliação da percepção de segurança da comunidade atendida, a maioria demonstrou que sua sensação de segurança aumentou consideravelmente, em virtude da maior presença policial, de um contato mais próximo com o Estado e da diminuição dos crimes na região.

No entanto, esse policiamento ainda não possui formalização nos seus modos de ação, sendo baseado em doutrinas policiais de outros estados. Tal fato carece de agilidade na observação e na publicação de doutrinas específicas e Procedimentos Operacionais Padrão (POP), visto que o território paraense possui uma vasta área rural com peculiaridades próprias. A formalização padronizará os procedimentos, tornando ainda mais justificável o emprego dos meios e métodos do policiamento e, também, a destinação de recursos, o que, segundo o comandante salientou em entrevista, já está sendo providenciado.

Portanto, o policiamento em área rural com o uso do georreferenciamento demonstrou real efetividade tanto no campo estatístico quanto na percepção de segurança por parte da comunidade atendida, confirmando a hipótese inicial da pesquisa. Esse resultado justifica a expansão dessa modalidade para outras áreas do estado, legitimando a criação de novos batalhões rurais.

Cabe ressaltar a importância do georreferenciamento para o enfrentamento a todas as modalidades de crimes que possam ocorrer no campo, pois assim se torna bem mais fácil a localização das propriedades e de pontos estratégicos, tais como outros órgãos públicos e privados, local de pouso de aeronaves e rotas a serem percorridas com menores distâncias e maior agilidade.

Por fim, diante dos fatos apresentados, sugere-se que seja dada continuidade aos estudos acerca da redução da criminalidade na área pesquisada nos anos seguintes, visto que, por ser uma modalidade nova, não há dados anteriores a 2022.

Além disso, sugere-se a criação de um aplicativo que armazene todas as coordenadas geográficas das propriedades cadastradas e seja de fácil acesso às guarnições da Polícia Militar. Isto permitiria que outras equipes (que não sejam da patrulha rural) obtivessem as coordenadas geográficas das propriedades cadastradas, favorecendo o êxito das operações policiais militares na localização de criminosos que cometeram crimes como roubos a bancos, sequestros, homicídios e foragidos da justiça, que se encontrem escondidos nessas áreas de mata cobertas pelo georreferenciamento.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA PARÁ. **Patrulha rural reforça ações da PM no Nordeste e Região Metropolitana**. 28.02.2020. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/18155/patrulha-rural-reforca-acoes-da-pm-no-nordeste-e- regiao-metropolitana/>. Acesso em: 14 abr. 2023.

ARAÚJO, Felipe Fernandes Costa de; DE OLIVEIRA, Wesley Adorno; CONSALTER, João G. Perez. **Segurança Pública na Área Rural**: programa de segurança rural no 7º BPM. SUSP, 2020. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/4609/1/Seguran%C3%A7a%20 P%C3%BAblica%20na% 20%C3%81rea%20Rural_Programa%20de%20Seguran%-C3%A7a%20Rural%20no%207%C 2%BA%20BPM.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

ÁVILA, Cristina. **Pastoral da Terra aponta explosão da violência no campo em 2021**. Extra Classe, 2022. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/sem-categoria/2022/04/pastoral- da-terra-aponta-explosao-da-violencia-no-campo-em-2021/>. Acesso em: 12 abr.2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 13 abr. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973**, publicada no DOU em 31/12/1973, republicada em 16/09/1975 e retificada em 30/10/1975 que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm>. Acesso em: 12 abr. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e- estados/pa/santa-izabel-do-para.html>. Acesso em: 16 dez. 2022.

IBGE. **População Pará**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/panorama>. Acesso em: 16 dez. 2022.

MENZORI, Mauro. **Georreferenciamento**. São Paulo: Baraúna, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt=-BR&lr=&id=Zy1yDgAAQBAJ&oi=fnd&pg=P4T&dq-georreferenciamento&ots=PFncBO0r 21&sig=SflAsDKD8IshXP8py5hcHpW1llM#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 14 abr.2023.

POLÍCIA MILITAR. **PM ganha Batalhão rural no município de Castanhal.** 01 de abril de 2023. Disponível em:<https://www.pm.pa.gov.br/component/content/article/80- blog/news/4288-pm-ganha-batalhao-rural-no-municipio-de-castanhal.html>. Acesso em: 15 abr. 2023.

POLÍCIA MILITAR. **Aditamento ao Boletim Geral n. º123 III, de 30 de junho da 2022.** Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/phocadownload/userupload/userupload/sub.mlucia.14229/ADIT.%20BG%20N%20123%20III%20-%20LEI%20DE%20ORGANIZAO%20BSICA%20DA%20PMPA%20ALTERADA%20PELA%20LEI%20COMPLEMENTAR%20N%20153%20DE%201%20DE%20JULHO%20DE%202022.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

POLÍCIA MILITAR. **Boletim Geral n.º 094, de 18 de maio de 2022.** Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/phocadownload/userupload/userupload/sub.mlucia.14229/ADIT.% 20BG%20N%20094%20-%20De%2018%20MAIO%202022%20-%20DGEC.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

ROLDÃO, Vinicius Melo. **Patrulha rural georreferenciada com fundamento na filosofia de polícia comunitária**. REBESP, v. 11, n. 2, 2018.

ROLIM, Marcos Flávio; HERMANN, Daiana. Confiança nas Polícias: percepção dos residentes e desafios para a gestão. **Revistas UFRJ**, Porto Alegre, ano 20, n. 48, maio-ago 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/GZv4XbJYK9FVWjYNygX3MCS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 abr. 2022.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: mecanismos para validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração da Dissertação**. 4. ed. rev. Atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

Atividade de inteligência na Polícia Militar do Pará: a adequação das Seções de Inteligência das unidades operacionais do CPRM à luz das diretrizes do SIPOM[1]

Glauco Pereira de Medeiros – TEN. CEL. PM/PA[2]
Silmara Cristina Pantoja de Melo – AL OF. PM/PA[3]
Valnise de Assis Reis – AL OF. PM/PA [4]



[1] Artigo Científico apresentado à Academia de Polícia Militar "Cel. Fontoura" como requisito básico para a conclusão do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Pará 2022/2023 e obtenção do título de especialização *Lato Sensu* em Defesa Social e Cidadania, orientado pelo Tenente Coronel do Quadro de Oficiais Policiais-Militares (QOPM) Glauco Pereira de Medeiros.

[2] Coronel da Polícia Militar do Estado do Pará; Mestrando em Segurança Pública da UFPA do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP).

glaucomedeiros0@gmail.com

ORCID: 0000-0001-6649-8874

[3] Aluna do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará; Especialização Profissional *Lato Sensu* em Defesa Social e Cidadania.

silmara.cspantoja@gmail.com

ORCID: 0009-0006-0114-4315

[4] Aluna do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará; Especialização Profissional *Lato Sensu* em Defesa Social e Cidadania.

alniseareis@gmail.com

ORCID: 0009-0005-5876-8527

RESUMO

A produção de conhecimento elaborado pela Atividade de Inteligência tem papel imprescindível à Segurança Pública. O objetivo geral desta produção é compreender a Atividade de Inteligência na Polícia Militar do Pará à luz das diretrizes do Sistema de Inteligência Policial Militar (SIPOM). A problemática discutida é: Como atuam as Seção de Inteligência das unidades operacionais subordinadas ao Comando de Policiamento da Região Metropolitana (CPRM) a partir da implementação das diretrizes do Sistema de Inteligência Policial Militar (SIPOM)? As questões que nortearam o estudo são: a) quais as legislações que fundamentam a Atividade de Inteligência na Segurança Pública? b) como a Atividade de Inteligência pode auxiliar nas ações do policiamento ordinário da Polícia Militar do Pará? c) como o conhecimento específico contribui na atuação das Seções de Inteligência das unidades operacionais segundo a política e regimento interno do SIPOM? Para tanto, empregou-se uma metodologia quali-quantitativa, combinando análise bibliográfica e documental com pesquisa de campo, por meio de questionários aplicados aos policiais militares, Chefes e Auxiliares que atuam na Seção de Inteligência nas unidades operacionais do CPRM e sede e ainda, entrevista pessoal ao chefe do Centro de Inteligência da PMPA.Os resultados revelam que a atuação dessas seções ainda não está totalmente alinhada às diretrizes do SIPOM. Conclui-se que a recente aprovação da Política de Inteligência e do Regimento Interno do Sistema de Inteligência da PMPA deve fornecer o impulso decisivo para alinhar as práticas das Seções de Inteligência às diretrizes sistêmicas, otimizando sua aplicabilidade e contribuição estratégica na Corporação.

Palavras-Chave: Segurança Pública; Sistema de Inteligência Policial; Atividade de Inteligência.

ABSTRACT

The production of knowledge developed by the Intelligence Activity plays an essential role in Public Safety. The general objective of this production is to understand the Intelligence Activity in the Military Police of Pará in light of the guidelines of the Military Police Intelligence System (SIPOM). The problem discussed is: How do the Intelligence Sections of the operational units subordinate to the Metropolitan Region Police Command (CPRM) operate based on the implementation of the guidelines of the Military Police Intelligence System (SIPOM)? The questions that guided the study are: a) what are the laws that support

the Intelligence Activity in Public Safety? b) how can the Intelligence Activity assist in the ordinary policing actions of the Military Police of Pará? c) how does specific knowledge contribute to the performance of the Intelligence Sections of the operational units according to the policy and internal regulations of SIPOM? To this end, a qualitative and quantitative methodology was used, combining bibliographic and documentary analysis with field research, through questionnaires applied to military police officers, Chiefs and Assistants who work in the Intelligence Section in the CPRM operational units and headquarters, and also a personal interview with the head of the PMPA Intelligence Center. The results reveal that the performance of these sections is not yet fully aligned with the SIPOM guidelines. Finally, it is anticipated that the recent approval of the Intelligence Policy and the Internal Regulations of the PMPA Intelligence System will provide the decisive impetus to align the practices of the Intelligence Sections with systemic guidelines, optimizing their applicability and strategic contribution to the Corporation.

Keywords: Public Security; Police Intelligence System; Intelligence Activity.

RESUMEN

La producción de conocimiento generada por la Actividad de Inteligencia ha demostrado ser esencial para la Seguridad Pública. Por lo tanto, el objetivo general de este trabajo es comprender la Actividad de Inteligencia en la Policía Militar del Estado de Pará a la luz de las directrices del Sistema de Inteligencia de la Policía Militar (SIPOM). El problema abordado es: ¿Cómo actúa la P/2 de las unidades operativas del Comando de Policía de la Región Metropolitana (CPRM) con base en la implementación de las directrices del Sistema de Inteligencia de la Policía Militar (SIPOM)? Las preguntas orientadoras que surgieron fueron: a) ¿Cuáles son las leyes que sustentan la Actividad de Inteligencia en Seguridad Pública? b) ¿Cómo puede la Actividad de Inteligencia contribuir a las acciones policiales ordinarias de la Policía Militar del Estado de Pará? c) ¿Cómo contribuye el conocimiento específico al desempeño de la P/2 de las unidades operativas con la aplicabilidad del Sistema de Inteligencia de la Policía Militar (SIPOM)? La metodología utilizada fue una investigación cuantitativa y cualitativa, con fuentes bibliográficas y documentales, objetivos exploratorios y descriptivos, y un método inductivo. Además, se aplicaron cuestionarios a los policías militares que trabajan en la P/2, así como a los gerentes de la Sección de Inteligencia de las unidades operativas y sedes de la CPRM, y se entrevistó al jefe de Inteligencia de la PMPA. A partir de los resultados y el análisis, se concluyó que el desempeño de las unidades no se ajusta al SIPOM; sin embargo, se espera que la vigencia de la Política de Inteligencia y el Reglamento Interno del Sistema de Inteligencia de la PMPA sean los puntos necesarios para la aplicabilidad de la actividad.

Palabras Clave: Seguridad Pública; Policía Militar del Estado de Pará; Sistema de Inteligencia de la Policía Militar.

1 INTRODUÇÃO

Em uma perspectiva temporal, percebe-se a criminalidade cada vez mais organizada e técnica, o que gera o crescimento de delitos no cenário brasileiro, amoldado pelo aspecto estadual de cada região. Diante disso, é fundamental que as forças de segurança pública atuem não meramente no serviço policial ostensivo, mas que o façam, subsidiado pela atividade de inteligência em todos seus âmbitos. De acordo com Cepik (2003), os serviços de inteligência são instituições governamentais que têm como objetivo fundamental adquirir, analisar e repassar informações importantes e essenciais para auxiliar o governo na tomada de decisões estratégicas nas áreas de política externa e interna e de manutenção da ordem pública.

Nesse contexto, a Atividade de Inteligência de Segurança Pública é uma ferramenta essencial para produção de políticas públicas nessa área, pois através de sua ação proativa e prospectiva, produz-se conhecimento sobre cenários e estimativas, subsidiando o gestor para agir de forma mais precisa e eficaz na criação de estratégias necessárias à proteção do cidadão e do Estado (Cruz, 2013).

Diante disso, este estudo tem como objeto de análise a Atividade de Inteligência desenvolvida nas Seções de Inteligência, comumente chamadas de P/2, das unidades operacionais da Polícia Militar do Pará (PMPA), pertencentes ao Comando de Policiamento da Região Metropolitana (CPRM), que são os seguintes Batalhões: 6º BPM; 21º BPM; 29º BPM; 30º BPM e 39º BPM, bem como, a Seção de Inteligência do referido Comando Operacional Intermediário (COINT).

A pesquisa se deu em razão da Atividade de Inteligência ser instrumento indispensável à prevenção e ao controle da criminalidade no Estado. Portanto, a implementação das diretrizes do Sistema de Inteligência Policial Militar (SIPOM) nas Seções de Inteligência das unidades operacionais da PMPA, é fator imprescindível para a eficiência no policiamento e a falta de regulamentação e implementação do SIPOM nessas unidades, pode, em tese, fragilizar a atuação dos agentes de inteligência, dos Comandantes Operacionais e do Comando Geral da Corporação.

Sair do empirismo e buscar implementar um serviço de inteligência qualificado, com atuação técnica na Atividade de Inteligência de Segurança Pública, impacta diretamente no serviço operacional, nos índices de prevenção e redução da criminalidade, no claro benefício à sociedade paraense. Além disso, a Atividade de Inteligência é imprescindível, pois fornece subsídios aos gestores na tomada de decisão, figurando como peça importante no plano de governo 2023-2026 (Pará, 2022), para a Segurança Pública do Estado do Pará, sendo proposta estruturante de integração, o investimento no setor.

Assim, é notório o impacto gerado pela Atividade de Inteligência no contexto da Defesa Social, como estrutura que busca proporcionar a segurança de todos, alcançando a cidadania, a paz e a ordem social, como fruto de um serviço de inteligência mais qualificado e sistematizado, que possui competências fundamentadas e direcionadas pelo SIPOM e pela Doutrina de Inteligência Policial Militar, implantados nas unidades operacionais, que desencadearão na tão almejada sensação de segurança.

Dessa maneira, apresenta-se como problema de pesquisa o seguinte questionamento: Como atuam as Seções de Inteligência das unidades operacionais da PMPA, pertencentes ao CPRM, com base na implementação das diretrizes do SIPOM?

Nesse enfoque, apontam-se as seguintes questões norteadoras: a) Quais as legislações que fundamentam a Atividade de Inteligência na Segurança Pública? b) Como a Atividade de Inteligência pode auxiliar nas ações do policiamento ordinário da PMPA? c) Como o conhecimento específico contribui na atuação das Seções de Inteligência das unidades operacionais segundo a política e regimento interno do SIPOM?

Como objetivo geral, busca-se compreender o funcionamento da Atividade de Inteligência da PMPA no CPRM, à luz das diretrizes do SIPOM. E como objetivos específicos: a) descrever em linhas gerais o funcionamento da Atividade de Inteligência na Doutrina do SIPOM; b) analisar a funcionalidade das Seções de Inteligência das unidades operacionais do CPRM; c) contrastar se a atuação das Seções de Inteligência do CPRM coadunam com o SIPOM.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se por uma abordagem metodológica mista, que integra procedimentos qualitativos e quantitativos, com natureza exploratório-descritiva e finalidade aplicada. Dessa forma, a análise concentrou-se em verificar se as unidades operacionais do CPRM apresentam dificuldades para estruturar suas Agências de Inteligência de Área (AIA), que, conforme o Decreto n.º 1.997, de 18 de novembro de 2021 (Pará, 2021), correspondem às Seções de Inteligência do Estado-Maior de Batalhões[5], e assim, produzir informações eficientes aos órgãos de Direção-Geral da Corporação.

Do mesmo modo, buscou-se identificar se há fatores impeditivos que estão relacionados à falta de preparo técnico nas ações de coleta e no tratamento de dados; examinando se a aplicabilidade dos documentos de inteligência torna mais eficaz a atuação do policiamento, por meio do processamento e integração do Centro de Inteligência (CINT), com as Seções de Inteligência das unidades operacionais.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi delineada em etapas. Inicialmente, realizou-se uma análise documental aprofundada da legislação que rege a Atividade de Inteligência Policial Militar no âmbito federal e estadual. Entre as normas analisadas, destacam-se: a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Brasil, 1988); a Lei n.º 9.883/1999, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência (Brasil, 1999); o Decreto n.º 3.695/2000, que cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (Brasil, 2000); a Lei Complementar n.º 053/2006, que dispõe sobre a organização básica da PMPA (Pará, 2006)[6]; o Decreto n.º 1.997/2021, que cria o SIPOM da PMPA; além da Portaria n.º 045/2023 – GAB. CMDº, que aprova a Política de Inteligência da Polícia Militar; e da Portaria n.º 046/2023 – GAB. CMD que aprova o Regimento Interno do Sistema de Inteligência Policial Militar.

Complementarmente, foi realizada a pesquisa bibliográfica, essencial para a fundamentação teórica do trabalho, conforme ressalta Fachin (2017) sobre a necessidade de respaldo literário em qualquer estudo científico. A pesquisa de dados bibliográficos é um método de pesquisa que consiste na busca, seleção, leitura e análise de fontes escritas (livros, artigos etc.) para obter informações sobre um determinado assunto. Foram consultadas obras e produções de autores de referência na área de Atividade de Inteligência, com destaque para Ferro Júnior (2008) e Cepik (2003), visando consolidar o entendimento conceitual e contextualizar a pesquisa no panorama acadêmico existente sobre Inteligência e Segurança Pública.

Subsequentemente, procedeu-se à pesquisa de campo, realizada em março de 2023 junto às unidades operacionais subordinadas ao CPRM e à sede do COINT em análise. Esta fase, que segundo Marconi e Lakatos (1996) deve ocorrer após a consolidação do conhecimento teórico, e envolveu a aplicação de dois instrumentos distintos para coleta de dados primários. Primeiramente, utilizou-se dois questionários contendo doze perguntas cada, por meio de formulário *on-line* elabora-

[5] Helder Barbalho. Plano de Governo 2023-2026: Disponível em: https://emdefesadosterritorios.org/wp-content/uploads/2022/09/Helber-Barbalho.pdf. Acesso em: 28 de maio de 2025.

[6] A Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Pará (Lei Complementar Estadual n.º 053, de 7 de fevereiro de 2006, alterada Lei Complementar n.º 093, de 15 de janeiro de 2014), define que o Estado-Maior dos Batalhões terá quatro Seções, sendo definido como o P/2 a Seção de Inteligência (art. 35, § 13, alínea “b”). Já o Regimento Interno do Sistema de Inteligência Policial Militar do Pará, as 2ª Seções do Estado-Maior dos Batalhões, corresponderão às Agências de Inteligência de Área (AIA); nos Comandos Intermediários às Agências de Inteligência Intermediária (AII), conforme publicação do Boletim Geral Reservado n.° 011, de 10 de fevereiro de 2023.

do no *Google Forms*, acessado por um link específico e disponibilizado pelo aplicativo de mensagens instantâneas, *WhatsApp*[7].

Participaram desta etapa onze praças policiais militares, atuantes nas Seções de Inteligência e indicados por seus comandantes em razão do maior tempo que estavam atuando nestes setores e seis oficiais policiais militares, Chefes das Seções de Inteligência das unidades e o Chefe da Seção de Inteligência do COINT.

Dessa maneira, os oficiais e praças responderam perguntas relacionadas à temática da Atividade de Inteligência exercida nas unidades operacionais que atuam, por meio de questionário composto com perguntas fechadas e abertas. Alguns questionamentos foram diferenciados em razão da função desempenhada e, por conseguinte, a perspectiva dentro da atividade. Com isso, a pesquisa obteve informações relativas ao grau de importância atribuída à Atividade de Inteligência, à necessidade da inteligência nas operações da unidade, o critério de recrutamento dos policiais para atuarem nas Seções de Inteligência, perfil e qualificação profissional, condições de trabalho e ao intercâmbio entre as Seções de Inteligência das unidades operacionais e o CINT.

Como parte da abordagem qualitativa e para aprofundar a compreensão do cenário, foi realizada uma entrevista estruturada presencial com o Chefe do CINT, também em março de 2023. O roteiro da entrevista visou coletar informações e percepções sobre a implementação das Agências de Inteligência, a atuação dos Núcleos, as estratégias para a efetivação do SIPOM e o planejamento para alcançar as metas da Política de Inteligência da PMPA (2023-2027).

Escolheu-se a entrevista estruturada em razão de oferecer ao pesquisador contornos e definições claras a respeito do tipo de problema que é possível investigar, como é possível fazê-lo, qual tipo de raciocínio envolvido, qual a postura adotada pelo pesquisador e, finalmente, que tipo de conhecimento pode ser obtido (Kuhn, 1992).

Para a análise dos dados coletados adotou-se uma perspectiva indutiva, partindo das informações particulares obtidas nos questionários e na entrevista, para buscar inferências e compreender a dinâmica da Atividade de Inteligência nessas unidades e sua conformidade com o SIPOM. Essa abordagem, conforme descrita por Marconi e Lakatos (1996), permite extrair compreensões que podem informar a atuação da Inteligência Operacional em contextos similares.

A natureza descritiva da pesquisa manifesta-se na utilização dos dados coletados para caracterizar a atuação das Seções de Inteligência, que de acordo com Barros e Lehfeld (2014), é a coleta de dados através de questionários, que analisa e interpreta os fenômenos, procurando descobrir a frequência com que ele ocorre, sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenômenos; enquanto o caráter exploratório se evidencia na busca por aprofundar o conhecimento sobre a temática nos limites da realidade analisada.

[7] *WhatsApp* é um aplicativo de mensagens instantâneas para *smartphones*, amplamente utilizado para comunicação pessoal e profissional. Lançado em 2009, permite o envio de textos, áudios, vídeos, imagens e documentos, além de chamadas de voz e vídeo pela internet. Pertence ao Meta Platforms, Inc. — antes chamada Facebook, Inc. META PLATFORMS, INC. Facebook to Acquire WhatsApp. Meta, 19 fev. 2014. Disponível em: https://about.fb.com/news/2014/02/facebook-to-acquire-whatsapp. Acesso em: 30 maio 2025.

3 A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E SEUS REFLEXOS NA SEGURANÇA PÚBLICA

3.1 ASPECTOS LEGAIS E CONCEITUAIS DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NO BRASIL

A Atividade de Inteligência no Brasil se registra desde 1927, quando o governo de Washington Luís criou o Conselho de Defesa Nacional. Contudo, somente na gestão de Juscelino Kubitscheck, em 1950, passou a funcionar o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), que tinha por função básica assessorar o processo decisório do governo. Sobre o tema, Gonçalves (2003) destaca que no Brasil os serviços de inteligência existem desde o início do século XX. Porém, a referência mais comum é o antigo Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão associado à repressão durante a ditadura militar e por este motivo, foi extinto no primeiro dia do governo Fernando Affonso Collor de Mello, em 15 de março de 1990.

Posteriormente, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, promulgou a Lei n.º 9.883, de 7 de dezembro de 1999 (Brasil, 1999), que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), que possui como órgão central a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Sendo essa a legislação que define a Atividade de Inteligência como a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional, sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado (Lei n.º 9.883/199, art. 1°, § 2°, § 3° e art. 3°).

Indo além, o legislador preocupou-se em distribuir as competências federais, estaduais e municipais para o gerenciamento da Segurança Pública, de modo que estabeleceu no SISBIN, o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP), criado por meio do Decreto n.º 3.695, de 21 de dezembro de 2000 (Brasil, 2000), com a finalidade de coordenar e integrar as Atividades de Inteligência de Segurança Pública em todo país. O órgão central do SISP é a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP). Nesse novo contexto, onde a atividade de inteligência na segurança pública passa a ter papel principal na prevenção e neutralização das ações do crime organizado, sendo responsável por elaborar políticas de prevenção e antecipação a condutas criminosas, que culminem em ações governamentais, que o SISP vem agregar à Inteligência das Polícias Militares.

Nessa perspectiva, em que se adota a atividade policial guiada à luz da Inteligência, Ferro Júnior (2008), salienta que este é um modelo já utilizado nos Estados Unidos e Canadá, sendo aplicada nos níveis estratégico, tático e operacional. No nível estratégico, são definidas as diretrizes gerais de ação do organismo de Segurança Pública, em atendimento às políticas para o setor. No tático, definem-se as orientações específicas de atuação, enquanto no plano operacional desenvolvem-se ações especializadas de busca e obtenção de dados e informações, sendo empregados meios especializados e procedimentos técnicos, com vistas a assessorar a investigação criminal, o policiamento ostensivo e a distribuição de recursos administrativos e operacionais.

3.2 A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA POLICIAL MILITAR

Sabe-se que por força constitucional, a Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos e é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas (Brasil, 1988). Nesse sentido, cabe aos órgãos, as atuações por meio da polícia preventiva e/ou repressiva, dada a necessidade. Assim, a proposta de atuação que compete à Polícia Militar, conforme o art. 144, § 5º da Constituição Federal, é de exercer a atividade de polícia ostensiva e de preservar a ordem pública. Esta missão amplia a labuta policial militar sem com isso restringir a manutenção da ordem, Marcineiro (2009 *apud* Dumith, 2012).

A manutenção da ordem pública é um processo complexo e sistêmico que demanda esforços de variados órgãos e nesse ponto, destaca Lazzarini (2008), que cabe às Polícias Militares além da previsão constitucional, competência subsidiária, ou seja, atuação no caso de falência dos demais órgãos policiais, podendo, de acordo com o Decreto-Lei n.° 667, de 2 de julho de 1969 (Brasil, 1969), agir preventivamente, quando possa ocorrer a quebra da ordem; agir repressivamente, no caso de haver perturbação da ordem; e, por fim, agir de forma restauradora, desde que imediatamente após a violação da ordem pública. Ressalta-se em oportuno que a atuação pré-delitual da Polícia Militar para manutenção da ordem, necessita essencialmente de aporte da Inteligência Policial.

De acordo com a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), a Atividade de Inteligência Policial Militar é uma atividade especializada, exercida de forma permanente e sistemática pelas agências de inteligência das polícias militares estaduais e tem como finalidade a identificação, a avaliação e o acompanhamento de ameaças, sejam elas reais ou potenciais, na esfera da Segurança Pública, produzindo e salvaguardando dados, informações e/ou conhecimentos necessários ao devido assessoramento do processo decisório, bem como planejar, executar e acompanhar quaisquer assuntos de Segurança Pública e de polícia ostensiva, “subsidiando ações para prever, prevenir e neutralizar ilícitos e ameaças de qualquer natureza, que possam afetar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio” (Hamada; Moreira, 2020, p.30).

Pode-se inferir então que são finalidades da espécie Inteligência Militar, entre outras: a propositura de diagnósticos e prognósticos sobre a evolução de situações do interesse das Polícias Militares, da Segurança Pública e Defesa Social do Estado e da sociedade; contribuir para o processo interativo entre os diversos tomadores de decisão, dos quais fazem parte os policiais militares do policiamento ostensivo e profissionais de inteligência, potencializando o nível de eficiência dos serviços prestados; salvaguardar a produção do conhecimento de Inteligência Policial Militar, subsidiando seus tomadores de decisão; elaborar cenários prospectivos do crime e da criminalidade.

3.3 A POLÍTICA DE INTELIGÊNCIA DA PMPA E O SIPOM

A Polícia Militar do Pará (PMPA), a exemplo das demais instituições policiais militares do Brasil, também possui seus núcleos de inteligência nas unidades operacionais e, além disso, teve regulamentado o Sistema de Inteligência Policial Militar (SIPOM), por meio do Decreto n.° 1.997 de 21 de novembro de 2021. Corroborado a isso, o Decreto n.º 1.625, de 18 de outubro de 2016, o qual regulamenta a Lei Complementar n.º 053, de 7 de fevereiro de 2006 – Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Pará (LOB PMPA), estabelece no art. 159, as competências da Seção de Inteligência – P/2, como sendo a responsável pelas ações de inteligência, correição e estatística, competindo-lhe como missão, entre outras, a produção do conhecimento que subsidiará as ações desenvolvidas pelas unidades operacionais em todos os níveis, desde o comandante até às equipes de execução de policiamento ostensivo. As estruturas de inteligência em nível local devem cobrir crimes, criminosos, problemas de segurança que afetam o seu nível de comando ou de sua comunidade. Também devem enviar dados, informações e conhecimentos aos níveis regional e nacional.

Nessa perspectiva, Ferro Júnior (2008) afirma que é fundamental que investigadores, setores e dirigentes de uma organização policial compartilhem conhecimento, visando realizar prognósticos, identificar tendências e padrões de comportamento, não cabendo portanto, uma atuação policial empírica, evidenciando a necessidade de implementação de novos processos e adoção de procedimentos específicos que possibilitem a consolidação de informações e fomento de uma Atividade de Inteligência eficiente, que viabilize o fluxo e a transmissão por toda a rede da organização, de modo que todos tenham acesso.

Diante disso, para a maior eficácia na produção e manuseio das informações captadas pela Inteligência, que culminem num policiamento eficiente e assertivo, tornou-se urgente e necessário a implementação de uma Doutrina de Inteligência baseada em políticas eficientes de combate à criminalidade, de modo coordenado e de aplicação sistêmica à PMPA e seu policiamento em todos os níveis: estratégico, tático e operacional.

Foi nesse cenário, que a Polícia Militar do Pará aprovou a Política de Inteligência da Polícia Militar do Pará (PIPMPA), coordenada pelo CINT, por meio da Portaria n.º 045/2023 – GAB. CMDº, publicada no Boletim Reservado n.º 011/2023, de 10 de fevereiro de 2023 (Pará, 2023). A referida Política tem como objetivo estabelecer os limites de atuação da Atividade de Inteligência, os pressupostos, os instrumentos, as diretrizes e as linhas de orientações para a atividade, a serem observados no âmbito do SIPOM, no período de 2023 a 2027, estabelecendo para tanto, diretrizes norteadoras para todas as agências.

Considerando que a Atividade de Inteligência tem caráter permanente e possui como missão precípua assessorar os tomadores de decisão de forma eficiente, atuando em defesa da própria Instituição e da comunidade como um todo. O SIPOM surge com a finalidade de coordenar e integrar as atividades de inteligência da Corporação em todos os níveis. Essa nova configuração da Atividade de Inteligência pretende se refletir na empregabilidade do policiamento mediante obtenção, análise, difusão e salvaguarda de conhecimentos voltados para subsidiar a atividade de polícia ostensiva, a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio. Sua estrutura assenta o CINT como Agência de Inteligência Central (AIC); as Seções de Inteligência dos COINTs como Agências de Inteligência Intermediária (AII); as Seções de Inteligência de Batalhões, Regimento e Companhias Independentes da PMPA como Agências de Inteligência de Área (AIA)[8].

É nesse contexto que as diretrizes publicadas no art. 5° da Portaria n.° 046/2023 – GAB.CMD°, figuram como basilares do SIPOM e suas agências. Dentre tais diretrizes, destacam-se: atender às necessidades de assessoramento dos diferentes níveis de comando, para os quais deverão convergir os conhecimentos e os estudos produzidos; desenvolver cultura colaborativa no repasse de informações dos integrantes da Corporação para a Atividade de Inteligência; estimular a colaboração da comunidade, no que diz respeito ao oferecimento de denúncias e informações que possibilitem à Polícia Militar o emprego preventivo e/ou repressivo nos locais com riscos para a ordem pública; produzir conhecimentos nos diversos campos de interesse da atividade, mantendo-se um fluxo constante nas ligações internas do SIPOM.

Às AIA cabe, entre outros: manter atualizados os bancos de dados de análise criminal e outros de interesse da Atividade de Inteligência; participar do planejamento operacional da Unidade por meio da produção de conhecimentos oportunos; controlar e informar à AII os mandados de prisão envolvendo policiais militares e servidores civis, expedidos na respectiva área. A urgência de um acesso fácil às informações, implica na necessidade das organizações desenvolverem

[8] Integram ainda a estrutura do SIPOM, a 2ª Seção do Estao-Maior Geral da PMPA, como Agência de Inteligência Estratégica (AIE); a Divisão de Inteligência da Corregedoria-Geral, como Agência de Inteligência Correicional (AICor); e os Núcleos de Inteligência, extensão da Agência de Inteligência Central (AIC), no âmbito dos Comandos de Policiamento Regional.

estruturas tecnológicas melhores e a Atividade de Inteligência, aumentar a capacidade de solucionar problemas, realizar diagnósticos mais precisos em direção à realidade atual e com a visão do contexto (Ferro Júnior, 2008).

Diante desse cenário normativo e social e considerando a necessidade de constante aprimoramento da Atividade de Inteligência na PMPA, no que tange ao fluxo de informações para eficácia no planejamento e execução do policiamento ostensivo, implica por oportuno e imperativo a verificação de como se dá o desenvolvimento dessa atividade nos batalhões pertencentes ao CPRM e à própria sede, a fim de verificar a implementação das diretrizes previstas no SIPOM.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1 QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS AUXILIARES E AOS CHEFES DAS SEÇÕES DE INTELIGÊNCIA

Na realização da pesquisa de campo, no primeiro momento, aplicou-se questionário a três Soldados, cinco Cabos e três 3º Sargentos, prefazendo um total de onze praças, os quais foram indicados por seus comandantes, que efetivamente atuam nas Seções de Inteligência das unidades operacionais subordinadas ao CPRM, bem como, na própria sede do COINT. E contrastando a isso, no segundo momento, foi aplicado questionário aos gestores, quais sejam, os chefes dessas seções, totalizando seis policiais militares nos postos de oficiais.

Aplicaram-se doze perguntas aos auxiliares e aos chefes das Seções, sendo dez idênticas. As demais perguntas diferenciaram-se em razão da função exercida pelos profissionais, mas buscando compreender o funcionamento e a perspectiva deles dentro da atividade de inteligência realizada nas Seções. O objetivo foi verificar se a unidade atua de forma alinhada e se oficiais e praças possuem as mesmas informações e visão sobre Atividade de Inteligência, para um desenvolvimento eficaz das diretrizes do SIPOM, proporcionando estabilidade e segurança jurídica necessárias para ambos.

Foram destacados os pontos mais pertinentes da pesquisa, a fim de apresentar o cenário real das Seções de Inteligência das unidades operacionais do CPRM. O primeiro apontamento, ilustrado na Tabela 1, é acerca de qualificação dos policiais militares que trabalham nestas Seções. Dos onze auxiliares que participaram da pesquisa, apenas dois afirmaram possuir alguma capacitação na área de inteligência, enquanto nove informaram não possuir qualquer qualificação técnica para desempenhar essa atividade.

Tabela 1: Quantidade e Percentual de Auxiliares das Seções de Inteligência do CPRM que possuem qualificação para a Atividade de Inteligência.

Grupo	Capacitados	(%)	Não capacitados	(%)
Auxiliares	2	16,60	9	83,40

Fonte: Elaborado pelos Autores (2023).

Nesta primeira análise, percebeu-se que mais de 80% dos auxiliares, não possuem formação técnica específica para desenvolver a atividade da inteligência, para corroborar com o exercício da função na Seção de Inteligência das Unidades em que atuam. Esses dados contrariam a doutrina de inteligência. Conforme afirma Maia Filho (2003, p. 3), “a Atividade de Inteligência impõe recrutamento de profissionais qualificados em face da especificidade da missão, natureza das operações, grau de capacidade exigido para a função e singularidade

das técnicas e métodos empregados", à qual nos filiamos. Esse tipo de atividade exige profissionais com alta capacidade técnica e analítica para identificar ameaças, coletar e analisar dados e produzir relatórios confiáveis para os tomadores de decisão. Portanto, para que o objetivo da atividade de inteligência no CPRM seja alcançado é indispensável a qualificação profissional dos policiais militares das Seções, pois é a capacitação que propicia as competências necessárias para a produção das informações estratégicas para o planejamento de políticas de segurança pública e informações táticas, para a atuação do policiamento a ser desenvolvido naquele COINT.

Nesse quesito, a Política de Inteligência Policial Militar do Pará (2023), tem como diretrizes a especialização e reavaliação, paulatina, dos integrantes do SIPOM, adequando-os a esta Política, a fim de revigorar a disciplina específica do sistema e ampliar a quantidade e qualidade dos serviços prestados, estabelecendo também, a atualização dos cursos e estágios, bem como das disciplinas dos cursos e habilitações presentes na Instituição, relativos à Inteligência. Esta diretriz será imprescindível para mudança de cenário, pois permitirá capacitar os agentes de inteligência.

O segundo apontamento versa sobre tempo de atuação nas Seções de Inteligência, conforme a Tabela 2. Primeiramente, a análise do tempo de serviço dos auxiliares nas Seções de Inteligência revela uma concentração notável de profissionais com experiência relativamente recente. A maioria (45,4%) atua na área há 1 a 2 anos. Ao agrupar os dados, observa-se que 63,6% do efetivo de praças possui entre 1 e 4 anos de atividade na área de inteligência (45,4% com 1 a 2 anos, somados a 18,2% com 2 a 4 anos). Por outro lado, o grupo com maior tempo de experiência (mais de 6 anos) representa uma parcela significativa, correspondendo a 27,3% dos participantes, enquanto 9,1% estão na função há 4 a 6 anos. Essa distribuição de experiência é relevante ao ser confrontada com o dado de capacitação: 83,4% dos auxiliares afirmam não ter passado por nenhum tipo de formação específica na Atividade de Inteligência. Observa-se que a carência de formação técnica é um ponto crítico, pois a maior parte do efetivo possui um tempo de atuação entre 1 e 4 anos, o que sugere que muitos permanecem nas Seções por tempo suficiente para que a falta de capacitação possa impactar negativamente na eficácia e na qualidade do exercício da Atividade de Inteligência.

Tabela 2: Quantidade e Percentual do Tempo de atuação nas Seções de Inteligência.

Tempo de Atuação	Auxiliares (%)	Chefes (%)
< 6 meses	-	33,30
6 a 12 meses	-	33,30
1 a 2 anos	45,40	-
2 a 4 anos	18,20	33,40
4 a 6 anos	9,10	-
Mais de 6 anos	27,30	-

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Por outro lado, a análise do tempo de permanência na função de Chefia demonstra uma alta rotatividade entre os gestores das Seções de Inteligência dos Batalhões do CPRM. O tempo de atuação na função é notavelmente reduzido e se divide de forma idêntica entre os participantes: 33,3% estão no cargo há menos de 6 meses; 33,3% atuam há 6 a 12 meses; apenas 33,4% têm 2 anos ou mais na função. Essa distribuição evidencia que dois terços (66,6%) dos gestores estão na Chefia há apenas um ano ou menos. Esse dado reforça a

percepção de que há uma alta rotatividade, com profissionais frequentemente sendo remanejados para outras atribuições após um curto período.

Sob a perspectiva da gestão, essa alta rotatividade é um fator crítico. Gestores com pouco tempo na função dificilmente conseguem desenvolver um conhecimento aprofundado dos processos e da doutrina de Inteligência. Consequentemente, essa falta de experiência consolidada prejudica a capacidade de qualificar e direcionar a equipe sob sua chefia, limitando a atuação conjunta e eficaz do efetivo. A soma desses fatores tem um impacto direto e negativo na capacidade dos gestores de fornecerem o embasamento necessário para a tomada de decisões estratégicas.

O terceiro questionamento foi relacionado à função. Buscava-se saber se o militar conseguia definir, segundo a Lei de Organização Básica da PMPA, qual a sua função e da Seção de Inteligência. A pesquisa revelou uma disparidade no conhecimento dos auxiliares sobre suas funções e as da Seção, apesar da clareza regimental, conforme a Tabela 3.

Tabela 3: Quantidade e Percentual sobre o conhecimento sobre a própria função e da Seção de Inteligência.

Auxiliares	Quantidade	Percentual (%)
Função Individual	10	91
Função da Seção de Inteligência (P/2 / AIA)	9	81,8

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A pesquisa buscou avaliar o conhecimento funcional dos auxiliares de Inteligência em relação às normativas que regem a atividade. Os resultados revelam uma lacuna entre o conhecimento individual e o conhecimento institucional: 91% dos auxiliares afirmaram saber definir suas funções individuais e 9% não responderam, mas esse percentual cai para 81,8% quando questionados sobre as funções da Seção como um todo e 18,2% não responderam.

Essa diferença é significativa, dado o contexto normativo em vigor na PMPA. A Lei de Organização Básica da Corporação apenas define a Seção de Inteligência como P/2 (art. 35, § 13, alínea “b”), sem detalhar suas atribuições. Em contraste, o Regimento Interno do SIPOM estabelece as 2ª Seções como Agências de Inteligência de Área (AIA) e delimitam exaustivamente suas competências e responsabilidades na Atividade de Inteligência. Tais atribuições são de natureza técnico-informativa, como por exemplo, o controle de correspondência sigilosa, a edição do Boletim Interno Reservado e a elaboração de Norma Geral de Ação (NGA) e do Plano de Segurança Orgânica (PSO). O fato de quase 18,2% do efetivo desconhecer as funções da Seção, mesmo diante de um regimento interno detalhado, sugere que a compreensão da atividade laboral não é plena.

Conforme o exposto, a eficácia da Atividade de Inteligência não reside apenas nos resultados finais auferidos exclusivamente pelo combate à criminalidade, mas primordialmente, no conhecimento claro e profundo das atribuições, das funções e dos limites legais que regem a atuação dos policiais militares que atuam nestas Seções. O conhecimento aprofundado das funções, tanto individuais quanto coletivas, é um componente fundamental, pois garante que as ações sejam coordenadas, alinhadas aos objetivos estratégicos e executadas dentro dos estritos limites legais e regimentais da PMPA. Citando Corrêa (2011), a formação de uma equipe competente de Inteligência é tida como fundamental para que suas ações e atividades gerem os mais perfeitos resultados. O dado coletado na pesquisa aponta para um risco: apesar de a maioria dos auxiliares das Seções de Inteligência entender sua função, a falta de conhecimento

institucional completo pode ser um sintoma de que a equipe, como um todo, não está executando a plenitude das atribuições regimentais atinentes à Atividade de Inteligência do CPRM.

O quarto apontamento buscou identificar as dificuldades de operacionalizar as Seções de Inteligência atuantes na Atividade de Inteligência, nas unidades operacionais do CPRM. As opções de resposta fornecidas aos participantes incluíram carências de efetivo, infraestrutura, treinamento, veículos e interesse pela atividade. A Tabela 4 sumariza as percepções de auxiliares e gestores, destacando a predominância de problemas estruturais e de recursos humanos.

Tabela 4: Quantidade e Percentual de dificuldades de implementar uma Seção de Inteligência atuante, segundo auxiliares e gestores.

Dificuldade	Auxiliares (%)	Gestores (%)
Falta de efetivo + infraestrutura + treinamento	45,40	36,40
Apenas infraestrutura	36,40	9,10
Falta de efetivo + infraestrutura	18,20	...
Apenas baixo efetivo	9,10	9,10
Apenas falta de treinamento	9,10	9,10
Apenas falta de veículo	9,10	...
Apenas falta de interesse	9,10	...

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A pesquisa identificou os principais obstáculos à plena implementação de Seções de Inteligência atuantes, revelando que as dificuldades são percebidas de forma similar por auxiliares e gestores, embora com pesos diferentes. Nesse sentido, a maior dificuldade apontada por ambos os grupos é a escassez tripla de recursos: a junção da falta de efetivo, infraestrutura e treinamento. Esta combinação foi citada por 45,4% dos auxiliares e por uma parcela ainda maior, 36,4% dos gestores, evidenciando um consenso sobre a natureza multifatorial dos problemas.

Ao analisar os fatores de forma isolada, os dados divergem ligeiramente, tendo em vista que para os auxiliares, a infraestrutura inadequada aparece como o principal obstáculo isolado, sendo apontada por 36,4% dos participantes. Por outro lado, para os gestores, as três carências (efetivo, infraestrutura e treinamento) possuem igual peso isolado. Na visão conjunta dos pesquisados (chefes e auxiliares), a efetiva implementação das Seções de Inteligência é comprometida por múltiplos entraves.

A infraestrutura inadequada emerge como um obstáculo central para os auxiliares: ao somar as menções diretas à carência de infraestrutura (isolada, combinada com efetivo, ou no conjunto triplo), percebe-se que 80% (isolada: 36,4%; combinada com efetivo: 18,2%; no conjunto triplo: 45,4%) dos auxiliares a citam como um fator limitante. Isso demonstra que a insuficiência de instalações, equipamentos e recursos materiais é percebida como uma falha sistêmica que impede o desempenho da atividade.

O resultado demonstra um somatório de fatores logísticos e humanos que impactam diretamente a capacidade de atuação da Seção. As carências apontadas (pessoal, material e formação) contrastam com as diretrizes estabelecidas na Política de Inteligência Policial Militar do

Pará (2023). Tal política incumbe ao CINT que é a Agência de Inteligência Central (AIC) da PMPA a função de orientar, apoiar, fiscalizar e viabilizar condições operacionais e administrativas. A existência dessa diretriz sugere que deve haver um controle institucional voltado a suprir as necessidades para viabilizar a Atividade de Inteligência em todas as unidades da Corporação. Portanto, os dados revelam que, apesar dos mecanismos previstos na Inteligência Policial Militar do Pará (2023) para o controle e provimento de recursos, por meio do CINT que é a Agência de Inteligência Central (AIC), as dificuldades estruturais e de capacitação persistem de forma aguda, comprometendo o desempenho da atividade e a qualidade da assessoria informacional.

O quinto ponto da pesquisa questiona se a unidade operacional realiza algum levantamento das ocorrências ou de ameaças na circunscrição do Batalhão. Os dados foram apresentados conforme a Tabela 5, que verificou a resposta dos auxiliares.

Tabela 5: Percentual referente ao Responsável pelo levantamento de ocorrências e ameaças na OPM, conforme os auxiliares da Seção de Inteligência.

Responsável pelo levantamento	Percentual %)
Seção de Planejamento, Instrução e Operações (P/3)	36,40
Grupamento de Proteção Ativa (GPA)	18,20
Não há registro	9,10
Guarnições de área / grupos no WhatsApp	9,10

Observação: Apenas o CPRM realiza esse controle pela Seção de Inteligência.
Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Entre os auxiliares, a responsabilidade pelo registro das informações está distribuída de diversas maneiras, o que pode indicar procedimentos locais ou informais que coexistem com a doutrina formal. A Seção de Planejamento, Instrução e Operações (P/3)[9] é a mais citada (36,4%), sugerindo um papel central na coleta de dados que subsidiam as operações. 18,2% citam o Grupamento de Proteção Ativa (GPA)[10] e o uso de canais informais (como guarnições de área e grupos de aplicativos) para gerar relatórios de ações preventivas é citado por 9,1%. O mesmo percentual de auxiliares (9,1%) afirmam não haver registro formal das ocorrências policiais nas Seções.

Apenas uma unidade, a sede do CPRM, demonstrou seguir a estrutura formal que designa a Seção de Inteligência (P/2) para o controle do levantamento de ocorrências, conforme o Regimento Interno do Sistema de Inteligência Policial Militar.

A predominância de auxiliares que não souberam definir corretamente a atribuição formal da Seção onde trabalham, reforça a conclusão de que 83,4% não foram devidamente capacitados para a Atividade de Inteligência desenvolvida em sua Seção. Eles podem conhecer sua função diária, mas não o fluxo formal e a competência institucional de suas respectivas seções. Esse dado sugere que há espaço

[9] A Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Pará (Lei Complementar Estadual n.º 053/2006, alterada Lei Complementar n.º 093/2014), define que o Estado-maior dos Batalhões terá quatro seções, sendo definido como o P/3 a Seção de Planejamento, Instrução e Operações. (art. 35, § 13, alínea “c”).

[10] Conforme prevê a Instrução Normativa n.º 002/2017 – DPCDH, o GPA é um grupamento formado por policiais com capacitação em Polícia Comunitária e, preferencialmente, instrutores no Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), cuja finalidade é a execução das ações de proximidade com as comunidades existentes no âmbito das circunscrições de suas respectivas unidade (reuniões comunitárias; visitas comunitárias de prevenção; visitas técnicas de segurança; instruções do PROERD e iniciativas comunitárias para escola).

para os policiais aprimorarem seus conhecimentos sobre o fluxo formal e a competência institucional das seções, visando maior alinhamento interno das OPMs do CPRM. O levantamento de ocorrências e ameaças é uma função de Inteligência e Planejamento crítica para a gestão operacional de qualquer unidade policial militar (OPM).

Nesse contexto, é importante verificar a percepção dos gestores quanto ao controle e fluxo das informações, conforme apresentado na Tabela 6.

Tabela 6: Respostas dos Gestores referente às Seções que fazem o levantamento das ocorrências ou de ameaças na circunscrição do Batalhão e do CPRM.

Gestores	Responsabilidade	Observações e práticas
Gestor 1	P/2 e P/3	Prática de responsabilidade compartilhada entre Inteligência e Planejamento.
Gestor 2	Não existe levantamento de ameaças	Indica uma oportunidade de formalizar e estruturar o processo de levantamento de ameaças na unidade.
Gestor 3	Serviço Ordinário	O levantamento está diretamente ligado ao registro das ocorrências atendidas pelas viaturas de área.
Gestor 4	P/2	Ênfase no levantamento de ameaças a policiais, demonstrando o uso da Inteligência para proteção do efetivo.
Gestor 5	P/3	O P/3 assume o papel central em todos os levantamentos de informações.
Gestor 6	P/2 (ameaças) e P/3 (ocorrências)	Diferenciação clara das responsabilidades, com o P/2 utilizando o Relatório de Inteligência (RELINT).

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

As respostas dos gestores revelam uma ausência de uniformidade na definição da seção responsável pela gestão das informações de Inteligência e Planejamento, o que ressalta a autonomia das unidades, mas também, a necessidade de alinhamento doutrinário, tendo em vista que uma parte dos gestores (1, 4 e 6) reconhece o papel da Inteligência (P/2) no levantamento de ameaças. O Gestor 6, inclusive, alinha-se à doutrina, ao mencionar o uso do Relatório de Inteligência (RELINT), indicando que o processo está formalizado em algumas áreas. Os gestores 1, 5 e 6 também mencionam o P/3 como responsável, reforçando seu papel natural na coleta de dados para o planejamento.

Por outro lado, alguns gestores indicaram procedimentos que se afastam da estrutura formal. O Gestor 3 citou a dependência de ocorrências atendidas pelo serviço ordinário, enquanto o Gestor 2, afirmou a inexistência de levantamento de ameaças em sua unidade. Tais casos representam oportunidades de intervenção e capacitação para garantir que todas as unidades explorem o potencial da Inteligência.

A variação nas respostas dos gestores, em particular aquelas que não citam o P/2 em sua função de Inteligência, sugere que, em algumas unidades, pode haver um desafio na plena integração do ciclo de Inteligência (coleta, análise e difusão) com as atividades de Planejamento Operacional (P/3).

A análise das respostas coletadas entre auxiliares e gestores sobre o levantamento de ocorrências e ameaças demonstram uma variação considerável nos procedimentos adotados nas diferentes unidades. Essa diversidade sinaliza a necessidade de padronizar o fluxo de informações quanto ao levantamento das ocorrências ou de ameaças, bem como fortalecer a integração entre as seções das OPMs.

A Tabela 7 demonstra a diversidade de abordagens adotadas pelas unidades operacionais do CPRM na gestão de informações críticas. Essa variação reflete a autonomia operacional dos Batalhões e a adaptação de seus processos internos.

Tabela 7: Percentual das Respostas dos Auxiliares e Gestores de Seção referente ao Levantamento, manuseio e fluxo de informações.

Função	Resposta	(%)
Auxiliares	Há fluxo de informações entre CINT e COINT.	81,80
	Não há fluxo de informações entre CINT e COINT (Oportunidade de aprimoramento).	18,20
Gestores	Levantamentos realizados pelo P/3, direcionando policiamento e ações conjuntas. Há comunicação com COINT e CINT.	50
	Análise dos dados realizada pela Seção de Inteligência e Comando da Unidade, com posterior repasse às guarnições de área.	16,50
	Cumprimento de mandados judiciais na área com fluxo de informações ao COINT e CINT (demonstrando autonomia e alinhamento).	16,50

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Observa-se que, embora a Seção de Inteligência (P/2) seja formalmente designada para manter e analisar bancos de dados criminais, conforme o Regimento Interno do SIPOM (2023), o P/3 frequentemente assume um papel proeminente na operacionalização desses dados. Essa dinâmica indica um forte trabalho em equipe, onde o plano tático (P/3) absorve as informações, estruturando-as para o planejamento estratégico (Comando da Unidade), o que é fundamental para a efetividade do trabalho, conforme preconiza Valentim (2002). O desafio, em casos específicos como o do Gestor 2, é estruturar o fluxo de dados para que todas as unidades possam aproveitar integralmente o potencial da Inteligência.

É interessante ressaltar que, conforme disposto no Regimento Interno do SIPOM (2023), é atribuição das Agências de Inteligências de Áreas (AIA), manter atualizados os bancos de dados de análise criminal e outros assuntos de interesse da atividade de inteligência. Complementando esse quesito, tanto gestores quanto auxiliares foram questionados sobre o manuseio das informações levantadas para a aplicação do policiamento ordinário (ostensivo/preventivo e repressivo), como cumprimento de mandados judiciais e se existe fluxo dessas informações ao COINT e ao CINT.

Essa questão foi respondida da seguinte forma pelos auxiliares: 81,8% deles confirmam que o fluxo de informações entre o Centro de Inteligência (CINT) e o Comando Operacional Intermediário (COINT) é um indicador da saúde da comunicação institucional. Esse índice sugere que o sistema de Inteligência da Corporação está funcionando de forma ampla, garantindo que informações essenciais, como mandados de prisão, cheguem de forma eficaz da estrutura de Comando às unidades de área. A parcela de 18,2% que não identifica esse fluxo de informações. Isso representa uma oportunidade de capacitação dos auxiliares das Seções de Inteligência dos Batalhões do CPRM visando uniformizar o conhecimento sobre os canais formais de comunicação.

Em relação à gestão operacional, a prática mais citada pelos gestores (50%) é o uso dos levantamentos da Seção de Planejamento, Instrução e Operações (P/3) para descrever a mancha criminal e consequentemente, direcionar o policiamento. Este mesmo grupo confirmou que há comunicação com o COINT e o CINT, o que endossa o alinhamento desse pla-

nejamento com o escalão superior. Esse resultado evidencia um modelo de gestão proativo e baseado em evidências, no qual o planejamento operacional é uma resposta direta à análise da criminalidade na área. 16,5% dos gestores destacam o papel da Seção de Inteligência (P/2) em conjunto com o Comando da unidade na análise dos dados, garantindo que a informação passe por um crivo estratégico. Outros 16,5% mencionam o cumprimento de mandados judiciais com fluxo de informações, destacando que as unidades mantêm a capacidade de atuação autônoma, ao mesmo tempo em que preservam a comunicação com o CINT e o COINT.

A variação na percepção entre auxiliares e gestores não sugere disfunção, e sim as diferentes perspectivas inerentes aos níveis tático e operacional: o foco do P/3 é o emprego tático imediato, enquanto o olhar do P/2 e do Comando é estratégico. O aspecto fundamental é que, em ambos os casos, a informação é reconhecida como o pilar para a decisão operacional, confirmando a alta capacidade das unidades em integrar o conhecimento de Inteligência ao policiamento.

A análise sobre o controle de empresas de segurança privada revela que a maioria dos Auxiliares (91%) informou que não há qualquer registro dessas empresas, enquanto 9% relataram já manter alguma forma de registro via CPRM. Complementarmente, 84% dos Gestores indicaram que não conhecem, não possuem cadastro e não há troca formal de informações com essas empresas. O fato de 16% dos Gestores já manterem uma relação informal sinaliza uma predisposição positiva para a colaboração mútua. Esse resultado, embora inicial, serve como ponto de partida para a padronização e a ampliação do controle, Tabela 8.

Tabela 8: Percentual do Grau de Controle e Registro de Empresas de Segurança Privada na Área do CPRM.

Categoria de Controle	Indicador de Gestão	Perspectiva do Entrevistado	(%)
Existência do registro	Ausência de Base de Dados	Auxiliares	91
	Registro Centralizado (via CPRM)	Auxiliares	9
	Total de Auxiliares Mapeados	Auxiliares	100
Conhecimento e Relacionamento	Desconhecimento / Ausência de Cadastro	Gestores	84
	Conhecimento e Relação Informal	Gestores	16
	Total de Gestores Mapeados	Gestores	100

Fonte: Questionário aplicado aos Auxiliares e Chefes das Seções de Inteligência do CPRM.

Em alinhamento com o Regimento Interno do SIPOM, que atribui às Agências de Inteligência de Área, a missão de conhecer as empresas especializadas em segurança privada, que atuam na circunscrição dos batalhões, afim de controlar sua atuações no que impactar o policiamento preventivo. O desafio atual concentra-se em formalizar e expandir esse mapeamento. Criar um cadastro formal e abrangente é o caminho para otimizar a segurança pública através da sinergia, permitindo a coordenação de esforços e evitando a sobreposição de atuação entre as forças de segurança pública e privada. A consolidação deste controle é uma prioridade estratégica para o futuro do policiamento preventivo na área.

Uma pergunta de destaque foi sobre como atuam a Seção de Inteligência, cujos dados estão ilustrados na Tabela 9.

Tabela 9: Como atuam as Seções de Inteligência das unidades operacionais subordinadas ao CPRM.

Como atuam as Seções de Inteligência das unidades Operacionais subordinadas ao CPRM		Percentual (%)
Gestores e Auxiliares	Atividade Correcional	100
	Atividade de Inteligência	0

Observação: Com exceção a isso, apenas o CPRM afirmou realizar levantamentos concernentes à Inteligência em sua sede e posteriormente, repassa isso aos batalhões.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A partir da análise dos dados, foi possível perceber que apesar do eficiente fluxo de informações e do uso estratégico de dados para o patrulhamento, a pesquisa revela uma concentração indevida na atuação das Seções de Inteligência (P/2) das unidades de área. Auxiliares e gestores responderam, em uníssono, que o P/2 atua unicamente de forma correcional (100%), não exercendo qualquer gerência sobre a Atividade de Inteligência propriamente dita, que é a produção de conhecimento de segurança pública.

Embora essa concentração demonstre uma gestão rigorosa dos assuntos internos e disciplinares, ela sugere um desvio de finalidade em relação ao que é previsto na Política e no Regimento Interno do SIPOM e na LOB. O art. 3º do Decreto n.º 1.997/2021, que regulamenta o SIPOM, designa as 2ª Seções de Batalhões como Agências de Inteligência de Área (AIA), cuja competência é: I - identificar, acompanhar e avaliar ameaças reais ou potenciais de segurança pública; II - produzir conhecimentos e informações que subsidiem ações para neutralizar e coibir atos criminosos de qualquer natureza; III - produzir conhecimentos e informações que melhorem a eficácia das atividades de polícia ostensiva, preservação da ordem pública, incolumidade das pessoas e do patrimônio.

O que se conclui, portanto, é que existe um desvio na finalidade das Seções de Inteligência de Área onde, na prática, a função de Inteligência de Segurança Pública (mapeamento de ocorrências, mancha criminal e distribuição do policiamento) está sendo exercida pela Seção de Planejamento, Instrução e Operações (P/3).

Por sua vez, a Agência de Inteligência Intermediária (AII) do CPRM demonstrou atuar de forma abrangente, realizando e repassando conhecimento tático e estratégico aos batalhões, a exemplo do cumprimento de mandados judiciais. Essa prática serve como modelo de referência, ilustrando o potencial para aprimoramento na execução das atribuições do P/2 nas unidades de área, expandindo seu foco correcional para incluir o levantamento e tratamento ativo de informações sensíveis, conforme as normas vigentes.

Por fim, no último apontamento, caracterizado como pergunta aberta, foi permitido ao corpo de auxiliares que sugestionasse sobre o que eles acreditam ser importante para a melhoria ou para a implementação da Atividade de Inteligência na sua respectiva unidade, considerando as diretrizes estabelecidas no SIPOM, conforme a Tabela 10.

Tabela 10: Sugestão para a melhoria/implementação da Atividade de Inteligência nas unidades Operacionais subordinadas ao CPRM, segundo os auxiliares e oficiais.

	Sugestão	Percentual (%)
Auxiliares	Treinamento e infraestrutura adequada	54,50
	Aumento do efetivo na atividade	18,20
	Não fizeram nenhuma indicação	27,30
Gestores	Treinamento e investimento em infraestrutura	50
	Criação de POP e sistema próprio de acesso contínuo	17
	Aumento do efetivo para ampliar a atividade	33

Fonte: Questionário aplicado aos Oficiais e Praças PM que atuam nas Seções de Inteligência do CPRM.

A análise das sugestões de aprimoramento evidencia uma convergência entre os diferentes níveis hierárquicos quanto às necessidades para o fortalecimento da Atividade de Inteligência. Especificamente entre os auxiliares, a maioria (54,5%) acredita que a maior efetividade da Atividade seria alcançada por meio de treinamento especializado e do fornecimento de infraestrutura adequada. Em menor proporção, 18,2% dos respondentes sugeriram que a medida mais crucial seria o aumento do efetivo dedicado à atividade. É relevante notar, por fim, que 27,3% dos auxiliares não apresentaram nenhuma indicação de melhoria.

As respostas dos gestores reforçam essa prioridade, visto que 50% dos participantes indicaram a necessidade de treinamento adequado e investimento em infraestrutura, o que inclui equipamentos e veículos disponíveis. Além disso, 33% dos entrevistados afirmam ser imprescindível o aumento de efetivo. Um ponto adicional levantado por 17% dos gestores é a necessidade de criar um Procedimento Operacional Padrão (POP) para esses agentes e ainda, desenvolver um sistema próprio que possibilite o acesso contínuo às informações.

A comparação das respostas entre o corpo de auxiliares e a chefia indica que as Seções de Inteligência das unidades operacionais do CPRM não estão realizando a Atividade de Inteligência de forma tecnicamente alinhada com o regulamento e a política da atividade. Embora algumas unidades façam levantamento de informações, essa atividade é frequentemente tratada em seção diferente (P/3) ou obtida por elementos alheios à Inteligência, demonstrando uma falta de técnica e especialização conforme previsto em lei.

Essa situação sugere a falta de análise qualificada, o que é um fator relevante e multifatorial. A carência de infraestrutura ou de profissionais habilitados e capacitados pode estar incidindo diretamente na subutilização ou no desvio de finalidade executado pelos batalhões do CPRM.

Todavia, deve-se levar em consideração que ainda é muito recente a criação do SIPOM e que, implementação e aplicação efetiva de suas diretrizes demanda tempo. Contudo, o investimento na estrutura das Seções de Inteligência surge como um pedido latente e unânime dos profissionais que nelas atuam.

4.2 ENTREVISTA ESTRUTURADA: A VISÃO DA CHEFIA DO CINT DA PMPA

A Atividade de Inteligência, especialmente no âmbito da segurança pública, é uma temática sensível que exige estrito controle sobre seus dados. Como aponta a doutrina (Corrêa, 2011), o sigilo é um princípio fundamental para proteger as ações, missões e investigações, evitando que o acesso não autorizado comprometa operações ou cause danos institucionais. Diante disso, a análise a seguir resume os pontos mais relevantes da entrevista com o Chefe do CINT da PMPA[11], realizada em março de 2023, preservando a segurança das informações.

O Chefe do CINT destacou que a principal frente de trabalho da Agência Central de Inteligência (AIC) é viabilizar a adequação do SIPOM em todas as demais unidades da Corporação. Amaral (2006) considera que a formação de uma equipe de Inteligência competente é crucial para o sucesso da atividade. Isso decorre da própria natureza da atividade, em especial, na Segurança Pública, que exige profissionais competentes, que atuem baseados em conhecimentos, habilidades e atitudes harmônicos com o trabalho que executam. Assim, ações realizadas pelo Centro de Inteligência, enquanto AIC, devem viabilizar a adequação do SIPOM nas demais unidades da Corporação. Nesse sentido, o CINT está focado na capacitação e formação de profissionais.

[11] Chefe do CINT da PMPA em março de 2023: CEL QOPM Carlos Eduardo Bilóia da Silva. A entrevista foi realizada no Centro de Inteligência, no Quartel do Comando Geral da PMPA, no dia 30 de março de 2023.

> Estão sendo realizados cursos na Atividade de Inteligência para todos os COINT'S, com o objetivo de formar profissionais, tanto oficiais quanto praças, para o estabelecimento das diretrizes do SIPOM. Esses policiais são indicados pelo COINT e aceitos após a análise da Agência Central. Além disso, preocupado com a formação dos policiais militares do Pará, para ser instrutor de disciplinas afins à Atividade de Inteligência, nos cursos de formação policial, é necessário a aprovação da Agência Central, que analisa o perfil desse formador e conceitua se é um profissional apto a legislar sobre a matéria. Além do mais, o CINT, o credenciamento dos núcleos de inteligência e as instalações de novas agências estabelecidos no SIPOM, estão previstos no Plano Estratégico da PMPA (Chefe do CINT, 2023).

Em suma, a visão da chefia do CINT demonstra um esforço concentrado na institucionalização, padronização e qualificação do pessoal de Inteligência, reconhecendo que a competência profissional é a base para o aprimoramento das ações de Segurança Pública. A manutenção e aprimoramento do fluxo de informações são cruciais para a eficácia da Segurança Pública.

Fernandes (2014) destaca que a Atividade de Inteligência deve orientar a estratégia e as operações para concentrar a ação policial na resolução dos problemas. Nesse contexto, os dados revelam um ponto que exige atenção nas unidades operacionais: 67% dos gestores afirmaram que o ciclo de informações de Inteligência é atualmente conduzido pela Seção de Planejamento, Instrução e Operações (P/3). Essa prática sugere uma necessária readequação para que essa responsabilidade seja transferida para a Agência de Inteligência de Área (AIA), conforme o previsto legalmente. Essa mudança é essencial, pois o envolvimento direto da AIA impactará de forma mais precisa e técnica o planejamento das operações.

Além da adequação interna, é fundamental que haja uma diretriz colaborativa que estabeleça o intercâmbio contínuo de informações entre a Polícia Militar do Pará (PMPA) e as demais agências de inteligência do Estado. Essa sinergia entre instituições potencializa a produção de conhecimento e a capacidade de resposta integrada às ameaças de segurança pública.

> São realizadas reuniões periódicas com os Chefes de Inteligência dos demais Órgãos da Segurança Pública. E nessas reuniões, o Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP) e o Órgãos que compõem o Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS), por meio da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), realizam troca de dados e informações e viabilizam ideias de interesse à segurança pública do Estado.[...]. Posteriormente as informações repassadas pelo SIAC são compartilhadas aos COINT'S e partir disso, as unidades operacionais realizam os filtros necessários e distribuem as informações conforme seus planejamentos (Chefe do CINT, 2023).

Embora não exista um modelo único para estabelecer uma estrutura de coleta de informações que subsidie um policiamento orientado pela Inteligência, há métodos e ferramentas para diagnosticar as necessidades de uma Seção de Inteligência e, a partir disso, elaborar um plano de ação eficiente. Sobre esse aspecto, Carter (2009, *apud* Andrade, 2018) defende a adoção de três etapas para a implementação de um policiamento orientado pela Atividade de Inteligência. A primeira etapa é examinar os elementos necessários para o gerenciamento de informações através de um plano de gerenciamento. A segunda etapa é a criação de uma estrutura organizacional, para tornar o plano de gerenciamento de informações viável e a terceira etapa, é a implementação propriamente dita.

O Chefe do CINT reforça que a tríade investimento, integração e inteligência é uma preocupação central nos programas do Governo. Nesse sentido, o SIPOM e as demais ações de Inteligência da PMPA possuem um papel estratégico na implementação e na efetividade das políticas públicas de segurança no Pará.

Como perspectiva de longo prazo, questionado sobre como a Atividade de Inteligência da PMPA estará em 2027, o Chefe do CINT demonstrou otimismo. A expectativa é que o Pla-

nejamento Estratégico previsto para a Corporação e, em especial para o Centro de Inteligência, seja integralmente cumprido no que se refere ao aparelhamento e à estruturação das agências. Adicionalmente, a previsão de Belém sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 30, em 2025, atua como um catalisador para a modernização e ampliação da atividade de Inteligência, impulsionando os investimentos e a integração das operações.

4 CONCLUSÃO

O presente estudo objetivou compreender a Atividade de Inteligência na Polícia Militar do Pará, examinando a atuação das Seções de Inteligência das unidades do Comando de Policiamento Regional Metropolitano (CPRM) à luz das diretrizes da Política e do Regimento Interno do Sistema de Inteligência Policial Militar (SIPOM).

Nesse prisma, a pesquisa confirma a relevância da Inteligência no contexto da segurança pública, pois, conforme Farias (2017), ela é fundamental para a obtenção de dados e a produção de conhecimentos confiáveis, subsidiando decisões rápidas e acertadas pelos comandantes.

Os resultados demonstraram que o trabalho nas Seções de Inteligência (P/2) desenvolve-se de modo incipiente quando confrontado às diretrizes do SIPOM. Predominantemente, auxiliares e gestores ocupam-se de atividades correcionais, o que configura um desvio de finalidade em relação ao papel estratégico da Inteligência. Essa lacuna levou à confirmação da hipótese de que as unidades subordinadas ao CPRM não atuam em total conformidade com o SIPOM. A produção de conhecimento e a Atividade de Inteligência estão sendo realizadas pela Seção de Planejamento, Instrução e Operações (P/3) ou por outros segmentos, evidenciando uma falha na estruturação técnica e legal da Agência de Inteligência de Área (AIA).

Os achados da pesquisa ressaltam a necessidade de mais investimentos na Atividade de Inteligência Policial Militar, que se demonstrou indispensável para a estruturação de estratégias de policiamento, desde o nível operacional (patrulhamento ordinário) até o tático-estratégico (combate ao crime organizado).

Contudo, é imprescindível considerar o contexto de implementação: o SIPOM é uma previsão normativa recente. A consolidação de uma estrutura organizada e em conformidade com o Regimento Interno demanda tempo e investimentos massivos. Adicionalmente, as dimensões continentais e as regiões longínquas do Estado do Pará são fatores que historicamente dificultam o fluxo de informações entre as agências. A despeito dos desafios, as políticas governamentais em andamento buscam integrar e modernizar a Atividade de Inteligência, migrando de um perfil clássico e sigiloso para um modelo mais articulado e descentralizado, com constante intercâmbio de informações entre os órgãos de Segurança Pública.

Espera-se que a Atividade de Inteligência seja desenvolvida e implantada nos batalhões da PMPA de maneira eficaz, pois é um dos principais meios de enfrentamento à criminalidade, devendo ser utilizada com maior frequência no planejamento de operações e execução do policiamento ostensivo.

Que este estudo estimule o aprofundamento da temática dentro da Instituição, dando visibilidade a sua importância em fornecer subsídios para a tomada decisão dos comandantes, desde o nível operacional até o Comandante-Geral e o Governo do Estado. A estruturação da atividade de inteligência é um caminho indispensável à Segurança Pública eficiente, contribuindo diretamente para a missão da Polícia Militar do Pará de servir e proteger a sociedade paraense.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Roniberto Morato do. **Desenvolvimento e aplicação de um método para o mapeamento de competências em inteligência competitiva.** 2006. 209 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

ANDRADE, Josivan Mateus de. **O policiamento orientado pela Inteligência como estratégia de prevenção e combate ao crime em Minas Gerais:** Um estudo de caso. Monografia (Especialização) — Universidade Federal de São João Del-Rei, 2018.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 3. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2014.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969:** Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0667.htm>. Acesso em: 19 dez. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.** Disponível em:<Constituição.planalto.gov.br)>. Acesso em: 19 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto 3.695 de 21 de dezembro de 2000.** Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0667.htm>. Acesso em: 19 dezembro 2022.

BRASIL. **Lei n.º 9.883, de 07 de dezembro de 1999.** Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9883.htm>. Acesso em: 29 de maio de 2025.

CEPIK, Marco. Sistemas nacionais de inteligência: origens, lógica de expansão e configuração atual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582003000100003&lng=en&nr m=iso.> Acesso em: 1 jan. 2023.

CORRÊA, Heriberto da Silva. **O Perfil do Profissional de Inteligência de Segurança Pública.** Rio de Janeiro: ESG, 2011.

CRUZ, Juliana Cristina. **A Atividade de Inteligência de Segurança Pública para o Fortalecimento da Cidadania.** 2013. Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

DUMITH, Daniel de Carvalho. A utilização da Inteligência Policial Militar como ferramenta na diminuição da criminalidade sob o ponto de vista doutrinário. **Revista Ordem Pública**, v. 5 n. 2, Semestre II, 2012.

FACHIN, Odília. **Fundamentos da Metodologia Científica**: noções básicas em pesquisa científica. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FARIAS, Antônio Cláudio Fernandes. **Atividade de Inteligência**: O Ciclo da Produção do Conhecimento. Belém: Edições do autor, 2017.

FERNANDES, Luís Fiães. **Intelligence e Segurança Interna**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, 2014.

FERRO JÚNIOR, Celso Moreira. **A Inteligência e a gestão da informação policial**: conceitos, técnicas e tecnologias definidos pela experiência profissional acadêmica. Brasília: Fortium Editora, 2008.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **A Atividade de Inteligência no Combate ao Crime Organizado**: o Caso do Brasil. Artigo publicado em 2003. Brasília: Senado Federal, Consultoria Legislativa. 19 p. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/103>. Acesso em: 15 jan. 2023.

HAMADA, Hélio Hiroshi; MOREIRA, Renato Pires. A inteligência estratégica como atividade essencial para as instituições de segurança pública. **Cadernos de Segurança Pública**, Rio de Janeiro, ano 12, n. 12, p. 04-16, 2020.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

LAZZARINI, Alvaro. **Ciências policiais de segurança e da ordem pública**: significado, conteúdo e contornos. A Força Policial. São Paulo, n. 58, abr./jun. 2008

MAIA FILHO, Wagner. Curso de aperfeiçoamento em inteligência de segurança pública. **Apostila sobre montagem de unidade de inteligência.** Rio de Janeiro, 2003.

MARCONI, Maria de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

PARÁ. **Decreto 1.997, de 18 de novembro de 2021**. Regulamenta o Sistema de Inteligência Policial Militar (SIPOM). Pará, 2021. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto lei/Del0667.htm.> Acesso em: 26 dez. 2022.

PARÁ. **Lei Complementar nº 053, de 07 de fevereiro de 2006.** Dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará - PMPA, e dá outras providências. Pará, 2006. Disponível em:<https://www.pm.pa.gov.br/images/PM1/Dispõe_sobre_a_organização_básica_e_fixa_o_efetivo_da_Polícia_Militar_do_Pará_.pdf)> Acesso em: 26 dez. 2022.

PARÁ. Polícia Militar. **Boletim Geral Reservado**, nº 011, de 10 de fevereiro de 2023: Política de Inteligência da Polícia Militar do Pará (PIPMPA), coordenada pelo CINT, por meio da Portaria nº 045/2023 – GAB. CMDº. Belém: PMPA, 2023.

PARÁ, Governo do Estado do. **Plano de Governo 2023-2026.** Pará: 2022. Disponível em: <https://emdefesadosterritorios.org/wp-content/uploads/2022/09/Helber-Barbalho.pdf.> Acesso em: 28 mai. 2025.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Inteligência Competitiva em Organizações: dado, informação e conhecimento. **Data Grama Zero**. v. 3, n. 4, ago, 2002.

Uma análise da jurisprudência do STJ sobre a fundada suspeita no policiamento ostensivo preventivo no ano de 2022[1]

Felipe Córdova da Conceição[2]
Tales Cunha de Sousa[3]
Adriano Nazareno Goés Da Silva[4]

[1] Artigo apresentado ao Curso de Formação de Oficiais da PMPA – CFO/2022-2023 como requisito para a obtenção do título de Especialista em Ciência de Defesa Social e Cidadania, orientado pelo Ten Cel. PM Adriano Nazareno Góes da Silva.

[2] Aluno do Curso de Formação de Oficiais da PMPA; Bacharel em Direito (CESUPA).

felipecordovaa@yahoo.com.br

ORCID: 0009-0009-4185-9480

[3] Aluno do Curso de formação de Oficiais da PMPA. Bacharel em Direito (UFPA); Pós-graduado em Investigação Criminal e Legislação Penal.

talescunhasousa@gmail.com

ORCID: 0009-0001-7378-6265

[4] Tenente-Coronel da Polícia Militar do Pará. Bacharel em Direito (Estácio do Pará); Pós-graduado em Políticas e Gestão de Segurança Pública pela Estácio do Pará.

adrianogoess@gmail.com

ORCID: 0009-0001-2277-1397

RESUMO

Às polícias militares compete o policiamento ostensivo para a garantia da ordem pública. Nesta missão, a abordagem policial resulta, com frequência, em busca pessoal. Para a busca pessoal, a lei exige a fundada suspeita; entretanto, não há uma definição consensual para esse instituto. Assim, pergunta-se: Qual é o papel das decisões do STJ sobre os contornos judiciais da fundada suspeita em policiamento ostensivo preventivo no ano de 2022? Este artigo tem como objetivo identificar o papel das decisões do STJ sobre a fundada suspeita em policiamento ostensivo preventivo no ano de 2022. Para tanto, adotou-se metodologia de abordagem qualitativa, cujo procedimento técnico foi a pesquisa bibliográfica e documental, com ênfase na descrição de posições doutrinárias e jurisprudenciais. Os resultados mostraram que a abordagem policial é um importante instrumento da atuação da Polícia Militar; contudo, deve-se atentar para a legalidade da busca pessoal, dada a exigência da fundada suspeita, visto que o policial não pode agir somente com base na subjetividade. Conclui-se que a busca pessoal, embora legalmente prevista no ordenamento jurídico pátrio, necessita de maiores debates e regulamentação para que o policial tenha meios de identificar a fundamentação da suspeição. Tal necessidade é reforçada pelas decisões do STJ em 2022, cujos entendimentos se mostram divergentes. Além disso, espera-se uma definição mais concreta da lei e dos tribunais, capaz de conferir maior segurança jurídica aos policiais militares para que suas ações não sejam consideradas ilegais e nulas em sede de processo judicial.

Palavras-Chave: Policiamento Ostensivo Preventivo; Busca Pessoal; Fundada Suspeita; Legalidade; Poder Discricionário.

ABSTRACT

Military police are responsible for visible policing to guarantee public order. In this mission, police intervention frequently results in personal searches. For personal searches, the law requires reasonable suspicion; however, there is no consensual definition for this concept. Thus, the question arises: What is the role of the STJ's decisions on the judicial contours of reasonable suspicion in preventive visible policing in 2022? This article aims to identify the role of the STJ's decisions on reasonable suspicion in preventive visible policing in 2022. To this end, a qualitative approach methodology was adopted, whose technical procedure was bibliographic and documentary research, with emphasis on the descrip-

tion of doctrinal and jurisprudential positions. The results showed that police intervention is an important instrument in the actions of the Military Police; however, attention must be paid to the legality of personal searches, given the requirement of reasonable suspicion, since the police officer cannot act solely based on subjectivity. It is concluded that personal searches, although legally provided for in the national legal system, require further debate and regulation so that police officers have the means to identify the basis for suspicion. This need is reinforced by the decisions of the Superior Court of Justice (STJ) in 2022, whose understandings are divergent. In addition, a more concrete definition from the law and the courts is expected, capable of providing greater legal certainty to military police officers so that their actions are not considered illegal and null in judicial proceedings.

Keywords: Preventive Overt Policing; Personal Search; Reasonable Suspicion; Legality; Discretionary Power.

RESUMEN

La policía militar es responsable de la vigilancia visible para garantizar el orden público. En esta misión, la intervención policial frecuentemente resulta en registros personales. Para los registros personales, la ley exige sospecha razonable; sin embargo, no existe una definición consensuada de este concepto. Por lo tanto, surge la pregunta: ¿Cuál es el papel de las decisiones del Tribunal Supremo de Justicia (TSJ) sobre los límites jurídicos de la sospecha razonable en la vigilancia visible preventiva en 2022? Este artículo tiene como objetivo identificar el papel de las decisiones del TSJ sobre la sospecha razonable en la vigilancia visible preventiva en 2022. Para ello, se adoptó una metodología cualitativa, cuyo procedimiento técnico fue la investigación bibliográfica y documental, con énfasis en la descripción de las posturas doctrinales y jurisprudenciales. Los resultados mostraron que la intervención policial es un instrumento importante en las acciones de la Policía Militar; sin embargo, debe prestarse atención a la legalidad de los registros personales, dado el requisito de sospecha razonable, ya que el agente de policía no puede actuar basándose únicamente en la subjetividad. Se concluye que los registros personales, si bien están previstos legalmente en el ordenamiento jurídico nacional, requieren mayor debate y regulación para que los agentes de policía dispongan de los medios para identificar los fundamentos de la sospecha. Esta necesidad se ve reforzada por las decisiones del Tribunal Superior de Justicia (TSJ) de 2022, cuyos criterios difieren. Asimismo, se espera una definición más concreta por parte de la ley y los tribunales, que brinde mayor seguridad jurídica a los agentes de policía militar, de modo que sus actuaciones no se consideren ilegales ni nulas en los procedimientos judiciales.

Palabras clave: Vigilancia policial preventiva; Registro personal; Sospecha razonable; Legalidad; Discrecionalidad.

1 INTRODUÇÃO

A busca pessoal é um procedimento resultante da abordagem policial, prática rotineira para os policiais militares que atuam diretamente em contato com o cidadão durante o patrulhamento ostensivo preventivo fardado, missão prevista na Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF/88).

Por ser um procedimento intrinsecamente invasivo e coercitivo, no qual o cidadão é, momentaneamente, privado do direito individual de ir e vir, é essencial que a lei preveja limites e requisitos para sua execução, visto que qualquer cidadão pode ser submetido à abordagem

e à busca pessoal. Neste contexto, a legislação estabelece o instituto da fundada suspeita como requisito legal para a realização da busca.

Deve-se considerar que a Polícia Militar é a principal instituição aplicadora do procedimento de busca pessoal por meio da abordagem. Essa atividade decorre do Poder de Polícia, cujo conceito geral é legalmente previsto no artigo 78 do Código Tributário Nacional (CTN), e cuja especificidade de busca pessoal é regulamentada pelos artigos 240 e 244 do Código de Processo Penal (CPP):

> Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interêsse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de intêresse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos (CTN, 1966).
>
> Art. 240. A busca será domiciliar ou pessoal.
>
> § 2º Proceder-se-á à busca pessoal quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo arma proibida ou objetos mencionados nas letras b a f e letra h do parágrafo anterior.
>
> Art. 244. A busca pessoal independerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar (CPP, 1941).

Embora existam essas previsões, a ausência de elementos legais que definam a fundada suspeita de forma mais detalhada ainda é um grande problema. Isto causa dificuldades para o policial militar que deseja trabalhar pautado em garantir a legalidade de seus atos e preservar a ordem pública, bem como para o próprio cidadão submetido ao ato. Deste cenário, surge o seguinte questionamento: Qual é o papel das decisões do STJ sobre os contornos judiciais da fundada suspeita em policiamento ostensivo preventivo no ano de 2022?

Assim, o presente artigo tem como objetivo geral identificar o papel das decisões do STJ sobre os contornos judiciais da fundada suspeita no policiamento ostensivo preventivo no ano de 2022. Como objetivos específicos, são os seguintes: i. Analisar a abordagem policial como instrumento da atuação da Polícia Militar no policiamento ostensivo e na preservação da ordem pública; ii. Discutir os aspectos legais da busca pessoal e fundada suspeita na abordagem policial. iii. Sintetizar as principais decisões do STJ no ano de 2022 que tratam sobre busca pessoal e fundada suspeita.

A pesquisa se justifica pela necessidade de o policial militar revestir seus atos de legalidade, tendo em vista que o procedimento de busca pessoal, a partir da fundada suspeita, faz parte do *métier* da atividade policial. É preciso, pois, que o profissional de segurança pública tenha pleno conhecimento a respeito da legislação vigente e do entendimento dos tribunais sobre o tema.

A motivação para a escolha do tema desta pesquisa se deu a partir do Estágio Supervisionado do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará - CFO/2022-2023, no qual foi possível observar a necessidade de realizar abordagens e buscas pessoais sempre respaldados pela legalidade e a existência de fundada suspeita.

Por fim, a contribuição desta pesquisa se dá pela discussão em torno de uma matéria fundamental para a atividade policial militar exercida diariamente no policiamento ostensivo preventivo, a qual exige respaldo jurídico para a atuação da Polícia Militar durante a realização de abordagem policial e busca pessoal.

2 METODOLOGIA

O enfoque desta pesquisa é de abordagem qualitativa, sendo utilizada para interpretar e compreender os significados e contextos das decisões judiciais e doutrinárias, o que permite uma análise crítica dos contornos da fundada suspeita e sua aplicação prática no policiamento. Quanto aos procedimentos técnicos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental com ênfase na descrição de posições doutrinárias (de autores como Hely Lopes Meirelles, Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Guilherme de Souza Nucci e Aury Lopes Junior, que discutem o poder de polícia, a fundada suspeita e a legalidade da busca pessoal) e jurisprudenciais, examinando as decisões do STJ em 2022 sobre os limites da fundada suspeita no policiamento ostensivo.

Por se tratar de tema marcado por divergências e controvérsias, por envolver direitos e garantias fundamentais, busca-se instigar o debate sobre a legalidade do procedimento policial de busca pessoal. Para tanto, utiliza-se o método lógico-dedutivo, que visa apresentar uma conclusão científica para a problemática.

A pesquisa bibliográfica, segundo Fonseca (2002), é entendida:

> [...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

O método lógico-dedutivo é empregado para partir de premissas gerais (como a legislação e a doutrina) e chegar a conclusões específicas sobre a legalidade da busca pessoal. Esse método é respaldado por autores como Lakatos e Marconi (2003), que destacam sua utilidade em pesquisas jurídicas para construir argumentos sólidos.

Para atingir os objetivos específicos, a metodologia se desenvolveu da seguinte forma: i. Análise bibliográfica sobre o papel da abordagem como instrumento de preservação da ordem pública. ii. Discussão da fundada suspeita com base no CPP e na jurisprudência, por meio do método lógico-dedutivo. iii. Síntese das principais decisões do STJ em 2022, com interpretação dos seus impactos via abordagem qualitativa.

Dessa forma, o artigo busca analisar e discutir o tema proposto, trazendo esclarecimentos sobre o atual entendimento dos doutrinadores e tribunais e seus reflexos para a atividade policial militar, contribuindo para a segurança jurídica dos agentes de segurança pública.

3 A ABORDAGEM POLICIAL COMO INSTRUMENTO DE ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR

A polícia está presente na sociedade desde suas formas mais antigas, remontando aos tempos de Roma e Grécia. A palavra “polícia” tem um longo percurso na história e é uma organização secular, estabelecida nas sociedades da Europa, onde as estruturas policiais tiveram suas origens, basicamente, nos séculos XVIII e XIX (Monet, 2002).

Atualmente, as polícias são direcionadas à segurança interna dos países, seja no âmbito estadual ou federal. Nesse sentido, a Constituição Federal (CF/88), em seu Capítulo III, discorre sobre os órgãos responsáveis pela segurança pública, conforme estabelece o artigo 144 (Brasil, 1988):

> Art. 144. A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
> I – polícia federal;
> II – polícia rodoviária federal;
> III – polícia ferroviária federal;
> IV – polícias civis;
> V – polícias militares e corpos de bombeiros militares;
> VI – polícias penais federais, estaduais e distritais.

Diariamente, no cumprimento de seu dever constitucional, os órgãos de segurança pública elencados na Constituição Federal de 1988 podem efetuar a abordagem policial. As polícias são as instituições legitimadas a realizar esse procedimento visando à preservação da ordem pública. Mais especificamente, a Polícia Militar, polícia administrativa, tem como objetivo evitar a ocorrência do crime. Sua competência situa-se, portanto, no âmbito pré-delitual, o que torna essencial a realização de ações preventivas.

No cenário das ações preventivas e em decorrência da missão constitucional esculpida no § 5°, do artigo 144, o qual define que “às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública [...]” (Brasil,1988), esta Corporação realiza grande parte das abordagens policiais e, consequentemente, a busca pessoal. Logo, os policiais militares são os que possuem maior interação com o cidadão, visto que estão presentes ostensivamente 24h por dia nas ruas. Por esse motivo, um dos principais instrumentos para a preservação da ordem pública é o policiamento ostensivo, e a abordagem policial se insere nesse rol de atividades.

O Decreto n.º 88.777 de 1983, que regulamenta as polícias militares, em seu artigo 2°, item 27, conceitua o policiamento ostensivo como “ação policial, exclusiva das Polícias Militares em cujo emprego o homem ou a fração de tropa engajados sejam identificados de relance, quer pela farda quer pelo equipamento, ou viatura, objetivando a manutenção da ordem pública”. Além disso, o item 21 do mesmo artigo 2º define Ordem Pública como:

> Conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis, do **interesse público**, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo **poder de polícia**, e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum (grifo nosso). (Brasil, 1983).

O mencionado decreto, no item 19 do artigo 2º, estabelece, ainda, que a manutenção da ordem pública “é o exercício dinâmico do **poder de polícia**, no campo da segurança pública, manifestado por atuações predominantemente **ostensivas**, visando a prevenir, dissuadir, coibir ou reprimir eventos que violem a ordem pública” (grifo nosso). Já o Código Tributário Nacional (CTN), de forma clara, define poder de polícia nestes termos:

> Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos (CTN, 1966).

Sobre o conceito de poder de polícia, pode-se observar o que definem alguns doutrinadores. Meirelles (2015, p. 152) conceitua-o como “a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado”. Di Pietro (2014, p.155), por sua vez, apresenta uma evolução conceitual:

> Pelo conceito clássico, ligado à concepção liberal do século XVIII, o poder de polícia compreendia a atividade estatal que limitava o exercício dos direitos individuais em benefício da segurança. Pelo conceito moderno, adotado no direito brasileiro, o **poder de polícia é a atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público** (Di Pietro, 2014, p.155, grifo da autora).

O poder utilizado pelo Estado para atuar sobre a sociedade está fundamentado no sentido da garantia do interesse público sobre o particular. Para isto, o poder de polícia é desempenhado por vários órgãos da Administração Pública que tenham competência para exercê-lo, entre os quais, a Polícia Militar.

Segundo os ensinamentos de Di Pietro (2014), o poder de polícia pode incidir em duas áreas de atuação estatal: a administrativa e a judiciária. A diferença mais relevante apontada é o caráter preventivo da polícia administrativa (Polícia Militar) e o repressivo da polícia judiciária (Polícia Civil). No entanto, não se pode afirmar que essa distinção é absoluta, pois a polícia administrativa pode agir tanto preventiva quanto repressivamente. Desse modo, Álvaro Lazzarini (1986, *apud* Di Pietro, 2014) traz a possível distinção entre as duas polícias nos seguintes termos: "A linha de diferenciação está na ocorrência ou não do ilícito penal. Com efeito, quando atua na área do ilícito puramente administrativo (preventiva ou repressivamente) a polícia é administrativa. Quando o ilícito penal é praticado, é a polícia judiciária que age" (Lazzarini 1986, *apud* Di Pietro 2014, p. 125).

Diante do exposto, a polícia militar, em sua atuação diária, age de maneira preventiva, a partir de sua presença ostensiva, utilizando-se da ferramenta da abordagem policial para antecipar e prevenir a ocorrência de condutas criminosas. Contudo, ela também pode atuar repressivamente em situações em que o crime ou contravenção acaba de acontecer ou está em andamento, como em prisões em flagrante, acompanhamento policial e captura, intervenção em confrontos, controle de distúrbios civis e apoio em cumprimento de mandados judiciais. É o poder de polícia garantindo a segurança da coletividade.

Ressalta-se que o poder de polícia possui determinados atributos que o diferenciam dos demais poderes da Administração Pública. Destes, destacam-se três: a) auto-executoriedade, b) coercibilidade, e c) discricionariedade. Em primeiro lugar, tem-se a coercibilidade, assim conceituada por Meirelles (2015, p. 161): “[...] a imposição coativa das medidas adotadas pela Administração, constitui também atributo do poder de polícia”, ou seja, “todo ato de polícia é imperativo (obrigatório para seu destinatário), admitindo até o emprego da força pública para seu cumprimento, quando resistido pelo administrado”. É, portanto, a possibilidade de empregar a força necessária coercitivamente para a execução de determinada ação. Isso significa que a abordagem policial e a busca pessoal são atos coercitivos, que obrigam o cidadão a se submeter ao procedimento, permitindo o uso da força quando necessário.

Em segundo lugar, Di Pietro (2014, p. 127) define a auto-executoriedade como “[...] a possibilidade que tem a Administração de, com os próprios meios, pôr em execução as suas decisões, sem precisar recorrer previamente ao poder judiciário”. Este conceito se relaciona com a busca pessoal no sentido de dispensa de mandado judicial para sua execução. Logo, a conduta é auto-executável.

Por fim, a discricionariedade, para Meirelles (2015, p.159), é a “[...] livre escolha, pela Administração, da oportunidade e conveniência de exercer o poder de polícia, bem como de aplicar as sanções e empregar os meios conducentes a atingir o fim colimado, que é a proteção de algum interesse público.” Não existe legislação específica que descreva o procedimento a ser efetuado durante as abordagens policiais ou, até mesmo, as características

das pessoas a serem abordadas. Portanto, é o poder discricionário que permite às polícias, integrantes da Administração Pública, agir como, quando e da forma que lhes convier diante de um caso concreto, desde que não pratiquem ato arbitrário.

A conveniência e a oportunidade são princípios fundamentais que servem de base para o poder discricionário. A conveniência indica em que situações o policial militar vai agir; a oportunidade, por outro lado, define o momento da execução da ação. Se tais princípios não forem observados, o policial incorrerá em abuso de autoridade. Dessa forma, é de extrema importância que o policial militar tenha a capacidade de analisar a situação e utilizar o poder discricionário corretamente, visto que esse poder requer autocontrole e alto nível de profissionalização.

No Manual Técnico-Profissional n.º 3.04.02/2020-CG da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), **a abordagem** é definida como: "uma intervenção policial, rotineira, que se procede por meio de técnicas, táticas e uso de equipamentos proporcionais aos níveis de risco" (Minas Gerais, 2020, p. 70). Este mesmo Manual conceitua abordagem policial como:

> "o conjunto ordenado de ações policiais para **aproximar-se** de uma ou mais pessoas, veículos ou edificações. Tem por objetivo resolver demandas do policiamento ostensivo, como orientações, assistências, identificações, advertências de pessoas, verificações, realização de buscas e detenções" (Minas Gerais, 2020, p. 69, grifo nosso).

O Manual de Policiamento Ostensivo Geral da Polícia Militar do Distrito Federal (M-1-PM, 2021, p. 53) traz o seguinte conceito: "A abordagem policial é o ato de **aproximar-se, ou deixar-se aproximar** e interpelar ou responder uma pessoa a pé, motorizada ou montada com o intuito de identificar, orientar, advertir, assistir, revistar ou prender (grifo nosso)". Além disso, afirma que em nem toda abordagem haverá a necessidade de contato físico do policial militar com o indivíduo, "mas toda busca pessoal começa pela abordagem" (M-1-PM, 2021, p. 53).

No Caderno de Estudos de Policiamento Ostensivo Geral, elaborado por Sousa (2022, p. 40), para o Curso de Formação de Praças da PMPA, assim define-se abordagem policial: "É uma **técnica policial** que objetiva aproximar-se de pessoa(s), a pé ou embarcada(s) em um meio de transporte, que emana(m) indícios de suspeição, por terem praticado ou pela iminência de prática de ilícitos penais (grifo nosso)."

Em síntese, todos estes conceitos levam à conclusão de que a abordagem policial consiste na aproximação do policial ao cidadão pelos mais diversos objetivos. Sanchez (2016), por sua vez, preceitua da seguinte maneira:

> Pode-se tratar a abordagem policial como aquele ato administrativo, em que o policial, capacitado na autoridade que lhe foi conferida, interpela o cidadão, com base em fundadas suspeitas, interferindo assim em direitos e garantias individuais, em prol de um interesse público maior, qual seja, o de proporcionar segurança pública a toda a população (Sanchez, 2016, p. 2).

Dos diversos tipos de abordagem, pode surgir a necessidade de busca pessoal, desde que haja indícios que fundamentem a suspeita de envolvimento do indivíduo em algo ilícito, como trazer consigo arma, drogas ou objeto de crime, o que possa interferir em direitos e garantias individuais de outrem.

Diante de toda a exposição, conclui-se que, ao abordar um cidadão, o policial pratica um ato administrativo. É a Administração Pública, por meio do agente estatal, interferindo no âmbito jurídico do indivíduo, com o objetivo de garantir a supremacia do interesse público. Assim, surge a figura da fundada suspeita, prevista em Lei, como parâmetro para a realização da abordagem policial e busca pessoal, limitando e norteando o agente policial. Considerando que o procedimento de abordagem é uma ferramenta principal de atuação da Polícia Militar, a próxima seção analisará os aspectos legais da busca pessoal e da fundada suspeita.

4 ASPECTOS LEGAIS DA BUSCA PESSOAL E FUNDADA SUSPEITA NA ABORDAGEM POLICIAL

Na seção anterior, restou claro que a abordagem policial é ferramenta de atuação da Polícia Militar no cumprimento de sua missão constitucional de preservação da ordem pública, sendo frequentemente realizada durante o policiamento ostensivo e, quando necessário, de forma repressiva. Nesse contexto, surge a necessidade de busca pessoal. Contudo, esse procedimento tem dividido opiniões, visto que seu requisito de validade é a fundada suspeita, um termo cercado de subjetividade. Portanto, a análise se volta agora para os aspectos legais da busca pessoal e da fundada suspeita.

4.1 BUSCA PESSOAL

O Código de Processo Penal (CPP), em seu Capítulo XI, trata da busca e da apreensão, estipulando, no artigo 240, que a busca será domiciliar ou pessoal, nos seguintes termos:

> Art. 240. A busca será domiciliar ou pessoal.
> § 1º Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para:
> a) prender criminosos;
> b) apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos;
> c) apreender instrumentos de falsificação ou de contratação e objetos falsificados ou contrafeitos;
> d) apreender armas e munições, instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso;
> e) descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu;
> f) apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato;
> g) apreender pessoas vítimas de crimes;
> h) colher qualquer elemento de convicção.
> § 2º Proceder-se-á à busca pessoal quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo arma proibida ou objetos mencionados nas letras b a f e letra h do parágrafo anterior. (Brasil, 1941).

Nesse contexto, a busca pessoal abrange desde bens materiais (roupas, veículo de transporte e o que esteja sendo carregado) até o próprio corpo do indivíduo. De acordo com Nucci (2016, p. 624), “esta última hipótese deve ser tratada com especial zelo e cuidado, pois significa ato extremamente invasivo”, justamente por envolver uma invasão à intimidade do abordado. Por isso, há grande movimentação em torno da busca pessoal e de sua legalidade baseada na fundada suspeita, que limita direitos e garantias individuais.

A maioria das pessoas submetidas à abordagem e à busca pessoal sente constrangimento e tensão, por se tratar de um procedimento que envolve contato direto com o policial. Isso pode desencadear diferentes reações emocionais, como a agressividade e a revolta por parte do abordado. Portanto, é fundamental que o policial militar conheça os conceitos, técnicas e procedimentos da abordagem e paute suas ações naquilo que a lei prevê e autoriza.

É possível constatar frequentemente na mídia situações envolvendo policiais militares e a busca pessoal. Infelizmente, a maioria desses casos apresenta cenas de desrespeito, agressões físicas e verbais; tais fatos produzem reflexos negativos para a Instituição, provocando descontentamento e desconfiança por parte da sociedade. Sabe-se que parte da sociedade associa a ideia da abordagem policial, mais especificamente da busca pessoal, à imputação de que a pessoa que sofre a abordagem é criminosa (Nucci, 2016).

Para dirimir tais questões, a Polícia Militar do Pará utiliza Procedimentos Operacionais Padrão (POP) como forma de padronizar e respaldar a atuação policial do seu efetivo. No que concerne à busca pessoal, os procedimentos são descritos no POP 002.001; já os POP 003.001 e POP 004.001 tratam da abordagem policial com 2 e 3 policiais em diferentes processos.

No POP 002.001 (Busca Pessoal), a atividade crítica definida é: “Contato físico com os abordados e identificação de objetos ilícitos que ameacem a integridade física do policial” (Pará, 2021, p. 68). Na sequência das ações, descreve-se como o policial militar deve agir, realizando a busca preliminar e a busca minuciosa. Todas as ações demandam atitudes atentas e firmes, porém respeitosas com o cidadão abordado.

Nos POPs 003.001 e 004.001 são descritos os procedimentos de abordagem policial com 2 ou 3 policiais militares, abrangendo diferentes processos: a pedestre, a veículo (carro, motocicleta, bicicleta, caminhão e ônibus). Em todos estes processos, a atividade crítica definida é a “Aproximação e Busca Pessoal”. A aproximação é o primeiro ato descrito, tendo como motivação a fundada suspeita:

> 1 **APROXIMAÇÃO**
> 1.1 Todos os patrulheiros:
> 1.1.1 Identificar os pedestres **sob fundada suspeita**;
> 1.1.2 Observar se algum objeto foi arremessado ou escondido.
> (...)
> 1.2 1º Patrulheiro (comandante):
> 1.2.1 Decidir pela realização da abordagem;
> (...)
> (Pará, 2021, p. 99, grifo nosso).

Nos referidos POPs, verifica-se que o respaldo fornecido ao policial é a fundada suspeita. Contudo, não há definição sobre o que é o instituto, nem o que ele representa na doutrina e nas recentes decisões da jurisprudência, a qual se debruça em analisar situações concretas para determinar a legalidade ou ilegalidade da abordagem. A indefinição do termo pode trazer implicações negativas tanto para a Instituição quanto para o policial militar, cujas ações podem ser consideradas ilegais caso o entendimento jurisprudencial divirja da conduta policial.

É inseguro para o policial não ter uma definição concreta de um conceito fundamental para a atividade, como a abordagem, que é a principal ferramenta de atuação na promoção da ordem pública e na prevenção de ilícitos penais, e que frequentemente resulta em busca pessoal. Portanto, é necessário analisar o que a doutrina e a jurisprudência estabelecem sobre a fundada suspeita.

4.2 FUNDADA SUSPEITA

A fundada suspeita é requisito essencial para a realização da abordagem policial e posterior busca pessoal. Todavia, existe uma grande dificuldade em se determinar na doutrina qual seria a definição do termo **fundada suspeita**.

O artigo 240, § 2º, e o artigo 244 do Código de Processo Penal (CPP) preveem a realização da busca pessoal sem mandado judicial, condicionando a execução do procedimento à existência de fundada suspeita, que determinará o indivíduo a ser revistado.

No que tange à fundada suspeita, Nucci (2016, p. 625) traz o seguinte posicionamento:

> É requisito essencial e indispensável para a realização da busca pessoal, consistente na revista do indivíduo. Suspeita é uma desconfiança ou suposição, algo intuitivo e frágil, por natureza, razão pela qual a norma exige fundada suspeita, que é mais concreto e seguro. Assim, quando um policial desconfiar de alguém, não poderá valer-se, unicamente, de sua experiência ou pressentimento, necessitando, ainda, de algo mais palpável, como a denúncia feita por terceiros de que pessoa porta o instrumento usado para o cometimento do delito, bem como pode ele mesmo visualizar uma saliência sob a blusa do sujeito, dando nítida impressão de se tratar de um revólver. Enfim, torna-se impossível e impróprio enumerar todas as possibilidades autorizadoras de uma busca, mas continua sendo curial destacar que a autoridade encarregada da investigação e seus agentes podem – e devem – revistar pessoas em busca de armas, instrumentos do crime,

> objetos necessários à prova do fato delituoso, elementos de convicção, entre outros, agindo escrupulosa e fundamentadamente (Nucci, 2016, p. 625).

Desse modo, o autor tenta delimitar a subjetividade do policial militar ao realizar a busca pessoal em uma situação de flagrante. É notável que não existe um rol taxativo do que seria a suspeição fundamentada e de quais situações se enquadrariam na materialização de um crime ou de um possível criminoso. Assim, a discricionariedade do policial é acionada para analisar a situação e adotar uma postura a partir de seu convencimento de que há, naquele caso, fundamento para a suspeição.

Em contrapartida, Lopes Jr. (2014) afirma que não há a possibilidade de determinar uma definição para o termo "fundada suspeita", pois se trata de:

> Uma cláusula genérica, de conteúdo vago, impreciso e indeterminado, que remete à ampla e plena subjetividade (e arbitrariedade) do policial. [...] Trata-se de um ranço autoritário de um Código de 1941. Assim, por mais que se tente definir a "fundada suspeita", nada mais se faz que pura ilação teórica, pois os policiais continuarão abordando quem e quando eles quiserem (Lopes Jr., 2014, p. 739).

A exigência de que a suspeita seja "fundada", citada no Código de Processo Penal (CPP), não é um mero adjetivo, mas sim um critério de legalidade constitucional balizado. Ela impõe que a discricionariedade policial seja exercida dentro de balizas objetivas, demonstrando a probabilidade de que o indivíduo esteja na posse dos elementos elencados no artigo 240 do mencionado CPP. Essa fundamentação, portanto, atua como um filtro que protege o cidadão da arbitrariedade estatal.

Essa divergência jurisprudencial polariza-se em duas correntes: de um lado, a corrente objetiva estrita, que exige a existência de elementos fáticos prévios que liguem o indivíduo a uma atividade criminosa, não admitindo que comportamentos inespecíficos de fuga, como por exemplo, nervosismo ou evasão, configurem a fundada suspeita por si sós. De outro lado, a corrente mista, que, embora reconheça a necessidade de objetividade, flexibiliza esse critério ao admitir a conjugação de fatores subjetivos e circunstâncias.

Diante a ausência de pacificação, a análise dos julgados do STJ no ano de 2022 torna-se crucial, pois este período representa um marco na tentativa de se estabelecer um critério interpretativo mínimo. A seção 5 não apenas sintetiza as decisões, mas buscará identificar a linha de corte adotada pelas Turmas do STJ, mapeando os fatores que, isolada ou conjuntamente, têm sido considerados válidos ou insuficientes para legitimar a busca pessoal e a subsequente obtenção de provas.

5 AS DECISÕES DO STJ NO ANO DE 2022 ENVOLVENDO BUSCA PESSOAL E FUNDADA SUSPEITA NA ABORDAGEM POLICIAL

Os atos da Polícia Militar devem estar limitados pelos parâmetros da legalidade, legitimidade, razoabilidade, interesse público, finalidade e impessoalidade. O respeito a tais princípios administrativos é de suma importância para a legitimação da conduta do policial militar durante a realização da busca pessoal, pois, segundo Carvalho Filho (2015, p. 18) "são os postulados fundamentais que inspiram todo o modo de agir da Administração Pública".

Considerando que a abordagem policial é um ato administrativo, inerente à atividade de policiamento ostensivo e que resulta frequentemente em busca pessoal, e que há a exigência da fundada suspeita para respaldar a ação do policial militar, busca-se na jurisprudência um meio de uniformizar e estabilizar a aplicação da lei. Recorre-se a esta fonte do Direito, pois

seu objetivo é uniformizar o entendimento jurídico sobre um mesmo tema, proporcionando segurança jurídica e previsibilidade. De acordo com Meirelles (2015):

> A jurisprudência, traduzindo a reiteração dos julgamentos num mesmo sentido, influencia poderosamente a construção do Direito, e especialmente a do Direito Administrativo, que se ressente de sistematização doutrinária e de codificação legal. A jurisprudência tem um caráter mais prático, mais objetivo, que a doutrina e a lei, mas nem por isso se aparta de princípios teóricos que, por sua persistência nos julgados, acabam por penetrar e integrar a própria Ciência Jurídica (Meirelles, 2015, p. 49).

A jurisprudência, portanto, é um importante instrumento para o aprofundamento na temática em estudo, permitindo que o policial militar entenda a visão e o entendimento atual dos tribunais sobre o tema. Assim, ele pode obter maior amparo legal para atuar nas mais diversas situações que ocorrem durante o serviço diário.

Diante de todo o exposto, passa-se à análise dos julgados mais recentes e relevantes à atividade policial militar, especificamente, aqueles que tratam da abordagem policial e da busca pessoal. O intuito desse estudo é identificar o papel das decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre os contornos judiciais da fundada suspeita no policiamento ostensivo preventivo no ano de 2022. A relevância reside na preocupação em examinar os limites apontados pela jurisprudência em ocorrências de fatos concretos ligados à norma, e não apenas na análise da lei em seu caráter hipotético e genérico. Busca-se, assim, conhecer o entendimento jurisprudencial acerca do procedimento da busca pessoal e da abordagem policial baseada na fundada suspeita.

Para tanto, a metodologia consiste em expor o caso relevante e tecer comentários a respeito do assunto, com o objetivo de fomentar reflexões, dirimir dúvidas e direcionar o policial militar à melhor conduta a ser praticada em sua atividade profissional. Serão analisados cinco julgados do ano de 2022 que envolvem abordagem policial e busca pessoal.

O primeiro julgado a ser analisado é o AgRg no HC 734263/RS, da Sexta Turma do STJ, que estabeleceu a ilegalidade da busca pessoal e veicular provocada por denúncia anônima desacompanhada de elementos concretos da atividade criminosa supostamente realizada.

> AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ILEGALIDADE FLAGRANTE PRELIMINAR AO MÉRITO AFERÍVEL DE OFÍCIO. PROVAS ILÍCITAS. BUSCA PESSOAL E VEICULAR. DENÚNCIA ANÔNIMA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CONCRETOS. FUNDADA SUSPEITA INEXISTENTE. NULIDADE. ABSOLVIÇÃO. EXTENSÃO AO CORRÉU (ART. 580 DO CPP). 1. Segundo a orientação desta Corte, **exige-se, em termos de standard probatório para busca pessoal ou veicular sem mandado judicial, a existência de fundada suspeita (justa causa)** - baseada em um juízo de probabilidade, descrita com a maior precisão possível, aferida de modo objetivo e devidamente justificada pelos indícios e circunstâncias do caso concreto - **de que o indivíduo esteja na posse de drogas, armas ou de outros objetos ou papéis que constituam corpo de delito, evidenciando-se a urgência de se executar a diligência.** Assim, não satisfazem a exigência legal, por si sós, meras informações de fonte não identificada (e. g. denúncias anônimas) ou intuições e impressões subjetivas, intangíveis e não demonstráveis de maneira clara e concreta, apoiadas, por exemplo, exclusivamente, no tirocínio policial (RHC n. 158.580/BA, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 25/4/22). 2. Hipótese em que, da mera leitura dos fatos constantes na sentença, exsurge a ilegalidade da revista pessoal e veicular realizada, uma vez que fundada apenas em denúncia anônima, sem qualquer outro elemento concreto que demonstrasse a justa causa para a diligência policial. 3. Agravo regimental improvido (STJ - AgRg no HC: 734263 RS 2022/0100276-4, Data de Julgamento: 14/06/2022, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 20/06/2022).

Percebe-se que esta decisão reforça a necessidade de a fundada suspeita (justa causa) existir e estar descrita com precisão, de forma objetiva e justificada pelas circunstâncias do caso concreto. O julgado complementa, ainda, que deve haver evidência de urgência para que o policial militar realize a busca pessoal. Portanto, a mera denúncia anônima, desacom-

panhada de outros elementos concretos, não é suficiente para configurar a necessária justa causa para a busca pessoal e veicular.

Em continuidade ao raciocínio, o julgado AgRg no RHC 161806/BA, também da Sexta Turma do STJ, detalha quais elementos, além da denúncia anônima, não caracterizam a fundada suspeita:

> PENAL E PROCESSO PENAL. NULIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. REVISTA PESSOAL. APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO FIRMADO NO RHC N. 158.580/BA. NULIDADE RECONHECIDA. DETERMINADO O TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL E A REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. 1. A Sexta Turma, ao julgar o Recurso em habeas corpus n. 158.580/BA, de relatoria do Ministro Rogério Schietti, entendeu que **"não satisfazem a exigência legal, por si sós, meras informações de fonte não identificada (e.g. denúncias anônimas) ou intuições e impressões subjetivas, intangíveis e não demonstráveis de maneira clara e concreta, apoiadas, por exemplo, exclusivamente, no tirocínio policial"**. Ante a ausência de descrição concreta e precisa, pautada em elementos objetivos, a classificação subjetiva de determinada atitude ou aparência como suspeita, ou de certa reação ou expressão corporal como nervosa, não preenche o *standard* probatório de "fundada suspeita" exigido pelo art. 244 do CPP (RHC n. 158.580/BA, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/4/2022, DJe 25/4/2022). 2. Dessa forma, restando consignado na decisão que homologou a prisão preventiva que o agente foi abordado porque estaria em atitude suspeita e em local ermo, de rigor o reconhecimento da nulidade arguida. Reconhecida a nulidade da busca pessoal, determinou-se o trancamento da ação penal com a revogação da prisão preventiva. 3. Agravo regimental desprovido (STJ - AgRg no RHC: 161806 BA 2022/0070308-9, Data de Julgamento: 14/06/2022, T6 – SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 20/06/2022).

Neste julgado, consideram-se insuficientes para configurar a fundada suspeita e justificar a busca pessoal os seguintes elementos: meras informações de fonte não identificada (denúncias anônimas), intuições e impressões subjetivas (como tirocínio policial) ou classificações abstratas (como atitude suspeita, aparência ou nervosismo/expressão corporal).

O terceiro julgado, REsp 1961459/SP, também da Sexta Turma, corrobora o entendimento anterior, firmando que o nervosismo do averiguado, isoladamente, não é motivo suficiente para caracterizar a fundada suspeita:

> RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. BUSCA PESSOAL. REQUISITOS DO ART. 244 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. AUSÊNCIA DE FUNDADA SUSPEITA. ABORDAGEM EM VIA PÚBLICA MOTIVADA APENAS POR IMPRESSÃO DE NERVOSISMO. ILICITUDE DAS PROVAS OBTIDAS. ABSOLVIÇÃO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. **A percepção de nervosismo do averiguado por parte de agentes públicos é dotada de excesso de subjetivismo e, por isso, não é suficiente para caracterizar a fundada suspeita para fins de busca pessoal**, medida invasiva que exige mais do que mera desconfiança fundada em elementos intuitivos. 2. À falta de dados concretos indicativos de fundada suspeita, deve ser considerada nula a busca pessoal amparada na impressão de nervosismo do Acusado por parte dos agentes públicos. 3. Recurso especial provido, a fim de anular as provas obtidas ilicitamente, bem como as provas delas decorrentes e, em consequência, absolver o Recorrente, nos termos do art. 386, inciso II, do Código de Processo Penal (STJ - REsp: 1961459 SP 2021/0044017-0, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 05/04/2022, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 08/04/2022).

O quarto julgado analisado, o RHC 158580/BA, é o marco divisor da Sexta Turma do STJ no tema. Nele, a Corte exige do policial militar elementos objetivos durante a abordagem, tais como a posse de drogas, armas ou outros objetos ou papéis que constituam corpo de delito:

> RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. BUSCA PESSOAL. AUSÊNCIA DE FUNDADA SUSPEITA. ALEGAÇÃO VAGA DE " ATITUDE SUSPEITA" . INSUFICIÊNCIA. ILICITUDE DA PROVA OBTIDA. TRANCAMENTO DO PROCESSO. RECURSO PROVIDO. 1. Exige-se, em termos de *standard* probatório para busca pessoal ou veicular sem mandado judicial, a existência de fundada suspeita (justa causa) – baseada em um juízo de probabilidade,

descrita com a maior precisão possível, aferida de modo objetivo e devidamente justificada pelos indícios e circunstâncias do caso concreto – de que o indivíduo esteja na posse de drogas, armas ou de outros objetos ou papéis que constituam corpo de delito, evidenciando-se a urgência de se executar a diligência. 2. Entretanto, **a normativa constante do art. 244 do CPP não se limita a exigir que a suspeita seja fundada. É preciso, também, que esteja relacionada à " posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito"**. Vale dizer, há uma necessária referibilidade da medida, vinculada à sua finalidade legal probatória, a fim de que não se converta em salvo-conduto para abordagens e revistas exploratórias (*fishing expeditions*), baseadas em suspeição genérica existente sobre indivíduos, atitudes ou situações, sem relação específica com a posse de arma proibida ou objeto (droga, por exemplo) que constitua corpo de delito de uma infração penal. O art. 244 do CPP não autoriza buscas pessoais praticadas como "rotina" ou " praxe" do policiamento ostensivo, com finalidade preventiva e motivação exploratória, mas apenas buscas pessoais com finalidade probatória e motivação correlata. 3. Não satisfazem a exigência legal, por si sós, meras informações de fonte não identificada (e.g. denúncias anônimas) ou intuições e impressões subjetivas, intangíveis e não demonstráveis de maneira clara e concreta, apoiadas, por exemplo, exclusivamente, no tirocínio policial. Ante a ausência de descrição concreta e precisa, pautada em elementos objetivos, a classificação subjetiva de determinada atitude ou aparência como suspeita, ou de certa reação ou expressão corporal como nervosa, não preenche o *standard* probatório de " fundada suspeita" exigido pelo art. 244 do CPP. 4. **O fato de haverem sido encontrados objetos ilícitos – independentemente da quantidade – após a revista não convalida a ilegalidade prévia, pois é necessário que o elemento "fundada suspeita de posse de corpo de delito" seja aferido com base no que se tinha antes da diligência.** Se não havia fundada suspeita de que a pessoa estava na posse de arma proibida, droga ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, não há como se admitir que a mera descoberta casual de situação de flagrância, posterior à revista do indivíduo, justifique a medida. 5. A violação dessas regras e condições legais para busca pessoal resulta na ilicitude das provas obtidas em decorrência da medida, bem como das demais provas que dela decorrerem em relação de causalidade, sem prejuízo de eventual responsabilização penal do (s) agente (s) público (s) que tenha (m) realizado a diligência. 6. Há três razões principais para que se exijam elementos sólidos, objetivos e concretos para a realização de busca pessoal – vulgarmente conhecida como " dura", " geral", " revista", " enquadro" ou " baculejo" – , além da intuição baseada no tirocínio policial: a) evitar o uso excessivo desse expediente e, por consequência, a restrição desnecessária e abusiva dos direitos fundamentais à intimidade, à privacidade e à liberdade (art. 5º, caput, e X, da Constituição Federal), porquanto, além de se tratar de conduta invasiva e constrangedora – mesmo se realizada com urbanidade, o que infelizmente nem sempre ocorre – , também implica a detenção do indivíduo, ainda que por breves instantes; b) garantir a sindicabilidade da abordagem, isto é, permitir que tanto possa ser contrastada e questionada pelas partes, quanto ter sua validade controlada a posteriori por um terceiro imparcial (Poder Judiciário), o que se inviabiliza quando a medida tem por base apenas aspectos subjetivos, intangíveis e não demonstráveis; c) evitar a repetição – ainda que nem sempre consciente – de práticas que reproduzem preconceitos estruturais arraigados na sociedade, como é o caso do perfilamento racial, reflexo direto do racismo estrutural. [...] 15. Na espécie, **a guarnição policial "deparou com um indivíduo desconhecido em atitude suspeita" e, ao abordá-lo e revistar sua mochila, encontrou porções de maconha e cocaína em seu interior, do que resultou a prisão em flagrante do recorrente. Não foi apresentada nenhuma justificativa concreta para a revista no recorrente além da vaga menção a uma suposta "atitude suspeita", algo insuficiente** para tal medida invasiva, conforme a jurisprudência deste Superior Tribunal, do Supremo Tribunal Federal e da Corte Interamericana de Direitos Humanos. 16. Recurso provido para determinar o trancamento do processo (STJ - RHC: 158580 BA 2021/0403609-0, Relator: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Data de Julgamento: 19/04/2022, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/04/2022).

Observa-se que, nas quatro circunstâncias analisadas, a busca pessoal foi julgada ilegal em razão da ausência de elementos concretos e objetivos que justificassem a medida. A Sexta Turma do STJ tem sido enfática ao rejeitar a denúncia anônima desacompanhada de outros elementos, a subjetividade policial e as expressões corporais (como nervosismo) como fundamento idôneo de suspeição. O *standard* probatório exigido é que haja dados concretos indicando que o indivíduo está na posse de elementos que constituam corpo de delito, conforme as previsões do Código de Processo Penal.

Diferentemente dos julgados anteriores, o AgRg no HC 720471/SP, da Quinta Turma do STJ, apresenta um exemplo de atuação policial militar considerada legítima, a qual deve servir de parâmetro para a conduta dos agentes de segurança pública. A Corte manifestou-se nos seguintes termos:

> AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. NÃO CABIMENTO. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. APREENSÃO DE EXPRESSIVA QUANTIDADE DE DROGAS. APETRECHOS. ENVOLVIMENTO HABITUAL COM A NARCOTRAFICÂNCIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. BUSCA PESSOAL. FUNDADAS RAZÕES. INTELIGÊNCIA POLICIAL. ATITUDE SUSPEITA DO AGENTE. DECISÃO FUNDAMENTADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A imprescindibilidade da prisão preventiva justificada no preenchimento dos requisitos dos arts. 312, 313 e 315 do CPP impede a aplicação das medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do CPP. 2. A apreensão de instrumentos geralmente utilizados nas atividades relacionadas ao tráfico de entorpecentes (balança de precisão, embalagens, caderno de anotações), de expressiva quantidade de dinheiro e de elevada quantidade e variedade de drogas evidencia o envolvimento habitual do agente com a narcotraficância. 3. As condições pessoais favoráveis do agente não impedem, por si sós, a manutenção da segregação cautelar devidamente fundamentada. 4. **Nos termos do art. 244 do CPP, a busca pessoal independerá de mandado quando houver prisão ou fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida, de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou ainda quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.** 5. A busca pessoal é legítima se amparada em fundadas razões, se devidamente justificada pelas circunstâncias do caso concreto. 6. Agravo regimental desprovido (STJ - AgRg no HC: 720471 SP 2022/0023872-5, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 22/02/2022, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/02/2022).

Desse julgado, depreende-se que a ação policial foi corretamente conduzida, pois, de acordo com os autos, foram fornecidos elementos concretos, objetivos e relacionados à prática de delito por parte do indivíduo abordado, confirmando a incidência de fundadas suspeitas que legitimaram a busca pessoal, conforme o artigo 244 do CPP. A correta fundamentação evitou que o procedimento fosse contestado quanto à sua legalidade. Portanto, ressalta-se a importância do conhecimento da lei e de seu entendimento nos tribunais superiores por parte do agente aplicador da busca pessoal.

Numa análise temporal dos julgados apresentados, observa-se que a única decisão que validou a busca pessoal foi proferida pela Quinta Turma do STJ (24 de fevereiro de 2022), sendo seguida por quatro decisões desfavoráveis da Sexta Turma. Essa divergência mostra que a jurisprudência não é pacífica em torno da configuração da fundada suspeita, demonstrando a necessidade de constante acompanhamento judicial para que o policial militar evite a prática de atos ilegais durante o policiamento ostensivo diário.

Nestas decisões, foram pontuadas questões relevantes que cercam a atuação policial militar e que precisam ser inseridas nas ações da Polícia Militar do Pará, principalmente, por meio dos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs).

O STJ estabeleceu três razões principais para a exigência de elementos sólidos, objetivos e concretos para a busca pessoal: 1) Evitar o uso excessivo do expediente e, por consequência, a restrição desnecessária e abusiva dos direitos fundamentais à intimidade, à privacidade e à liberdade (art. 5º, caput, e X, da Constituição Federal); 2) Garantir a sindicabilidade da abordagem, ou seja, permitir que a medida seja contrastada, questionada e tenha sua validade controlada posteriormente pelo Poder Judiciário; 3) Evitar a prática que reproduz preconceitos estruturais arraigados na sociedade, como é o caso do perfilamento racial, reflexo direto do racismo estrutural.

Neste contexto, conclui-se que o papel das decisões do STJ sobre a fundada suspeita é fornecer elementos objetivos que orientem a atuação da polícia militar, cuja ferramenta imprescindível para a atividade de policiamento ostensivo é a abordagem policial, que resulta frequentemente em busca pessoal e que precisa justificar da forma mais contundente possível o que configurou a suspeição do indivíduo abordado.

Por fim, vislumbra-se que a discussão desta problemática sirva como um chamamento para a necessidade de revisão e atualização do POP da Polícia Militar do Pará que trata sobre a busca pessoal. O objetivo é garantir o respeito aos indivíduos e à sociedade, e preservar a reputação da Instituição e dos policiais contra inverdades e calúnias veiculadas nas mídias sociais.

Nesse sentido, é prudente que o referido POP inclua recomendações aos policiais, como: agir com cautela para não desrespeitar os direitos do cidadão; realizar o procedimento correto quando no momento da busca pessoal, seguindo fielmente as orientações dos dispositivos legais; fazer justificativas claras, detalhadas e objetivas em seus relatórios operacionais e boletins de ocorrência; apresentar exemplos (os mais corriqueiros e prováveis) de como e quando há a incidência da fundada suspeita de forma objetiva e, também, exemplos de como e quando não proceder com a busca pessoal (critérios apenas subjetivos), com base nas decisões judiciais analisadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O policiamento ostensivo preventivo é, constitucionalmente, previsto para as polícias militares brasileiras. Nesta missão, a abordagem policial se destaca como uma das principais ferramentas de atuação, da qual resulta a busca pessoal com frequência. Essa atividade tem levantado muita discussão em razão da exigência de fundada suspeita, devidamente prevista no Código de Processo Penal. No entanto, nem a lei, nem os doutrinadores, ou a jurisprudência alcançam um consenso para a definição concreta do que seja o instituto da *fundada suspeita.*

Ao longo do presente artigo, observou-se que o tratamento dado aos estudos acerca da definição do instituto da fundada suspeita é escasso e impreciso. Tal termo é cercado de subjetividade, abrindo margem para a atuação discricionária do policial militar, que, revestido do poder de polícia, atua na garantia da ordem pública.

Dado o silêncio doutrinário em relação ao instituto, passou-se ao estudo da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em relação ao caso concreto. As decisões do STJ no ano de 2022 permitiram perceber uma limitação à discricionariedade do policial militar quanto à configuração da fundada suspeita, consolidando a tese de que o instituto não pode ser provado com base apenas em aspectos subjetivos, necessitando de algo mais palpável e objetivo.

Nesse sentido, a Polícia Militar do Pará, por meio de seu Procedimento Operacional Padrão (POP), busca suprir a lacuna legal, estabelecendo procedimentos para orientar a atuação de seus policiais e fornecendo um dispositivo institucional de respaldo. Entretanto, é imprescindível atualizar os POPs relacionados à abordagem e busca pessoal, incorporando um conceito mais específico de fundada suspeita, em conformidade com o entendimento reiterado do STJ acerca da legalidade do procedimento policial.

A busca pessoal é instrumento lícito e eficaz no combate aos crimes, resultando na apreensão de drogas e armas, conforme demonstrado ao longo do trabalho. Contudo, a ausência de um embasamento consistente, técnico e jurídico pode levar ao reconhecimento da ilegalidade do procedimento durante a persecução penal, com consequente trancamento da

ação. Essa conclusão foi confirmada nos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça aqui apresentados, nos quais a maioria das decisões resultou no trancamento da ação penal por vício de legalidade no procedimento da busca pessoal.

O papel das decisões do STJ é, justamente, fornecer subsídio para orientar a forma legal de os agentes públicos exercerem suas atividades, garantindo a ordem pública e os direitos individuais e fundamentais dos cidadãos. Portanto, é de fundamental importância que as instituições policiais estejam atualizadas do entendimento dos tribunais, evitando o cometimento de atos ilegais por seus agentes.

Em conclusão, a busca pessoal é legal e prevista no ordenamento jurídico pátrio, desde que confirmada a existência de fundada suspeita, instituto que necessita de maiores debates e regulamentação. Neste contexto, sugere-se que a PMPA atualize seu POP sobre busca pessoal, considerando a jurisprudência do STJ, a fim de estabelecer de forma mais objetiva os elementos da fundada suspeita. Dessa forma, o policial militar possuirá maior segurança jurídica em suas condutas, evitando que suas ações sejam consideradas ilegais e nulas em sede de processo judicial.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Código de Processo Penal. **Decreto-Lei n.º 3.689**, de 3 de outubro de 1941.

BRASIL. Código Tributário Nacional. **Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966.** São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. 1988.

BRASIL. **Decreto n.º 88.777, de 30 de setembro de 1983**. Aprova o regulamento para as policias militares e corpos de bombeiros militares (R-200). Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 4 out. 1983. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D88777.htm>. Acesso em: 17 abr. 2023.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental em Habeas Corpus**: 720471 SP 2022/0023872-5. Relator João Otávio de Noronha. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/1392929337>. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental em Habeas Corpus**: 734263 RS 2022/0100276v-4. Relator Sebastião Reis Júnior. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/1551179201>. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Ordinário em Habeas Corpus**: 161806 BA 2022/0070308-9. Relator Antônio Saldanha Palheiro. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/1551180886>. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial**: 1961459 SP 2021/0044017-0. Relator Laurita Vaz. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/1482586889>. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça. Recurso Ordinário em Habeas Corpus**: 158580 BA 2021/0403609-0. Relator Rogério Schietti Cruz. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/1473947951>. Acesso em: 25 abr. 2023.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo.** 28. ed. rev., ampl. e atual. até 31-12-2014. – São Paulo: Atlas, 2015.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2014.

DISTRITO FEDERAL. **Manual de Policiamento Ostensivo Geral da Polícia Militar do Distrito Federal - M-1-PM**. 2ª ed., 2021.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia cientifica**. 5.ed. São Paulo: Atlas 2003.

LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. 11ª ed., São Paulo: Saraiva, 2014.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 37 ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. **Manual Técnico-Profissional n.° 3.04.02/2020:** Abordagem a pessoas. Comando-Geral. Belo Horizonte: Assessoria Estratégica de Operações (PM3), 2020.

MONET, Jean-Claude. **Polícia e sociedades na Europa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. 15. ed. São Paulo: Editora Forense, 2016. 1525 p.

PARÁ. Polícia Militar do Pará. **Procedimento Operacional Padrão:** policiamento ostensivo geral/ Policia Militar do Pará, Estado Maior 7ª Seção – Belém: PMPA, 2021.

SANCHEZ, Diego Moscoso. A fundada suspeita como pressuposto de legalidade na abordagem policial. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIX, n. 153, out 2016. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/a-fundada-suspeita-como-pressuposto-de-legalidade-na-abordagem-policial/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

SOUSA, Maxwell Matos de. Caderno de Estudos. **Policiamento Ostensivo Geral**. Curso de Formação de Praças da Polícia Militar do Pará, 2022.

Fotografia: ASCOM.



Entrevista

Educação de qualidade para a Segurança Pública: Entrevista com o Cel PM Ricardo André Bilóia da Silva

Júlio Ildefonso Damasceno Ferreira[1]
Elcimar Maria de Oliveira Lima[2]



[1] Especialista em Gestão Estratégica em Defesa Social – IESP/UEPA; Especialista em Gestão Governamental – CESUPA; Bacharel em Defesa Social - IESP/UEPA; Licenciatura Plena em Educação Física – UEPA; Tenente Coronel PM; Chefe da 8ª Seção do Estado-Maior Geral da PMPA (EMG/PMPA).

julioedufisica@gmail.com

ORCID: 0000-0003-1464-5021

[2] Doutora em Sociologia e Antropologia (UFPA); Mestre em Sociologia (UFPA); Especialista em Língua Portuguesa (UFPA); Graduada em Língua Portuguesa e Inglesa (UPFA); Capitã da Reserva Remunerada e Auxiliar da 8ª Seção do Estado-Maior Geral da PMPA (EMG/PMPA).

limaelci@gmail.com

ORCID: 0009-0007-8833-5049

A educação é um pilar fundamental para o sucesso de qualquer Instituição e na área da Segurança Pública, contribui para o serviço público de excelência. Para aprofundar o entendimento sobre o papel estratégico da formação na Polícia Militar do Pará, temos o privilégio de conversar com o Coronel Ricardo André Bilóia da Silva, Chefe do Departamento-Geral de Educação e Cultura (DGEC), o qual possui uma trajetória marcada pelo amplo histórico acadêmico e operacional. É Mestre em Segurança Pública e Pós-graduado em Direito Ambiental e Políticas Públicas, Gestão e Segurança Ambiental (todos pela UFPA), além de Gestão Estratégica em Defesa Social (IESP). Sua dedicação foi reconhecida com a “Medalha General Ferreira Coelho”, um mérito que ele conquistou por ter alcançado duas vezes a primeira colocação em curso institucional, uma no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CFO) e outra no Curso Superior de Polícia (CSP). Ressalta-se que além de sua função de gestor, é um educador comprometido, atuando como professor e orientador em diversos cursos de formação, adaptação e aperfeiçoamento, realizados nos últimos anos dentro da Corporação visando a qualificar o efetivo. Nesta entrevista exclusiva, o Chefe do DGEC irá compartilhar as experiências e lições de sua Gestão, detalhando sua inspiradora trajetória profissional e, principalmente, abordando os desafios e conquistas no âmbito educacional da PMPA. Acompanhe nossa conversa e descubra como a Polícia Militar do Pará está investindo ativamente em educação de qualidade para seus integrantes, um pilar essencial para aprimorar a atuação policial e contribuir para a construção de uma sociedade paraense mais segura e bem assistida.

O que o motivou a ingressar na Polícia Militar do Pará e seguir a carreira de Oficial da Corporação?

> **“Desde jovem, sempre tive o desejo de contribuir para o bem-estar e a segurança das pessoas. Esse sentimento foi influenciado pela minha família, formada por militares. Meu pai e meus irmãos também seguiram carreira na Corporação, o que me fez valorizar desde cedo a hierarquia, a disciplina e o compromisso com o dever.”**

Desde jovem, sempre tive o desejo de contribuir para o bem-estar e a segurança das pessoas. Esse sentimento foi influenciado pela minha família, formada por militares — meu pai e meus irmãos também seguiram carreira na Corporação, o que me fez valorizar desde cedo a hierarquia, a disciplina e o compromisso com o dever.

Antes de ingressar na Polícia Militar do Pará, estar cursando direito e servir o Exército Brasileiro, no Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR), facilitaram a minha adaptação na Corporação, vez que essas experiências colaboraram para fortalecer minha vocação e definir meu caminho profissional.

Escolher a Polícia Militar do Pará foi, portanto, uma decisão natural. Pela sua história, tradição e papel essencial na proteção da sociedade paraense, encontrei na carreira de Oficial a oportunidade de unir o desejo de servir com a responsabilidade de liderar pessoas, contribuindo para o crescimento da instituição e ajudar pessoas.

> **“Escolher a Polícia Militar do Pará foi, portanto, uma decisão natural.”**

Nestes 27 anos de serviços prestados à PMPA, o senhor desempenhou diversas funções - como Chefe da Consultoria Jurídica da PMPA, Assessor da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), Chefe da 1ª Seção do Estado-Maior Geral (PM/1), Controladoria Interna da PMPA, Membro do Alto Comando da PMPA e Corregedor Geral da PMPA. De que forma essa ampla trajetória profissional contribuiu para prepará-lo para assumir a chefia do Departamento-Geral de Educação e Cultura da PMPA, responsável pela formação e capacitação dos policiais militares ao longo de suas carreiras?

Com mais de 27 anos de atuação na Polícia Militar do Pará, iniciei minha carreira no 1º Batalhão de Polícia Militar, onde tive meus primeiros aprendizados sobre a rotina e os valores da vida militar. Após isso, ao longo do tempo, trabalhei em diferentes Unidades, tanto operacionais quanto administrativas, adquirindo experiências em diversas áreas da Corporação.

Nos últimos anos, já no posto atual, venho desempenhando funções de gestão, entre as quais se destacam as de Corregedor Geral e de Chefe das áreas de Consultoria Jurídica, Controladoria Interna e Educação e Cultura da Corporação. O exercício dessas atividades ampliou minha compreensão sobre o funcionamento da Instituição e reforçou a convicção de que a formação e a capacitação contínua são essenciais para o fortalecimento da Polícia Militar e para a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

> **“[...] a formação e a capacitação contínua são essenciais para o fortalecimento da Polícia Militar e para a melhoria dos serviços prestados à sociedade.”**

Considerando todas as funções desenvolvidas pelo Senhor em diversos setores da Corporação, quais foram até aqui as principais vantagens profissionais em atuar nesses diferentes contextos? E, aproveitando, poderia nos falar um pouco sobre os principais desafios e atribuições da carreira do Chefe do DGEC?

> **“[...] a necessidade de modernizar continuamente os processos de ensino e aprendizagem, acompanhando as mudanças pedagógicas, tecnológicas e sociais.”**

A principal vantagem dessa função é desenvolver uma visão ampla da Corporação, compreendendo os desafios do policiamento e os aspectos legais, administrativos e humanos envolvidos. A chefia do DGEC apresenta desafios complexos e estratégicos, entre eles a necessidade de modernizar continuamente os processos de ensino e aprendizagem, acompanhando as mudanças pedagógicas, tecnológicas e sociais.

Isso inclui formar policiais cada vez mais preparados, tanto do ponto de vista técnico quanto ético e humano. Outro desafio importante é equilibrar tradição e inovação, preservar os valores e a cultura da Polícia Militar, ao mesmo tempo em que se incorporam novas práticas educacionais, como a educação por competências, metodologias ativas e o uso de ferramentas digitais. Também é essencial manter o engajamento de instrutores e alunos, garantindo que o ensino militar una disciplina e hierarquia com pensamento crítico, responsabilidade social e compromisso com o bem comum.

Por fim, a liderança no DGEC exige sensibilidade para compreender as necessidades da tropa e direcionar a formação do policial militar de acordo com os valores democráticos, os direitos humanos e a missão de servir e proteger a sociedade.

> **“[...] desafio importante é equilibrar tradição e inovação, preservar os valores e a cultura da Polícia Militar, ao mesmo tempo em que se incorporam novas práticas educacionais [...]”**

> **“[...] direcionar a formação do policial militar de acordo com os valores democráticos, os direitos humanos e a missão de servir e proteger a sociedade.”**

Antes da publicação da atual Diretriz-Geral de Educação em dezembro de 2024, qual era a norma que regulamentava o Sistema de Educação da PMPA? E quais eram as principais características ou limitações dessa normativa anterior?

Antes da elaboração da atual Diretriz-Geral de Educação (2024), o sistema de ensino da Corporação era orientado principalmente pela Portaria nº 011/2002-DEI, que estabelecia as Normas para o Planejamento e Conduta de Ensino e Instrução (NPCEI). Embora tenha cumprido um papel importante em seu período, essa norma já não atendia às novas exigências pedagógicas, tecnológicas e institucionais.

Com o passar do tempo, as mudanças na sociedade e na própria Corporação tornaram necessária uma revisão mais ampla da antiga portaria. Era preciso adotar uma abordagem educacional mais atual, que integrasse teoria e prática, incentivasse o pensamento crítico, valorizasse a formação ética e reforçasse o compromisso do policial militar com a cidadania.

A Diretriz-Geral de Educação, aprovada em 2024, na minha primeira passagem pelo DGEC, surgiu com esse propósito. Mais do que uma norma, ela busca orientar a formação dos policiais militares de forma alinhada às demandas do serviço público e aos desafios de uma sociedade em constante transformação.

Quais foram os principais desafios ou necessidades educacionais que motivaram o DGEC a elaborar a Diretriz-Geral de Educação em 2024, e como essa diretriz busca alinhar o desenvolvimento profissional da tropa com as demandas da segurança pública?

> **[...] modelo de capacitação voltado para o desenvolvimento de competências, com base em práticas fundamentadas em evidências, uso de tecnologias educacionais e integração com políticas públicas de segurança e cidadania.**

O principal objetivo da elaboração da Diretriz-Geral de Educação em 2024 foi modernizar o processo de formação da Polícia Militar do Pará, adequando-o às novas exigências da segurança pública, da legislação educacional e das diretrizes nacionais de formação policial. A diretriz busca adotar um modelo de capacitação voltado para o desenvolvimento de competências, com base em práticas fundamentadas em evidências, uso de tecnologias educacionais e integração com políticas públicas de segurança e cidadania.

Além disso, a Diretriz-Geral de Educação propõe uma formação contínua, ética e humanizada, que fortaleça a liderança e a tomada de decisão dos policiais militares. Ao aproximar a formação profissional das demandas operacionais e sociais, a norma contribui para o aprimoramento institucional e para uma atuação mais eficiente e comprometida com a comunidade paraense.

De que forma a nova Diretriz-Geral de Educação da PMPA altera as práticas educacionais e metodologias de ensino anteriormente adotadas, e quais os resultados esperados com essas mudanças?

A nova Diretriz introduz mudanças significativas nas práticas educacionais, estruturais e pedagógicas. Ela institucionaliza o sistema de educação, de modo que organiza, orienta e define o Sistema de Educação Policial Militar (SEPM), que é um conjunto integrado e organizado voltado para a formação, aperfeiçoamento, especialização, habilitação e capacitação de profissionais na área de Segurança Pública.

Além disso, estabelece uma nova estrutura organizacional, com uma estrutura mais detalhada e especializada, criando o Órgão Central (Departamento-Geral de Educação e Cultura - DGEC), os Órgãos de Apoio ao Ensino e Instrução (APM, CFAP, CTPM) e os Órgãos Colegiados (Conselho Superior de Educação - CSE e Conselhos de Ensino - ConEn).

Estabelece, também o foco em competências e princípios modernos, de forma que a política de ensino passa a visar o desenvolvimento de competências essenciais para o exercício das funções policiais militares. Assim, novos princípios são incorporados, como pluralismo pedagógico, excelência acadêmica, respeito aos direitos humanos, inovação, colaboração e transparência.

> **“[...] novos princípios são incorporados, como pluralismo pedagógico, excelência acadêmica, respeito aos direitos humanos, inovação, colaboração e transparência.”**

Há um foco maior em fomentar a pesquisa e extensão em segurança pública e em impulsionar a pesquisa científica e tecnológica, produzindo conhecimento aplicado à Segurança Pública, bem como insere novas modalidades de Ensino Presencial (EP), Ensino à Distância (EAD) (utilizando tecnologias de informação e comunicação) e Ensino Híbrido ou Semipresencial (EH).

Assim, os resultados esperados estão definidos na visão e nos objetivos da DGE, que projeta transformar a educação da PMPA para que ela seja uma referência em excelência acadêmica, rigor científico e relevância social no cenário regional, nacional e internacional da Segurança Pública. Espera-se formar profissionais que ajam de maneira crítica, ética e construtiva, utilizando o diálogo para mediação de conflitos e que se percebam como agentes transformadores da realidade social.

> **“O foco não é apenas técnico, mas também humanístico [...]”**

Quais foram as principais limitações das práticas educacionais anteriores que a nova Diretriz-Geral de Educação busca superar?

A limitação central era a ausência de uma estrutura organizacional e pedagógica formalmente estabelecida e abrangente. A norma de 2002 focava primariamente em regular procedimentos administrativos-pedagógicos e padronizar o fluxograma de ensino. Em contraste, a DGE de 2024 surge com o propósito de implementar, organizar, orientar e definir o Sistema de Educação Policial Militar (SEPM).

As práticas estabelecidas em 2002 não acompanhavam a evolução da pedagogia aplicada à segurança pública. A DGE busca superar um modelo que era mais voltado ao controle e à fiscalização, contido na Portaria n.º 011/2002-DEI, do que ao desenvol-

vimento integral. A nova Diretriz introduz a exigência de focar no desenvolvimento de competências essenciais e incorpora princípios contemporâneos, como o respeito aos direitos humanos, o pluralismo pedagógico e o estímulo à inovação. Essa atualização demonstra que o modelo anterior limitava a capacidade da Corporação de formar profissionais alinhados aos novos padrões éticos e técnicos exigidos pela sociedade.

Por ter sido elaborada em 2002, a norma anterior era naturalmente limitada na incorporação de inovações tecnológicas no ensino. A DGE supera esta lacuna ao formalizar e regulamentar o Ensino à Distância (EAD) e o Ensino Híbrido (EH). As práticas antigas, presumivelmente focadas apenas no modelo presencial, limitavam a flexibilidade, a capacidade de alcance e a otimização de recursos na capacitação do efetivo.

A DGE (2024) eleva o padrão de exigência ao buscar ser referência regional, nacional e internacional em educação, com um firme compromisso com o rigor científico.

> **“[...] é essencial para a melhoria contínua e a elevação da qualidade acadêmica na formação do policial militar.”**

Esta ambição aponta para uma lacuna no modelo anterior, que não possuía um foco robusto e mecanismos estruturados para o fomento ativo à pesquisa e extensão em Segurança Pública. A nova Diretriz corrige esta limitação, visando impulsionar a produção de conhecimento científico aplicado, o que é essencial para a melhoria contínua e a elevação da qualidade acadêmica na formação do policial militar.

A nova diretriz representa uma ruptura ou uma evolução das práticas educacionais da PMPA?

A Diretriz-Geral de Educação (DGE), que revoga a antiga Portaria n.º 011/2002-DEI, não representa uma ruptura, mas sim uma evolução estratégica das práticas educacionais da Polícia Militar do Pará. Essa mudança nasce da necessidade de revisar e adequar o sistema de formação aos novos desafios e padrões de excelência exigidos na segurança pública moderna.

Em vez de descartar o que foi construído, a DGE amplia e sistematiza o ensino, formalizando o Sistema de Educação Policial Militar (SEPM). Este sistema agora é expandido e reestruturado para ser um conjunto integrado, focado em promover a formação de excelência. Embora os objetivos centrais de habilitar e qualificar o policial militar sejam mantidos, eles são atualizados.

> **“A nova Diretriz incorpora princípios pedagógicos contemporâneos cruciais, como o desenvolvimento de competências e o respeito aos direitos humanos [...]”**

A nova Diretriz incorpora princípios pedagógicos contemporâneos cruciais, como o desenvolvimento de competências e o respeito aos direitos humanos, alinhando a formação da PMPA às diretrizes nacionais. Adicionalmente, há uma modernização na gestão do ensino, com a incorporação de novas modalidades, como o Ensino à Distância (EAD) e o Ensino Híbrido.

Essa modernização gerencial e tecnológica indica um processo contínuo de busca pela excelência acadêmica, caracterizando um verdadeiro salto evolutivo no planejamento e na execução do ensino e instrução da Corporação. Em suma, a DGE respeita a tradição e os valores da educação militar, mas incorpora novos referenciais pedagógicos e tecnológicos essenciais. É uma evolução natural e necessária para garantir que a PMPA permaneça em sintonia com as melhores práticas de formação policial.

Considerando a recente decisão do STF que eliminou a limitação de vagas para mulheres, qual foi o impacto dessa medida no resultado do último concurso da Polícia Militar, especificamente em relação ao percentual de aprovação de candidatos por gênero?

> **“[...] aumento expressivo no número de candidatas aprovadas, alcançando percentuais inéditos de representatividade feminina.”**

A decisão do Supremo Tribunal Federal teve um impacto positivo. No último concurso, observamos um aumento expressivo no número de candidatas aprovadas, alcançando percentuais inéditos de representatividade feminina. Na turma atual, o Curso de Formação de Oficiais e o Curso de Formação de Praças possuem percentuais aproximados de 30% e 25%, respectivamente, de policiais militares femininas. Isso reflete a qualidade técnica das candidatas e reafirma o compromisso da PMPA com a igualdade de oportunidades.

Com a recente decisão do STF que garante a totalidade das vagas para as mulheres, como a PMPA está se preparando para integrar esse novo efetivo de forma equitativa nas atividades operacionais e quais as perspectivas institucionais para essa mudança?

> **“No processo de formação e nas rotinas operacionais, homens e mulheres são submetidos aos mesmos padrões de exigência técnica, disciplinar e ética, de modo que a integração de novos efetivos ocorrerá naturalmente, [...]”**

A recente decisão do Supremo Tribunal Federal não implica mudanças estruturais ou procedimentais no âmbito da Polícia Militar do Pará. A Corporação já adota políticas pautadas no sentido de assegurar a todos os seus integrantes igualdade de oportunidades e condições no exercício das atividades profissionais.

No processo de formação e nas rotinas operacionais, homens e mulheres são submetidos aos mesmos padrões de exigência técnica, disciplinar e ética, de modo que a integração de novos efetivos ocorrerá naturalmente, dentro da estrutura já existente e sem necessidade de adaptações extraordinárias.

De que forma a PMPA tem promovido o fomento à pesquisa em segurança pública, e quais são os principais avanços e desafios observados na aplicação prática desse conhecimento para a melhoria das atividades institucionais?

> **O desafio atual é ampliar a transposição do conhecimento científico para a prática operacional, fortalecendo a cultura da gestão baseada em evidências.**

O Comando da Corporação, por intermédio do Estado-Maior Geral, possui diretriz voltada para a pesquisa científica, altos estudos, integração acadêmica e publicação de revista científica. O DGEC, por meio da Academia de Polícia Militar no Curso de Formação de Oficiais e por meio do Instituto de Ensino de Segurança do Pará nos Cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais e Superior de Polícia, tem incentivado a produção científica e a publicação de artigos. O desafio atual é ampliar a transposição do conhecimento científico para a prática operacional, fortalecendo a cultura da gestão baseada em evidências.

A exigência para o ingresso no cargo de Oficial da PMPA mudou de nível médio para Bacharelado em Direito. O que motivou essa mudança e quais os principais ganhos e desafios institucionais que ela trouxe para a corporação?

A mudança do requisito para ingresso no cargo de Oficial da PMPA, de nível superior em qualquer área para bacharelado em direito, foi motivada pela crescente complexidade da atividade policial e pela necessidade de aprofundar o conhecimento jurídico dos futuros Oficiais da Polícia Militar. Vale destacar que essa exigência está plenamente alinhada à nova Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares, que estabelece o Bacharelado em Direito como requisito obrigatório para os Cursos de Formação de Oficiais (CFO) em todo o país.

Em um cenário nacional, diversas polícias militares, por meio de diretrizes estabelecidas nacionalmente, já vinham adotando o bacharelado em direito para o CFO, reconhecendo que o requisito proporciona maior capacidade de análise, decisão e compreensão de normas legais e procedimentos administrativos, contribuindo para uma atuação mais técnica e segura.

Os principais ganhos institucionais dessa mudança incluem maior capacidade decisória e segurança jurídica no comando das unidades, melhoria na gestão adminis-

trativa e operacional, e alinhamento da PMPA aos padrões de excelência nacional. Além disso, o requisito de ingresso, aliado às disciplinas do Curso de Formação de Oficiais, promove uma visão crítica e estratégica da segurança pública, capacitando os oficiais a compreender o contexto social e legal e a contribuir de forma mais eficaz para políticas de prevenção e cidadania.

Atualmente, em quantas escolas o Programa de Supervisão Militar Educacional (PSUME) está em funcionamento? Quais indicadores são utilizados para planejar, monitorar e avaliar os resultados dessas unidades de ensino?

> **O Programa de Supervisão Militar Educacional (PSUME) tem como propósito fortalecer a cultura de paz no ambiente escolar, mediante a atuação de supervisores militares. A iniciativa busca prevenir situações de violência e criminalidade, ao mesmo tempo em que promove valores de cidadania e convivência harmoniosa entre os estudantes.**

O Programa de Supervisão Militar Educacional (PSUME) tem como propósito fortalecer a cultura de paz no ambiente escolar, mediante a atuação de supervisores militares. A iniciativa busca prevenir situações de violência e criminalidade, ao mesmo tempo em que promove valores de cidadania e convivência harmoniosa entre os estudantes.

O PSUME possui onze colégios com supervisão militar no estado, de modo que o programa é desenvolvido nas cidades de Belém e Abaetetuba por meio de convênio firmado com a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Além disso, mediante termos de cooperação técnica, o programa é executado em parceria com os municípios de Benevides, Marabá, Canaã dos Carajás, Tailândia, Breu Branco, Tucuruí, Novo Repartimento e Altamira.

Como padrão de acompanhamento, o PSUME adota relatórios mensais elaborados pelos coordenadores operacionais, contendo indicadores sobre atos de indisciplina ou ocorrências criminais no ambiente escolar, participação de alunos em clubes de atividades e apresentações realizadas junto à Secretaria, pais ou Conselho Tutelar.

Anualmente, são consolidados dados históricos referentes aos anos, incluindo número de matrículas, taxas de aprovação, evasão ou abandono escolar, nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e frequência média. No encerramento de cada ano letivo, é aplicado um formulário voltado a alunos, professores e pais, com a finalidade de avaliar a percepção sobre o programa e, em especial, o desenvolvimento dos estudantes.

A PMPA realizou o maior concurso para ingresso de todos os tempos para 400 oficiais e 4.000 praças, qual é o número atual de instalações de treinamento no estado e quais são os desafios críticos associados ao treinamento desse volume sem precedentes de novos policiais? Com o alistamento recorde de 400 oficiais e 4.000 praças, quantos polos de treinamento estão em funcionamento no estado? Quais são os principais desafios logísticos e operacionais para treinar um volume tão grande de novos policiais?

Com o maior concurso da história da Polícia Militar do Pará, a Corporação atualmente conta com polos de formação estrategicamente distribuídos na capital, na região metropolitana e em todos os Comandos de Policiamento Regionais. Essa estrutura permite atender de forma mais eficiente a demanda por treinamento, garantindo acesso adequado à capacitação em diversas regiões do estado.

> **“Os principais desafios associados a um volume tão expressivo de novos policiais são, sobretudo, logísticos e operacionais.”**

Os principais desafios associados a um volume tão expressivo de novos policiais são, sobretudo, logísticos e operacionais. Entre eles, destacam-se a adequação e manutenção da infraestrutura, a disponibilidade e capacitação de um corpo docente qualificado, a padronização da qualidade pedagógica e o acompanhamento individualizado dos alunos.

Para enfrentar essas demandas, a PMPA tem ampliado o uso de metodologias híbridas de ensino, intensificado a seleção de instrutores, e estabelecido parcerias estratégicas com instituições de ensino, garantindo que a formação continue sendo eficaz, moderna e alinhada às exigências operacionais e legais da atividade policial.

> **“[...] a PMPA tem ampliado o uso de metodologias híbridas de ensino, intensificado a seleção de instrutores, e estabelecido parcerias estratégicas com instituições de ensino [...]”**

Desde 2019, o DGEC coordenou mais de 100 mil ações de treinamento em segurança pública. Que tipo de ajustes estruturais essa demanda exigiu do Departamento? Já é possível avaliar o impacto dessas ações nas competências profissionais dos policiais?

> **“[...] foram adotadas metodologias pedagógicas inovadoras, integrando teoria e prática, e fortalecidos os mecanismos de monitoramento e avaliação do desempenho dos participantes.”**

Afirmativo. Entre os ajustes, destacam-se a modernização do sistema de gestão educacional, com a implementação de plataformas digitais de ensino e acompanhamento, a descentralização de cursos para diferentes regiões do estado, e a ampliação e capacitação contínua dos policiais militares. Além disso, foram adotadas metodologias pedagógicas inovadoras, integrando teoria e prática, e fortalecidos os mecanismos de monitoramento e avaliação do desempenho dos participantes.

> **“[...] há melhoria nas competências operacionais, maior padronização de procedimentos e incremento no desempenho das Unidades.”**

Os resultados dessas ações já são perceptíveis: há melhoria nas competências operacionais, maior padronização de procedimentos e incremento no desempenho das Unidades. Paralelamente, observa-se que o treinamento contínuo contribui para o desenvolvimento de habilidades de liderança e tomada de decisão. Embora a avaliação completa do impacto de longo prazo ainda esteja em curso, os indicadores demonstram que a formação estruturada e moderna oferecida pela Corporação tem potencial para consolidar uma tropa mais qualificada, preparada para responder aos desafios da segurança pública e alinhada às expectativas da sociedade.

Considerando que alguns estados já exigem nível superior para o ingresso no cargo de soldado, o DGEC tem alguma proposta ou estudo para elevar esse requisito de escolaridade para a PMPA, alinhando-se a essa tendência nacional?

O Comando da Corporação, por meio do Estado-Maior Geral, vem realizando estudos técnicos para adequar-se à nova Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e doa Corpos de Bombeiros Militares (LOB Nacional), Lei Federal n.º 14.751, de 12 de dezembro de 2023, que estabeleceu o requisito de escolaridade superior para ingresso na instituição, a ser implementado no prazo de até seis anos a contar da publicação da Lei, em 2023.

> **“[...] a crescente profissionalização da atividade policial exige formação superior, como meio de aprimorar a atuação técnica, consolidar a ética profissional e promover uma gestão mais eficiente.”**

Reconhecemos que a crescente profissionalização da atividade policial exige formação superior, como meio de aprimorar a atuação técnica, consolidar a ética profissional e promover uma gestão mais eficiente. Nesse contexto, o desafio reside em conciliar a implementação desse requisito com as necessidades operacionais, assegurando que a modernização da Corporação garanta a qualidade do serviço prestado à sociedade.

Fotografia: ASCOM.



Informativo

Academia de Polícia Militar "Cel. Fontoura": trajetória, transformações e perspectivas

Glauco Pereira de Medeiros[1]



[1] Mestre em Segurança Pública (UFPA); Especialista em Gestão de Segurança Pública (UFPA); Graduado em Direito (FAP/Estácio de Sá); Coronel da Polícia Militar do Pará; Sub comandante da Academia de Polícia Militar "Cel. Fontoura".

A Academia de Polícia Militar "Cel. Fontoura" (APM), criada pelo Decreto nº 6.784 de 20 de abril de 1990, consolidou-se como referência na formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará. Desde a sua inauguração, a APM adotou o *slogan* "Berço de Comandantes e Líderes", expressão atribuída pelo seu primeiro comandante, Coronel PM João Paulo Vieira da Silva. Este lema sintetiza a missão institucional de preparar quadros de liderança altamente qualificados para o setor de segurança pública na região amazônica.

Em sua fase inicial, a APM estava instalada no Km 08 da BR-316, no município de Ananindeua, em um edifício que, posteriormente, viria a ser conhecido como "Fontourinha". Nesse primeiro período, a matriz curricular dos cursos refletia uma formação de caráter essencialmente militarista, fortemente centrada nos pilares da disciplina, da hierarquia e da padronização estrita dos modelos de conduta profissional e pessoal (Passos, 2017).

A relevância da instituição ultrapassou as fronteiras estaduais, demonstrando sua capacidade regional de formação. Ao longo de seus 35 anos de existência, a Academia formou um total de 2.024 oficiais, sendo 1.548 do quadro de combatentes, 376 do quadro de administração e 100 do quadro complementar de saúde. Estados vizinhos, como Amazonas, Amapá, Acre, Roraima, Rondônia, Maranhão, Bahia e Piauí, foram beneficiado s pela formação ofertada no Pará, o que, por um período, conferiu à APM o reconhecimento como um polo formador de oficiais da Polícia Militar na Amazônia Legal.

O cenário de redemocratização do país impulsionou novos paradigmas para a educação e segurança pública. A gradual incorporação das diretrizes da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), bem como a posterior formulação da Matriz Curricular Nacional, geraram uma pressão por mudanças significativas na formação policial.

Ainda que, na prática cotidiana, a formação de oficiais continuasse marcada por tensões entre o discurso Oficial (prescrito nas políticas educacionais) e o real vivido na rotina dos cadetes (Passos, 2017), prevalecendo práticas tradicionais e disciplinadoras, o movimento de transformação conduziu à incorporação de conteúdos voltados para a noção de uma polícia mais comunitária e cidadã. Este processo, por vezes contraditório em sua execução, evidenciou a distância existente entre o "ideal" preconizado nas políticas educacionais de segurança e o "real" implementado no ambiente de formação dos cadetes.

Um marco decisivo nesse processo de transformação estrutural foi o deslocamento da APM para o Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP), realizado no final da década de 1990. A criação do IESP representou um projeto de integração das academias das forças de segurança estaduais, buscando promover uma formação interdisciplinar e convergente, ao aproximar as Polícias Militar e Civil, bem como o Corpo de Bombeiros Militar, sob uma mesma lógica pedagógica (Vale, 2018).

Essa mudança de espaço não se limitou a uma adaptação física e administrativa; ela abriu um caminho fundamental para que a formação do oficial recebesse a chancela de Instituição de Ensino Superior (IES). Tal vinculação elevou a formação policial a padrões acadêmicos mais rigorosos, estabelecendo uma condição de maior compatibilidade com as complexas responsabilidades inerentes à atividade policial militar contemporânea. Segundo Vale (2018), as modificações estruturais no curso de formação representaram não apenas alterações pedagógicas, mas também simbólicas, conferindo maior legitimidade social à formação policial.

A integração com o IESP potencializou o desenvolvimento de estudos e doutrinas específicas para o Pará, que servem de base para a formulação de políticas públicas de segurança mais eficazes. A sinergia entre as academias das forças de segurança pública permite a criação de um modelo de resposta integrada a grandes eventos, desastres e operações complexas, uma necessidade crescente no cenário contemporâneo.

A constante evolução social e as novas demandas por uma segurança pública mais próxima da comunidade exigiram que a PMPA passasse a discutir, ativamente, que tipo de policial militar e, em especial, que tipo de oficial pretendia formar e apresentar à sociedade paraense. Com efeito, a estrutura curricular do Curso de Formação de Oficiais (CFO) passou por sucessivas modificações, refletindo essa compreensão ampliada do papel do policial militar, que transcende o aspecto meramente repressivo para incorporar dimensões de prevenção, mediação de conflitos e cidadania. Dentre as principais transformações que fundamentaram a formação do novo perfil de oficial, destacam-se:

• **Elevação do Nível de Ingresso:** A exigência do bacharelado em Direito como requisito obrigatório para o ingresso no CFO, adotada pela primeira vez na turma de 2022-2023, elevou substancialmente o nível de qualificação dos aspirantes. Ao concluir o curso, os oficiais formados não apenas recebem a patente que os habilita ao comando, direção e administração, mas também saem com titulação equivalente a de especialistas.

• **Integração com a Comunidade:** Incentivo à aproximação e ao relacionamento comunitário, promovendo o policiamento de proximidade e maior sinergia com a sociedade civil.

• **Formação Integral e Ética:** Desenvolvimento de competências humanas, éticas e sociais, além das habilidades técnicas e táticas, para formar profissionais mais preparados para atuar em diversos contextos. Os paradigmas formativos passaram a ter como base central a ética e os direitos humanos.

• **Atualização Científica e Tecnológica:** Inclusão de disciplinas que abordam novas tecnologias, inteligência policial e os aspectos psicossociais da segurança pública.

• **Ênfase na Prevenção e Mediação:** Capacitação para atuação na prevenção de ocorrências criminais, na mediação de conflitos e no atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade.

• **Valorização da Carreira:** Formação que valoriza o protagonismo profissional e a ética policial, preparando oficiais para liderar com responsabilidade e compromisso social.

O modelo de formação em nível de IES trouxe consigo a necessidade de uma constante atualização do corpo docente e da infraestrutura de pesquisa. A APM, enquanto unida-

de acadêmica do IESP, passou a fomentar a produção de conhecimento científico na área de Segurança Pública, incentivando a pesquisa e a pós-graduação entre seus instrutores e cadetes. Este foco no academicismo garante que as práticas e doutrinas ensinadas estejam em consonância com as últimas tendências e estudos sobre criminalidade, violência e gestão policial. O desafio reside em equilibrar a rigidez militar necessária à atividade policial com a flexibilidade e o pensamento crítico inerentes ao ambiente universitário.

A formação multidisciplinar implementada, especialmente com a exigência do Bacharelado em Direito para ingresso no CFO a partir de 2022-2023, não apenas aumenta o *status* do oficialato, mas o capacita a lidar com a complexa legislação e jurisprudência que cercam a atuação policial. Um oficial com esta base jurídica é melhor preparado para garantir a legalidade e a legitimidade de suas ações, atuando como um agente de transformação social dentro dos limites do Estado Democrático de Direito.

As perspectivas para a APM “Cel. Fontoura” apontam para uma intensificação do investimento em tecnologia e inovação pedagógica. A inclusão de disciplinas focadas em inteligência artificial, *big data* e gestão de redes sociais no combate ao crime demonstram o compromisso com a modernização. O oficial do futuro deverá ser, além de líder, um gestor de dados e de recursos tecnológicos avançados.

Além disso, a Academia assume um papel cada vez mais relevante na formação continuada dos oficiais já inseridos na Corporação, por meio de cursos de especialização, aperfeiçoamento e altos estudos. Essa profissionalização contínua é fundamental para manter o alto padrão de desempenho e a capacidade de adaptação da PMPA diante de um cenário de segurança pública em constante mutação.

A trajetória da APM “Cel. Fontoura” é um testemunho de processo contínuo de transformação. Se em sua gênese a formação espelhava uma herança militar rígida, a instituição encontra-se, atualmente, em um movimento de adaptação às demandas sociais contemporâneas, buscando um equilíbrio necessário entre a tradição de disciplina e as exigências acadêmicas e profissionais de alto nível.

O percurso de três décadas demonstra que as mudanças institucionais e acadêmicas, apesar de desafiadoras, culminaram em ganhos significativos. A formação de oficiais da PMPA caminhou de um paradigma militarista clássico para um modelo integrado, especializado e acadêmico, apto a preparar lideranças capazes de enfrentar a complexidade da segurança pública no Estado do Pará.

As modificações curriculares refletem um compromisso com a evolução contínua da profissionalização policial, formando oficiais com sensibilidade, ética e cidadania, e reforçando o papel da Polícia Militar como uma instituição de segurança pública democrática, moderna e próxima à sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PASSOS, Sônia da Costa. **Políticas públicas educacionais:** a dinâmica entre o ideal e o real: um estudo sociológico sobre o reflexo da formação de oficiais da PMPA no cotidiano operacional, no período de 1998 a 2014. 2017. 363 f. Tese (Doutorado), UFPA, Belém, 2017.

VALE, Jesiane Calderaro Costa. **Da Academia de Polícia Militar ao IESP:** a formação de oficiais da Polícia Militar do Pará (1988 a 2014). 2018. 369 f. Tese (Doutorado), UFPA, Belém, 2018.



GOVERNO DO PARÁ
POR TODO O PARÁ

PARÁ
1818
POLÍCIA MILITAR

Polícia Militar do Pará
Patrimônio do Povo Paraense